



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 44

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 18 de janeiro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituídos no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva e pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião com o [debate de urgência sobre o “Acordo da Base das Lajes e as medidas de compensação do downsizing”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), interveio no debate o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Usaram da palavra para intervir no debate os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Findo este ponto passou-se para o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 65/XI – “Em defesa dos trabalhadores da Cofaco da ilha do Pico”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Após a intervenção do Sr. Deputado Miguel Costa, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Para uma declaração de voto usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (PPM).

Posteriormente, foi apresentado o [Projeto de Resolução n.º 65/XI – “Em defesa dos trabalhadores da Cofaco da ilha do Pico”](#), da autoria do Grupo Parlamentar do PS.

A referida apresentação coube ao Deputado Miguel Costa, tendo merecido a unanimidade da câmara.

Para justificar o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 66/XI – “COFACO do Pico: Pela defesa dos postos de trabalho, pela garantia dos direitos dos trabalhadores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, usou da palavra o Sr. Deputado João Corvelo, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

De seguida passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 66/XI – “COFACO do Pico: Pela defesa dos postos de trabalho, pela garantia dos direitos dos trabalhadores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado João Corvelo, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

A justificação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 68/XI – “Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que desenvolva todos os esforços no sentido de assegurar os vínculos laborais dos/as trabalhadores/as da COFACO”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, foi fundamentada pelo Sr. Deputado António Lima.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Após esta aprovação passou-se para a apresentação do [Projeto de Resolução n.º 68/XI – “Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda](#)

ao Governo Regional que desenvolva todos os esforços no sentido de assegurar os vínculos laborais dos/as trabalhadores/as da COFACO”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação efetuada pelo Sr. Deputado António Lima, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ulteriormente, passou-se para o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 69/XI – “Recomenda à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a constituição de um Grupo de Trabalho, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, que acompanhe, analise e avalie o impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO, na ilha do Pico”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e Representação Parlamentar do PPM.

Usou da palavra para justificar a urgência o Sr. Deputado Artur Lima, a qual mereceu a unanimidade da câmara.

Logo de seguida passou-se para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 69/XI – “Recomenda à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a constituição de um Grupo de Trabalho, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, que acompanhe, analise e avalie o impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO, na ilha do Pico”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e Representação Parlamentar do PPM.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), iniciou-se o debate das iniciativas anteriormente aprovadas. Usaram da palavra os Srs. Deputados Marco Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Miguel Costa (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Lima (*BE*), Mário Tomé (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

O referido Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Para proferir declarações de voto usaram da palavra os Srs. Deputados Miguel Costa (*PS*) e João Paulo Corvelo (*PCP*).

Posteriormente foi justificado o [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 67/XI – “Plano de Ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Justificada esta urgência pelo Deputado Marco Costa, usaram da palavra os Srs. Deputados André Bradford (*PS*) e Deputado Miguel Costa (*PS*).

O documento em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente passou-se para a votação do [Relatório sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Manuel Alberto da Silva Pereira a fim de ser constituído arguido e ser interrogado no âmbito do processo de inquérito com o NUIPC 65/11.0TASCF](#), tendo sido aprovado por unanimidade,

Submetido à votação o [Relatório sobre o pedido de autorização para que o Deputado Pedro Miguel Medeiros de Moura possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 3055/15.0T9PDL](#), o mesmo mereceu unanimidade da câmara.

Posteriormente foi colocado à votação o [Relatório sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar da Deputada Zuraida Maria de Almeida Soares a fim de ser constituída arguida e ser interrogada no âmbito do processo de inquérito n.º 352/16.0T9AGH](#).

Fundamentado o teor deste relatório pelo Presidente da CAPAT, Deputado Francisco Coelho, o mesmo foi aprovado por maioria.

De seguida foi posto à votação o [Relatório sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Artur Manuel Leal de Lima a fim de ser constituído arguido e ser interrogado no âmbito do processo de inquérito n.º 352/16.0T9AGH](#).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Ferreira (*PSD*) e o Sr. Presidente da CAPAT, Deputado Francisco Coelho.

O referido relatório foi aprovado por maioria.

Por último foi colocada à votação a **Proposta de deliberação que declara findo o período legislativo de janeiro**, tendo sido aprovada por maioria.

Foi proferida uma declaração de voto pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 10 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Eram 10 horas e 12 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de fazer a chamada.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arnaldo Branco Raposo Amaral

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **João** Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada para o debate do ponto 3 da nossa Agenda, que é um **Debate de urgência sobre “Acordo da Base das Lajes e as medidas de compensação do downsizing”**, apresentado pelo **Grupo Parlamentar do CDS-PP**.

Os tempos são os seguintes e foram definidos pela Conferência de Líderes:

O interpelante, o PS e o Governo Regional têm 32 minutos;

O PSD, 24 minutos:

O BE, dispõe de 12 minutos;

O PCP e o PPM, de 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para dar início ao debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O papel geoestratégico dos Açores no mundo é grandemente reconhecido. As páginas da História também foram escritas no centro do Atlântico, neste arquipélago e na ilha Terceira. Isto deve-se sobretudo à Base das Lajes.

Em 1995, a resolução nº38/95, aprovou, para ratificação, o Acordo de Cooperação e Defesa, entre a República Portuguesa e os EUA. Nos termos do artigo 3º foi criada a Comissão Bilateral Permanente, que por sua vez, ficou com poderes para estabelecer órgãos subsidiários sempre que o entender apropriado.

Foi por decisão da Comissão Bilateral Permanente que surgiu em maio de 2011 diversos órgãos subsidiários: o Comité de Defesa; o Comité de Ciência, Tecnologia, Energia e Ambiente; o Comité de Comércio e Investimento; Comité de Justiça e Assuntos Internos e o *Comité de Cooperação com os Açores* (até agora desconhecido).

No quadro da Comissão Bilateral Permanente é assumido que, os órgãos subsidiários “servirão como pontos focais para o reforço da cooperação bilateral nas respetivas áreas, tendo as delegações concordado que os atuais e os novos comités irão trabalhar de forma mais eficaz, incluindo ao nível dos custos.”

Relativamente ao Comité de Cooperação com os Açores, as delegações “reafirmaram a sua intenção estreita e produtiva entre Portugal e os EUA em benefício do desenvolvimento económico e social dos Açores. A delegação portuguesa sublinhou a importância, de outro órgão até aqui desconhecido, chamado Azores Cooperative Initiative Program (ACIP).” O artigo 6º do Acordo de Cooperação e Defesa, intitulado “Cooperação com a Região Autónoma dos Açores”, estabelece que os “programas e atividades poderão abranger, entre outras, as áreas técnica, científica, educacional, cultural e comercial, e utilizarão formas de intercâmbio variadas, com vista à promoção dos respetivos objetivos.”

É importante sublinhar e enfatizar que a Comissão Bilateral Permanente também trata de assuntos comerciais e não apenas científicos, de defesa ou técnicos.

Isso mesmo reconhece, em artigo publicado no jornal Público, o embaixador dos EUA em Portugal, e cito: “a Comissão Bilateral Permanente foi uma ótima oportunidade para realçar os nossos sucessos. Esta cooperação vai desde a investigação de ponta e projetos comerciais na área da Economia Azul, até fazer de Portugal uma porta de entrada para o GNL vindo dos EUA para a Europa e

África, e inclui também o aumento do número de voos diretos entre os Estados Unidos e Portugal.”

Ora todos esses acordos, existem por um motivo, porque existe uma coisa chamada Base das Lajes, senão não existiria nada disto.

Estes projetos e estes programas existem porque existe o Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos.

Não resulta, pois, qualquer dúvida que os voos comerciais da DeltaAirlines, de Nova Iorque para Ponta Delgada, foram negociados no âmbito da Comissão Bilateral Permanente, discutidos, negociados e saudados.

A Comissão acolheu com satisfação o anúncio “por parte da DeltaAirlines de voos diretos de Nova Iorque para Ponta Delgada, a partir da próxima primavera, e de voos adicionais em code-share”, acolheu aquilo que tinham discutido antes, nada mais, acolheu com satisfação as negociações que tinham vindo antes e, mais importante do que isso “... e discutiu, na própria Comissão, onde esteve o Sr. Presidente, formas de potenciar o turismo transatlântico e de criar condições de mercado para atrair hotéis dos EUA para o mercado dos Açores”. Foi discutido! E daqui a uns tempos será saudado os empresários que abrirem hotéis nos Açores. Portanto primeiro foi discutido na Comissão, não há dúvida, absolutamente nenhuma, no âmbito da Acordo da Base das Lajes.

Daqui se conclui, e ajuda a conclusão, claramente e sem margem para dúvidas, reafirmo, que os voos da DeltaAirlines já foram aqui discutidos em Comissão anterior e que esta agora acolhe com satisfação o que foi discutido no passado. Tal como agora se discute atrair hotéis para os Açores, em futura Comissão, naturalmente, irão congratular-se com os novos hotéis.

Quem diz o contrário, quem refere que a Delta resolveu voar por sua iniciativa comercial de Nova Iorque para Ponta Delgada, desafortunadamente só o pode dizer por ignorância, ou pior do que isso, por maldade absoluta.

A Comissão também “discutiu, discutiu, parcerias com empresas nas áreas da Economia Azul... e refletiu sobre oportunidades para um papel significativo dos Açores no mercado do gás natural liquefeito (GNL)”. A Comissão “registou positivamente (porque já tinha sido discutido antes, é uma questão de ir às atas) o aumento de bolsas Fulbright para o período 2017-2018 (60 para Portugal Continental) e a cooperação entre a Comissão Fulbright e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)”. Sessenta bolsas!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A ilha Terceira não pode ser a ilha onde apenas fica, e por inação vossa, também vossa, a contaminação e o que é negativo da presença norte-americana. Tem direito a mais. Merece mais por direito próprio. Não merece ser abandonada ao mais alto nível pelo Governo e o seu Presidente.

Além dos voos da DeltaAirlines que já perdeu, a Terceira também perdeu, e por culpa do Governo, a operação da Air Berlim, que trazia turistas à ilha.

Também por desleixo ou ação do seu Governo, a ilha Terceira perdeu a importante operação turística de um operador privado entre a Terceira e Nova Iorque, com lugares fretados nos aviões da Azores Airlines.

Também por desleixo ou ação do seu Governo, a ilha Terceira perdeu a ligação Terceira-Porto. Perdeu no conjunto, a possibilidade de captação de fluxos turísticos para a ilha de pelo menos três destinos (Estados Unidos, Alemanha e Portugal Continental).

Não era nenhum favor, Sr. Presidente, antes talvez um direito, que decorre da Comissão Bilateral Permanente e do *Azores Cooperative Initiative Program (ACIP)*, que nunca foi falado por V. Exa., nem pelo seu Governo, que refere textualmente a inclusão do turismo nos seus desígnios e nos seus objetivos.

O Senhor Presidente do Governo que participou nessa reunião, aliás como em outras, tinha a obrigação política de textualmente reivindicar e deixar bem claro

que esses voos seriam para se realizar entre Nova Iorque e Terceira, precisamente uma das medidas que estava prevista para compensar o downsizing da Base das Lajes.

O Senhor Presidente do Governo sobre essa matéria entrou mudo e saiu calado, abandonando os terceirenses à sua sorte. Escudando-se numa brincadeira chamada PREIT.

O Senhor Presidente do Governo fez segredo dessa operação da DeltaAirlines. O Senhor Presidente do Governo julgava que isso não se descobria.

Enganou-se!

Mas, Senhor Presidente, contudo, e com todo o respeito, a oportunidade de esclarecer aqui, esta Casa, os terceirenses e os Açores, sobre o que se passou.

Também lhe damos a oportunidade de esclarecer aqui, quantas bolsas de estudo vêm especificamente para os Açores, já que 60 vão para a FCT?

Também gostaríamos, Sr. Presidente, que nos esclarecesse, se o Posto de GNL será no Porto da Praia da Vitória e o que foi negociado nessa matéria pelo seu Governo?

Também lhe damos a oportunidade de esclarecer esta Casa, sobre o que foi negociado e discutido, em relação aos hotéis dos EUA que viriam para o mercado açoriano, para onde viriam estes hotéis, Sr. Presidente.

Fico a aguardar os seus esclarecimentos, enquanto representante dos Açores na Comissão Bilateral Permanente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É também importante esclarecer este Parlamento, Sr. Presidente, o que é o “Comité de Cooperação com os Açores”. Quem faz parte desse Comité? Que projetos foram lá discutidos desde a sua criação e apresentados à Comissão Bilateral Permanente e que nunca foram divulgados, pelo menos que eu tenha conhecimento? O que é o “Comité de Cooperação com os Açores”? Que projetos foram lá discutidos? Que projetos foram apresentados à Comissão

Bilateral Permanente e que nós não temos conhecimento, nem é referido nos comunicados?

Senhor Presidente, embora reconhecendo o seu empenho no processo de redução de efetivos, garantindo aos trabalhadores uma justa indemnização e remunerações de pré-reforma, devo-lhe dizer que foi pouco, muito pouco, para uma economia que ficou destroçada, como o senhor bem sabe.

Compreendo que politicamente para si o mais importante foi assegurar isso. Politicamente para o CDS é importante assegurar o futuro, porque o Senhor sabe tão bem como eu, que o verdadeiro impacto do downsizing das Lajes não se está a sentir agora, nem nos próximos 5 anos.

Vai sentir-se na sua plenitude daqui a 10 anos, e o senhor já não será Presidente do Governo, e por isso tem também a obrigação de tomar medidas para mitigar esse efeito no futuro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A ilha Terceira não pode ficar apenas, como já disse anteriormente, com a contaminação e com outros problemas ambientais, deixados pelos americanos. Está na altura da ilha Terceira ter o que é seu por direito.

E está na altura de lembrar ao Governo da República Portuguesa e ao Governo Regional dos Açores que os dinheiros provenientes da Base da Lajes foram decisivos e determinantes para realizar grandes obras e infraestruturas, por todas as ilhas, desde estradas, centros de saúde, hospitais e escolas, contribuindo decisivamente para consolidar o processo autonómico.

Entre 1979 e 1992, como o senhor muito bem sabe, foram cerca de 56 milhões de contos para o Plano de Investimentos da região Autónoma dos Açores. Em 1984, por exemplo, as receitas da Base das Lajes representaram 74% do Plano de Investimentos e o dobro da receita de impostos diretos.

Para finalizar, recordo aqui que durante os 13 anos em que se usufruiu de verbas da Base das Lajes elas representaram em média 2/3 do Plano de

Investimentos desta Região. O que quer dizer que no Plano de Investimentos para 2018, dos cerca de 750 milhões, aproximadamente 500 milhões eram de fundos dos estados Unidos da América, do Acordo da Base das Lajes, é tão somente isso que quer dizer, Sr. Presidente.

E isto, Sras. e Srs. Deputados, para não referir as centenas e centenas de milhões que as Forças Armadas e restantes instituições da República Portuguesa receberam por via do Acordo da Base das Lajes, na ilha Terceira, ou seja tudo isso existe por via do Acordo da Base das Lajes, serviu Governos do passado a quem nós acusamos de não terem uma política correta. Já o dissemos, disse-o aqui Dr. Alvarino Pinheiro, enquanto Deputado nesta Casa, já disse várias vezes, digo eu aqui: há que arranjar um novo modelo de desenvolvimento económico para os Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Governo se vai usar da palavra nesta fase inicial.

Sr. Presidente do Governo, tem então a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, muito obrigado por trazer este assunto a esta Casa e pelo conjunto de questões que me colocou.

Talvez começando pela questão dos voos da Delta para os Açores e da suspeita que parece existir de que esses voos seriam uma contrapartida negociada no âmbito da Comissão Bilateral Permanente ou num dos órgãos, eu gostava de lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado: eu participo nas reuniões da Comissão Permanente desde 2013, 2015 (aliás desde que sou Presidente do Governo nunca faltei a nenhuma) e gostava de lhe dizer que nunca, nunca em reunião

nenhuma foi falada, colocada, aventada a hipótese dos voos da Delta serem uma compensação do que quer que seja. Portanto, esta informação não é correta.

Em nenhuma dessas circunstâncias, nas reuniões em que eu participei, foi sequer colocada essa hipótese.

Foi falada essa possibilidade, foi dito por exemplo: “vamos falar com uma companhia aérea para ver, a Delta ...”, isso não aconteceu!

Em todas as reuniões em que eu participei e nas reuniões de outras estruturas no âmbito do Acordo.

Portanto, gostava que esse assunto ficasse esclarecido, pelo menos da minha parte é isso que eu tenho a dizer à câmara. Nunca, em reunião nenhuma em que eu participei, essa questão foi colocada!

Mas há outras informações que eu gostaria de dar sobre o voo da Delta.

No dia 20 de setembro de 2015, o Diretor da ATA (Associação de Turismo Açores), juntamente com um representante da ANA, reuniu com a Delta, no âmbito de um evento no setor da aviação comercial, chamado ROTZE, houve várias reuniões ao longo do tempo, em 2015, em 2016 e em 2017, também houve esses encontros e foi aventada a hipótese neste âmbito, ou seja, numa parceria entre a ANA e a Associação de Turismo Açores, a possibilidade da Delta fazer ligações, fazer voos para os Açores.

Apesar de todos os contatos que houve nesse domínio, a Delta anunciou essas ligações, sem aguardar pela conclusão deste processo. Portanto, anunciou nos termos que são públicos, com um número de ligações que não estava inicialmente falado no âmbito desses contatos, anunciou com calendários o número de rotações que foram para além daquilo que estava inicialmente falado.

Portanto, em relação aos voos da Delta Airlines, neste momento naturalmente que o Governo acolhe, como acredito que todos acolhem com satisfação a realização desses voos, a preocupação que o Governo tem, neste momento, é o

de garantir que os fluxos que cheguem aos Açores por essa via, tenham condições para chegarem a toda e qualquer outra ilha da nossa Região.

Há alguns contatos que estão a decorrer entre o Grupo Sata e a Delta, neste momento segundo a informação que eu tenho não existem conclusões ainda desse trabalho e, portanto, sobre os voos da Delta, é isso que eu tenho a dizer nesta fase às Sras. e aos Srs. Deputados e estou, naturalmente, disponível para alguma questão adicional que entendam colocar.

Relativamente ao Acordo de Cooperação e Defesa e à questão do Comité Açores.

Bom, até 2010 havia um mecanismo financeiro no âmbito deste Acordo e que permitia que houvesse uma verba na ordem das duas centenas, 200 mil dólares, para esse tipo de projetos, projetos que tinham uma incidência muito variada, mas até 2010 tinham esse apoio, digamos assim.

A partir de 2010, por decisão unilateral dos Estados Unidos, essa verba deixou de existir e aquilo que passou a existir foram programas ou ações que não tinham do ponto de vista prático condições, na nossa análise obviamente, para corresponderem ao objetivo que o próprio acordo fixava.

Portanto, havia um conjunto de boas intenções, sempre que se aproxima uma Comissão Bilateral há um ressurgimento do interesse quanto ao Comité Açores, mas o facto é que a avaliação que fazemos é que é possível fazer muito mais quanto aos resultados e aos benefícios desse famoso Comité.

Em novembro de 2015, o Governo dos Açores apresentou no âmbito desse Comité um conjunto de 11 projetos para serem desenvolvidos ao abrigo deste quadro e esses projetos eram:

Ao nível das infraestruturas:

1.º - exploração das instalações portuárias do porto da Praia da Vitória para funções de apoio logístico e de serviços à navegação e transporte internacional no atlântico norte;

2.º projeto - instalação de uma base de abastecimento de GNL no porto da Praia da Vitória.

Ao nível da investigação e formação:

1.º projeto - Instalação de um Centro de Investigação Oceânica, Açores/Estados Unidos;

2.º projeto – promoção de ações de formação na área da hotelaria na área de hotelaria, restauração e turismo.

Ao nível do setor exportador:

- promoção de investimentos na área da aquacultura;
- exportação de pescado dos Açores para os Estados Unidos.

Ao nível do turismo:

- promoção de acordos interline com companhias dos Estados Unidos; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!...

O Orador: - desenvolvimento de ações de co-branding, do destino Açores.

Ao nível da saúde:

- Apoio a processos de acreditação internacional dos hospitais da Região Autónoma dos Açores;
- Realização de estágios em hospitais e clínicas nos Estados Unidos;
- e dinamização do turismo de saúde nos Açores.

Desde a apresentação destes projetos, até este momento, foi possível ter desenvolvimentos nos seguintes projetos:

- Ao nível da investigação e formação, com a instalação do Centro de Investigação Oceânica e no âmbito das discussões em curso sobre o Air Center;
- Ao nível das promoções de ações de formação nas áreas da hotelaria, restauração e turismo:
- E ao nível do setor produtor/exportador com a exportação de pescado dos Açores para os Estados Unidos.

Em bom rigor devo ainda referir um conjunto de iniciativas que têm sido desenvolvidas pela própria Embaixada dos Estados Unidos na Região, é o caso do projeto Connect to Success, o American Corner na Universidade dos Açores, Exchange Programs, International Visitors Programs, inclusão de representantes da Região a empresas e em missões empresariais aos Estados Unidos, entre outros.

Na leitura do Governo Regional, estas ações que têm sido desenvolvidas apenas pela Embaixada dos Estados Unidos e o estado que atingimos no âmbito do desenvolvimento dos projetos que foram apresentados em 2015, tem ainda um grande caminho a fazer no sentido de ser concretizável e de ser no fundo possível dar resultados práticos a esses projetos, que nós consideramos que ainda não os têm da maneira que seria adequado e ideal ter.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, neste debate que V. Exa. resolveu tomar a iniciativa, acerca de cuja importância estaremos todos naturalmente de acordo, eu penso ser útil e até pedagógico, começar por duas coisas extremamente importantes que V. Exa. disse e com as quais concordo na íntegra.

Primeira delas: o verdadeiro downsizing da Base das Lajes, não se está a sentir agora. É verdade Sr. Deputado! Essa é exatamente a nossa opinião e é o que sempre dissemos.

Mas também é justo lembrar que se não se está a sentir agora, ou se não se sentiu desde logo, ou se não se sentiu essencialmente a respeito dos despedimentos que foram efetivamente feitos, infelizmente, isso não foi por

acaso, não foi por sorte, não foi porque calhou, foi porque alguém atempadamente fez qualquer coisa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isto aconteceu designadamente porque o Sr. Presidente do Governo, mas não só, conforme o Sr. Presidente do Governo teve já várias vezes oportunidade de dizer o Sr. Deputado Duarte Freitas também teve aqui um papel importante, no sentido de se pressionar e de se dialogar com a nossa comunidade e com as autoridades norte americanas, digamos que o Acordo nessa parte, pelo menos naquilo que está previsto para compensação, foi cumprido, foi integralmente cumprido.

Mais, é preciso não esquecer que por iniciativa do PS nesta câmara, no longínquo ano de 1995 foi proposto para, na sequência do despedimento da Base das Lajes de 91 e também do encerramento de centro de tele medidas que os franceses tinham nas Flores, umas regras especiais de compensação para trabalhadores eventualmente despedidos ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que foram aprovadas em 92, recordo que era Deputado da Assembleia da República o Dr. Sérgio Ávila, foi aprovado em 1996 e essa regra está sendo cumprida, tem mitigado de uma forma enorme estes efeitos e tem feito entrar, eu atrevo-me a dizer, muitos e muitos milhares de euros nos Açores, desde 1996.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É justo lembrar isso e dizer que, pensar nestes assuntos, o PS já o faz há bastante tempo, não é quando surgem notícias, é de preferência antes de surgirem algumas notícias. Estamos, portanto, de acordo com isso.

Também sempre dissemos que o que há a lamentar, o que é preciso acautelar nesta questão de mais este despedimento, concordando consigo, é exatamente o

futuro, porque temos necessariamente que concordar que há aqui perdas, que essas temos que compensar de outra maneira.

Efetivamente num mercado pequeno perderam-se postos de trabalho e postos de trabalho importantes e em termos de futuro, obviamente, é preciso acautelar isso, independentemente de noutra medida, a outros nível, haverem também algumas dezenas já, e mesmo após esse despedimento, de contratações.

Portanto, lembrar isto, concordar consigo e também é por causa disto que obviamente se fez o PREIT e existe o espírito do PREIT e tem-se tomado medidas a respeito do PREIT, cujo balanço havemos também, naturalmente, de fazer.

Sr. Deputado Artur Lima, também concordo consigo numa evidência histórica ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem que concorda!

O Orador: Tenha calma, também vai chegar ao momento de discordar!

... uma evidência histórica que referiu, é efetivamente um facto histórico que foi na sequência do Acordo da Base das Lajes e aquando da institucionalização da autonomia e tendo em conta as chamadas rendas da Base das Lajes, que duraram, se não estou em erro, até 1992 ou 93, elas foram (eu penso que foi 92 o último ano), a verdade é que elas foram essenciais, como referiu e bem, acerca do contributo que deram para os primeiros planos de investimentos da Região.

Isto leva-nos, claramente, a outra discussão que nós temos que pôr aqui nesta Casa, de forma absolutamente descomplexada e frontal, que é o seguinte: se é certo que destas situações decorrem por vezes consequências que devem ser atalhadas a um determinado nível (ao nível da Ilhas da Terceira, ao nível da Ilha das Flores, até pela própria natureza jurídica dos acordos que são internacionais, que é um acordo de defesa, que é celebrado com o estado português, que nós temos que pensar se os efeitos desse acordo, até face ao direito extremamente

importante garantido na Constituição da Região participar do diálogo e compartilhar dos benefícios) nós temos que fazer a esse outro nível uma opção muito clara, Sr. Deputado Artur Lima: é saber se nós participamos nesse acordo e queremos ter, conforme a Constituição nos permite, uma parte desses benefícios e a eliminação de eventuais prejuízos, mas se isto é ao nível da Região Autónoma dos Açores, ou não.

Não me pareceu que o Sr. Deputado discordasse quando fez o balanço histórico que fez e referiu expressamente que esse dinheiro dessa renda, foi aplicado num plano regional dos Açores. Como referiu e bem, beneficiou todas as ilhas dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Felizmente!

O Orador: Felizmente! Ainda bem que estamos de acordo, porque essa questão é importante, repito, sem prejuízo de haver questões que requerem medidas locais ou de ilha, mas eu já referi isso por isso é que é o PREIT, por isso é que os trabalhadores previstos são da Base das Lajes e da Base das Flores, dois locais muito específicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Começa por aí!

O Orador: A verdade é que temos que pensar neste acordo como sendo fundamental para os Açores, ou dito de outro modo, Sr. Deputado, nós temos que pensar se esta matéria, como muitas outras, acautelando o interesse de cada uma das ilhas, também não devemos de forma absolutamente frontal afirmar que este acordo é para beneficiar a Região Autónoma dos Açores e que a Região Autónoma dos Açores também aqui deve funcionar como um todo.

Deputado André Bradford e Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Sobre isso, Sr. Deputado, eu queria lembrar-lhe que sobre a questão, muito falada, dos voos da Delta Airlines, pela informação que tenho, Sr. Deputado, tenho uma opinião, uma interpretação como referia, a palavra parece-se adequada, diferente da sua.

Eu por tudo o que li, não cheguei à conclusão que foi por iniciativa política do Governo dos Estados Unidos ou da respetiva Embaixada que a Delta Airlines, resolveu voar para os Açores. Embora de forma esparsa, lendo alguns extratos e tomando como boas as citações que um jornal da Terceira, infelizmente agora o único diário fez, eu penso que logicamente o início deve ser talvez uma coisa que vem mais a meio da notícia que é a saudação, pelo menos no folclore da nossa terra assim, começa-se pela saudação.

Na saudação, eu leio aqui entre aspas que “a Embaixada saúda o anúncio da Delta Airlines sobre voos diretos, entre Nova Iorque e Ponta Delgada (e acrescenta) desde que o anúncio foi feito temos discutido com líderes governamentais e empresários formas de promover ainda mais o turismo e o comércio transatlântico”.

Deputado José San-Bento (PS): Desde que o anúncio foi feito!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já disse tudo!

O Orador: Desde que o anuncio foi feito!

Eu confio muito, tenho que respeitar o profissionalismo, naturalmente, da diplomacia norte americana. Acho que este texto não é por caso e esclarece muita coisa, embora também fique satisfeito por pensar que no fundo V. Exa. espera muito da Comissão Bilateral, que afinal isto não é tudo um desastre e uma impotência e que afinal até foi a Comissão Bilateral que trouxe a Delta Airlines a voar para os Açores, mas infelizmente temo que neste caso e a respeito deste facto e da origem deste facto, não tenha razão.

Gostava, sobre um certo ponto de vista de lhe dar razão, mas temo que não.

É por isso também, Sr. Deputado, que nós temos que esclarecer. De resto também é preciso não esquecer, outros factos que são extremamente importantes.

O governo Regional já teve oportunidade de esclarecer, noutra sede, que não acerca do cumprimento do PREIT, ao nível do turismo também teve

naturalmente, como tem, tenho a certeza, muitas negociações, no sentido de trazer companhias aéreas a voar para os Açores, no sentido de incrementar o nosso turismo.

Neste caso também de Ponta Delgada, não nos podemos esquecer, aliás Vs. Exas. devem ter uma ligeira lembrança, que o aeroporto de Ponta Delgada pertence à ANA, que foi concessionada a uma multinacional e independentemente do resto há-de-se ter por boa a ideia de que essa multinacional, com algum do seu poder, também gosta de promover e de vender os seus aeroportos.

Deputado José San-Bento (PS): Ora aí está!

O Orador: Se calhar também teve aqui algum papel.

Mas sobretudo o que nós temos que saber é se nesta questão da Delta Airlines, que na minha interpretação não é uma decorrência dos acordos, nem é efeito dos acordos, a posição que nós devemos ter, porque eu relativamente a algumas posições fiquei confuso. Devo dizer que estou verdadeiramente confuso (ainda não sei hoje, mas com certeza vou ser esclarecido) acerca da posição do PSD Açores sobre esse assunto. Eu já conheço três posições do PSD Açores sobre esse assunto.

Deputado José San-Bento (PS): É verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já falamos!

O Orador: O PSD Açores começou por honrar, por dizer que esta notícia honrava o destino Açores.

Bom, como era para honrar o destino Açores, como devem calcular, não há a mínima referência nessa notícia ao Governo Regional. Era para honrar! Não há referência, há uma ligeira crítica dizendo que talvez tenham sido outros, isto vem na sequência das *low cost*, essa parte eu percebi.

Depois na sequência de algumas notícias começou a surgir a narrativa de que se calhar isto é por causa da Base da Lajes, se calhar é por causa do PREIT, se calhar é na sequência disso e então se calhar os voos não vêm para aqui.

Bom, na sequência disso e depois do PSD ter pensado melhor (não sei se melhor, se pior) veio outra versão do PSD,

Deputado Carlos Silva (PS): Dois meses depois!

O Orador: ... por uma voz naturalmente autorizada, porque foi através da Vice-Presidente da sua bancada parlamentar, Sra. Deputada Mónica Seidi, a dizer que afinal isto era por causa do PREIT e que o Governo Regional (agora já se fala no Governo Regional, na primeira não) portanto se era por causa do Governo Regional, tinha que ser por causa do PREIT e esses voos tinham que vir para a Terceira, ou num assomo vagamente socialista, pelo menos fazer aqui uma distribuiçãozinha dos voos.

Mas não foi esta a última posição do PSD, porque o candidato à Câmara de Angra do PSD, que eu penso que ainda ninguém lhe comunicou formalmente o resultado dessas eleições ...

(Risos)

... resolveu (porque a retaguarda do proletariado também existe para isso, é para impedir a vanguarda, como a Sra. Deputada Mónica Seidi, de recuar) vir criticar a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Essa tentação socialista obviamente é inadmissível e não há nada que dividir, devia ser tudo para a Terceira.

Portanto, em que ficamos? Eu não sei qual é a posição do PSD Açores, ...

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado Duarte Freitas vai esclarecer!

O Orador: ... mas eu espero que o PSD Açores honre o seu fundador e primeiro Presidente do Governo da Autonomia, Dr. Mota Amaral, que distribuía o dinheiro da Base das lajes por todas as ilhas e nos venha esclarecer. Tenho a certeza, até devido ao mérito que tem nestas questões das relações internacionais e devido à sua grande habilidade tática, que o Sr. Deputado Duarte Freitas possa falar em nome do PSD Açores e a gente ter aqui um *happy end*, saber o que é que o PSD Açores pensa, até porque eu tenho a certeza que o Sr. Deputado Duarte Freitas não quer sair desta sessão plenária com o balanço de que não falou de pobreza, não falou de turismo, não falou da Delta Airlines, mas fez um julgamento moral. Com certeza isso não acontecerá!
Muito obrigado.

Deputados André Bradford e José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

Na trigésima sexta Reunião da Comissão Bilateral Permanente, realizada em Sintra, a 30 de Novembro de 2016, a declaração conjunta afirmava no seu no ponto n.º 5, o seguinte, e passo a citar:

“A CBP saudou a eleição do Eng.º António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas e aproveitou a oportunidade para lhe endereçar votos de maior sucesso no exercício destas funções. Portugal e os Estados Unidos comprometeram-se a prestar todo o seu apoio ao Eng. Guterres, assim que ele iniciar o seu mandato a 1 de janeiro de 2017”, fim de citação.

Este compromisso, já foi por parte dos Estados Unidos completamente rasgado.

Este exemplo torna claro o que valem os compromissos internacionais da administração norte americana.

Serve esta introdução para sublinhar, o valor da declaração conjunta da 38.^a reunião da Comissão Bilateral Permanente realizada em Lisboa, em Dezembro passado.

Perante a declaração conjunta bilateral de Dezembro, o Sr Presidente do Governo Regional demonstrou renovada esperança, embora moderada, de que agora é que entramos no caminho certo para a resolução do problema da descontaminação.

Estamos perante um grave atentado ambiental, de uma dimensão gigantesca e ainda desconhecida na sua totalidade, como apontam os relatórios do LNEC. A demora na sua resolução pode tornar-se num sério problema de saúde pública, a prazo, por via da contaminação dos aquíferos da ilha Terceira.

O problema é sério e urgente, mas não tem tido o mesmo tratamento que outros por parte do Sr. Presidente do Governo.

A 17 de Novembro do ano passado, o Presidente do Governo Regional, acena, como um ultimato, com a revisão do acordo de cooperação com os Estados Unidos, casos estes não aceitem a proposta do Governo da República para a implantação do centro de segurança atlântico.

Fica a pergunta ao Sr. Presidente do Governo: qual a razão porque não brande tal posição sobre a questão da contaminação dos solos?

Será a guerra e a nossa participação na guerra dos outros mais importante que a saúde dos Terceirenses?

A 15 de Dezembro de 2017, o Sr Presidente, alude na sua intervenção aos critérios técnicos e científicos e de um calendário exigente, entre outras questões.

Estamos em total acordo com esta pronuncia, mas dentro deste âmbito gostava de ver respondida a seguinte questão: Tem o Governo regional noticias ou já

realizou alguma diligência para saber do estado de cumprimento, por parte do Governo da república, da resolução aprovada a 12 de Maio de 2017 onde se recomendava que o governo da república assumisse o acompanhamento do trabalho do LNEC e a subsequente elaboração de relatórios semestrais, relatórios esses dirigidos as esta casa e ao governo regional?

Note-se que esta resolução é de idêntico teor à resolução aprovada nesta casa.

Por parte do Bloco de Esquerda não damos conta do cumprimento desta resolução, e achamos que o governo regional podia já começar por aqui as sérias exigências que faz de cumprimento de calendários e determinações.

A pressão política tem sido notória por parte do Governo da República para centrar em dois locais o esforço de descontaminação.

Perante notícias vindas a público de que a contaminação não se deve apenas a hidrocarbonetos, mas também a outras substâncias de igual ou, nalguns casos, muito maior toxicidade, não acha o Governo que, de uma vez por todas, se devia alargar a pesquisa a outras áreas e substâncias de forma a permitir uma visão clara e fidedigna de todo o processo, e dessa forma tranquilizar as populações?

Sendo a problemática da descontaminação de relevante importancia o processo Lajes tem outras vertentes de grande relevância.

É conhecida a tendência de alinhamento político e ideológico do Governo da República actual com a lógica belicista da Nato, pensamento este que se estende ao PSD e CDS.

Nesta lógica, surge a recente cruzada do PS para a construção daquilo que é o embrião do exército único europeu - sonho antigo do PS, que agora se desina, por enquanto, a cooperação estruturada permanente.

Não há duvidas, para quem analisa este processo, que esta iniciativa não passa de uma manobra Franco/Alemã, mas de embrião alemão, para juntar à sua

capacidade económica no mundo o pilar militar que lhe permitirá a disputa do mundo com as actuais e emergentes superpotências.

É de novo a corrida ao armamento no seu auge, como nunca visto no passado.

Reconhecemos o entusiasmo por este projecto do Sr Presidente do Governo, tanto mais que para a sua concretização e a entrada dos Açores nele, acena com ultimatoss.

Soubemos há dois dias, pela voz do Sr. Ministro da Defesa que não é necessário o Governo Regional e o seu Presidente, darem-se a tal incómodo.

O Governo da República já tem o acordo político dos Estados Unidos para a instauração nas Lajes do Centro de Segurança Atlântico.

Em favor deste projecto ruinoso para os Açores, que nada garante para o futuro, o governo regional hipoteca a transformação do porto da Praia da vitória no anunciado HUB marítimo e mesmo a venda de gás vai passar para mãos privadas.

Na mesma assentada o governo regional hipoteca a possibilidade de transformação das Lajes numa plataforma para a aviação civil e até mesmo da sua utilização em futuros projectos ligados com a utilização do espaço aéreo.

Resta-nos o Air Center, que como o Governo Regional sabe não será muito mais, no actual quadro, do que qualquer coisa parecida com um Call-center, sofisticado.

A pergunta que lhe faço Sr presidente, é se vale a pena destruir um caminho de transformação do nosso modelo económico e trocá-lo por uma aventura militar de duvidosa repercursão económica, ainda para mais, no quadro mundial que hoje vivemos?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, agradecer ao Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Coelho, que estamos de acordo em muitas coisas, mas estamos em desacordo no fundamental.

Não tenho nenhuma dúvida que quem pode o mais, pode o menos e se a Comissão pode discutir turismo, que é um dos seus objetivos, captar fluxos de turismo para os Açores, captar hotéis para os Açores, com certeza que pode discutir ligações aéreas, Sr. Deputado Francisco Coelho e Sr. Presidente do Governo, a quem agradeço os esclarecimentos.

Mas há um dado muito interessante, é que não é por acaso que a Delta Airlines aparece nesse processo todo, é que Delta Air Lines faz parte da Civil Reserve Air Fleet, ou seja, é a frota aérea de reserva da força aérea americana e toda a gente sabe e comenta-se como é que esses voos depois serão pagos? Mas havemos de saber no futuro, Sr. Presidente, como agora viemos a saber do Comité para a Cooperação dos Açores, que ninguém sabia. Ninguém sabia, até hoje, que o seu Governo negociava antes o que se ia discutir na Comissão Bilateral Permanente.

O que o senhor propunha no Comité de Cooperação, não aparecia no comunicado da Comissão Bilateral Permanente. Isto é que é a diferença e é grave, permita-me que lhe diga.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que acontece, por exemplo, na reunião que o senhor esteve presente, em 11 de dezembro de 2015 em Angra do Heroísmo, mais o senhor Ex Mayer da Praia da Vitória, eu vou citar, no comunicado da Comissão: “A Comissão tomou boa nota das propostas apresentadas pelo Governo Regional dos Açores na reunião do Comité Açores, realizada a 30 de novembro”.

Ou seja, os senhores apresentam as propostas, preparam as propostas em segredo, levam à Comissão e não há referência quais são as propostas que aparecem aqui. Isto é que é grave e não pode acontecer! Isso aconteceu em várias reuniões, eu podia citar várias por aqui abaixo, em várias reuniões que os senhores previamente prepararam as coisas, a partir exatamente de 2011, quando foi criado este Comité para a Cooperação dos Açores é que começa a acontecer isso, ou seja, passamos a ter menos informação do que aquela que tínhamos antes, mas já registei a sua presença (podia citar aqui em várias reuniões, previamente preparam e depois dizem). Como por exemplo na reunião 35, na outra logo a seguir, a 6 de maio de 2016 a reunião também vem, (aqui refere algumas áreas) era importante saber e que fizesse chegar a esta Casa as propostas todas que foram feitas (eu não falei de descontaminação propositadamente nesta intervenção porque parece-me que a descontaminação deve ser falada e vai ser, como o senhor bem sabe aqui nesta Casa, com um tema dedicado a isso, uma proposta do CDS, vamos aqui discutir isso) mas devo dizer Sr. Presidente, há coisas que realmente eu não percebo.

Não me respondeu às bolsas de estudo, não me disse taxativamente onde vai ficar o posto de GNL nos Açores e se será apenas um? É a pergunta que lhe faço também.

Já agora, que estamos a falar em bolsas e também na reunião onde o senhor esteve foi aprovado com a Universidade do Porto um protocolo entre a NASA e a Universidade do Porto para desenvolver e a Fundação de Ciência e Tecnologia, para estágios de estudantes portugueses em centros da NASA nos Estados Unidos, até temos Santa Maria. Quantos estudantes açorianos vão para lá, Sr. Presidente? Também não foi possível reivindicar nenhum! Já não digo da Terceira, açorianos Sr. Presidente! E por aí fora.

Relativamente àquilo que disse sobre o Azores Cooperative Initiative Program, Sr. Presidente, ele existe! O senhor disse que ele tinha terminado em 2011,

segundo percebi, mas isso não é verdade! O Azores Cooperative Initiative Program, ele existe, está em vigor, ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Mas eu não disse que não!

O Orador: ...ainda em 2015 (eu percebi dizer que tinha acabado em 2011), portanto é outro organismo onde se trata uma série de coisas, em que nós também não tínhamos conhecimento e no âmbito desse Azores Cooperative Initiative Program, beneficiou o IMAR para a pesca sustentável, beneficiou o IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), beneficiaram uma série de organismos. Os Açores, zero, Sr. Presidente!

Folgo Sr. Deputado Francisco Coelho, que há uma coisa que o senhor também vai ter que concordar comigo, é que para a Terceira não fica apenas o lixo e a contaminação!

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Não! Não!

O Orador: Não pode, Sr. Deputado! Há que ficar outras coisas e é preciso total transparência nas propostas que o Governo apresenta na Comissão Bilateral Permanente e o que se nota é que foram poucas! O que se nota é que a ambição foi muito pouca, é preciso mais, Sr. Presidente!

Olhe, como por exemplo, estou a lembrar-me agora, a questão do anemómetro que o senhor disse-me aí dessa bancada que estaria resolvido. Até hoje, não está! E também decorre da obrigação dos Estados Unidos da América, da manutenção das radio ajudas na Base das Lajes, no âmbito do acordo.

Portanto, tudo isto existe e vamos ver a questão dos hotéis, ainda não me respondeu. O que é que foi discutido lá? Que hotéis? Para que ilha? E como?

Eu vou dizer-lhe uma coisa: a distribuição radial, faz-se no aeroporto das Lajes, para qualquer sítio, o problema é o mesmo, os voos de code-share é o mesmo, o que eu quero saber é: se os senhores o verão passado, não conseguiram dar resposta, como é que vão dar no próximo?

Sr. Presidente, ninguém é ingénuo aqui dentro! Não há mercado para um voo comercial de mil pessoas, por semana para Ponta Delgada! Não há mercado! Há mercado porque há uma subsidiação paralela se o voo não tiver a ocupação desejada e o senhor sabe isso tão bem como eu.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Há mercado por isso e há mercado porque existe o Acordo das Lajes e há mercado porque a Força Aérea Americana está metida nisto, com a Civil Air Fleet, de que a Delta faz parte.

Os pagamentos como são feitos, também um dia a história há-de dizer.

Portanto, Sr. Presidente, não tenho dúvidas nenhuma que foi por inação do Governo Regional dos Açores que esses voos não vieram para a Ilha Terceira.

Não tenho nenhuma dúvida! Tenho que lhe dizer isso com toda a frontalidade, porque também vou saber se é por ação do Governo Regional dos Açores, onde fica o GNL e se fica na Praia da Vitória?

Os hotéis que vão abrir, que o senhor discutiu e que esteve na reunião, quais são e onde ficam?

As bolsas de estudo por que é que não vieram?

A cooperação com a NASA por que é que não veio?

Portanto, o que é que até hoje se ganhou nessa matéria?

Sr. Presidente e Sr. Deputado Francisco Coelho, orgulho-me enquanto terceirense de a Terceira ter sido uma ilha altruísta e de ter dado o seu contributo decisivo para a autonomia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Nós também!

O Orador: Isso ninguém nos pode tirar!

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (PPM): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, em relação à questão das bolsas, há 60 bolsas para todo o País, que pode variar anualmente na ordem de mais cinco, menos cinco. Essas bolsas são atribuídas diretamente pela Fundação Fulbright, através de uma candidatura direta dos interessados, não há intervenção do Governo Regional, ou do Governo da República de dizer: o senhor A, o senhor B ou o senhor C ...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Mas não há!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Mas devia haver!

O Orador: Neste momento há duas bolsas, ou estão em vias de existir duas bolsas ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Para que é que foi criada a Fulbright?

O Orador: A Fulbright foi criada por causa da Base das Lajes?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Mas quando houve a revisão do Acordo essa era uma das questões!

O Orador: Primeiras questões concretas.

Em relação à questão dos hotéis: os contatos e o esforço que temos feito em relação a esta matéria, não tem produzido o resultado que nós gostaríamos que ele produzisse.

Em relação à questão do GNL: a Portos dos Açores, ainda recentemente a propósito de uma polémica sobre se fica em Ponta Delgada, fica ... esclareceu esse assunto de forma muito clara, muito clara!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero ouvir da sua boca!

O Orador: Portanto, eu faço minhas as palavras da Portos dos Açores

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas eu não sei o que é que a Portos dos Açores disse!

O Orador: É consultar o comunicado da Portos dos Açores!

Há uma questão aqui que eu gostaria também de esclarecer porque me parece, essa sim, politicamente muito relevante, muito relevante e que é a ideia que se está a querer passar de que o Governo Regional tem agido nessa questão das Lajes com segredo.

Essa ideia não corresponde minimamente à verdade, aliás o Sr. Deputado Artur Lima, com todo o respeito, contradiz-se: como é que o senhor diz que só agora descobriu que existia um Azores Committee, quando lê um comunicado público da Comissão Bilateral de 2015 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não era publico!

O Orador: O Comunicado, declaração final!

... que diz exatamente o Azores Committee? Ou o senhor não leu o comunicado, ou então não é verdade que só agora esteja a saber disso!

Em segundo lugar, o seguinte: eu, como Presidente do Governo já pedi três vezes, e isso foi feito, para reunir com uma Comissão desta Assembleia, especificamente sobre a Base das Lajes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem faz parte desse Comité?

O Orador: Em relação à questão do segredo, eu faço antes de todas as reuniões da Comissão Bilateral, depois das reuniões da Comissão Bilateral, contacto com os líderes parlamentares, os representantes dos partidos políticos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas ainda não explicou esse Comité! Quem é que faz parte? Ainda não me respondeu!

O Orador: ... antes solicitando a sua apreciação sobre aquilo que vai estar em causa e qual a orientação e depois ...

(Aparte inaudível do deputado Artur Lima)

O Orador: Eu peço desculpa, Sr. Deputado, no último contato que houve foi a questão da contaminação o principal, mas a pergunta não é feita por mim só em termos de contaminação e há mais Deputados nesta Casa, com os quais eu tenho que contactar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabe o que eu disse!

O Orador: Depois das reuniões da Comissão Bilateral, eu contato dando nota (é certo de forma sintética) daquilo que são os desenvolvimentos.

Acusar o Governo Regional de agir nesta matéria com segredo, não tem qualquer relação com aquilo que se passa e com a realidade.

Portanto, desse ponto de vista Sr. Deputado Artur Lima, é importante que este assunto fique perfeitamente esclarecido: o Governo age nesta, como noutras matérias com total e absoluta transparência, desde logo para com as Sras. e os Srs. Deputados e para com esta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem faz parte do Comité?

O Orador: A segunda ideia que eu gostaria de realçar e de referir, é essa de que o Governo Regional está a prejudicar a Ilha Terceira, retirando potenciais benefícios para as outras ilhas dos Açores e não os direcionando para a Ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Artur Lima, para além de ser uma profunda injustiça, é uma falsidade, não corresponde à verdade, porque eu tenho ouvido

muita coisa a propósito da ação do Governo Regional nestas matérias: uns dizem que as decisões que já foram tomadas e que estão em prática no âmbito do PREIT, da responsabilidade do Governo dos Açores (de majorações, de isenções de taxas) são injustas, mas também ouço aqui agora dizer que o Governo se esquece. Isso não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma migalha!

O Orador: Nesta matéria, devo dizer que face a esse esforço, a Ilha Terceira teve, e ainda tem, a solidariedade de toda a Região por face dessa situação que atravessa, fruto do redimensionamento das forças americanas...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas também é verdade, e conforme foi salientado aqui, pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, que esta relação com os Estados Unidos vai mais além do que apenas a Ilha Terceira. Tem que ir mais além!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre foi!

O Orador: Esse é o meu entendimento sobre essa matéria.

Sr. Deputado António Lima, eu confesso que tive alguma dificuldade em perceber algumas das coisas que o senhor imputa, de eu ter feito um ultimato...

A minha posição sobre a revisão do Acordo das Lajes é pública, a última vez que eu a expressei (estavam aliás, julgo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão estava, o Sr. Deputado Duarte Freitas também estava) foi no âmbito de um evento promovido sobre Curso de Defesa Nacional, foi promovido aqui nos Açores pelo Instituto de Defesa Nacional e não tem nada a ver com as questões de aceitar propostas ou não aceitar propostas. Eu acho que há aí um mal-entendido qualquer, que eu gostava de esclarecer, se efetivamente ele existe.

A minha posição é que eu acho que a relação que neste momento existe entre Portugal e os Estados Unidos a propósito desta questão da Base das Lajes, está profundamente desequilibrada, porque nós não temos neste momento na Base das Lajes, os benefícios que derivam de uma presença de um determinado

número de militares e suas famílias, que possam compensar aqueles que são os benefícios de que os Estados Unidos usufruem.

Deputados André Bradford e Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é a minha posição, é pública, está escrita e está publicada.

Se há algum mal-entendido a propósito desta posição, eu gostava de esclarecer.

Muito obrigado.

Deputados André Bradford e Francisco Coelho (PS): Muito bem!

(Neste momento a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que este debate que o Grupo Parlamentar do CDS trouxe a esta câmara, é da maior importância. É importante que muitas questões fiquem esclarecidas.

Eu ouvi com atenção o discurso idílico do Sr. Deputado Francisco Coelho, uma espécie de canção de embalar, mas como já estou aqui há alguns anos, peço desculpa, mas tenho que interromper, tenho que tentar acordar esta câmara para a realidade.

Eu ouvi aqui V. Exa., o Deputado que está ao seu lado ...

Deputado André Bradford (PS): Olhe que o Deputado que está “ao seu lado” tem nome!

O Orador: Eu não gosto muito de insistir com citações a seu respeito, mas é o Sr. Deputado André Bradford, o senhor é que me pede para eu citá-lo.

Deputado André Bradford (PS): Gosto que me chamem pelo meu nome!

O Orador: ... e devo dizer o seguinte: os senhores foram os primeiros, o PS, o Sr. Deputado André Bradford, os senhores foram os primeiros a negar a existência de problemas ambientais e de passivo ambiental na Ilha Terceira.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: Eu vi o Sr. Deputado Francisco Coelho a aplaudir o Governo Regional e o interveniente do PS quando estavam a negar a existência desse passivo ambiental. Está nas sessões! É indesmentível!

Deputado André Bradford (PS): Está a correr-lhe mal!

O Orador: E o Sr. Deputado Francisco Coelho veio aqui dizer: “Bom, nós o Partido Socialista agimos muito antes das questões aparecerem nas páginas dos jornais. Nós agimos muito antes!”.

O que é que V. Exa fez, o que é o Grupo Parlamentar do PS fez, o que é que o Governo Regional fez, em relação à questão da contaminação na Terceira? O que é que os senhores fizeram? Absolutamente nada!

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: O que os senhores fizeram foi negar a evidência.

Deputado Francisco Coelho (PS): Quem fez foi o Ministro Paulo Portas e a Secretária de Estado!

O Orador: Depois mais tarde o senhor lá se colocou no comboio! Mas foi muito mais tarde, Sr. Deputado Francisco Coelho!

Deputado Francisco Coelho (PS): Cá não temos comboios!

O Orador: Bom, isto é só para lhe estragar a cantiga de embalar.

Depois, dizer aqui o seguinte: os americanos criaram o conceito de diplomacia económica e isso significa que os interesses estratégicos do País são também defendidos e é solicitada às empresas e dadas vantagens às empresas no sentido de facilitarem, no sentido de agirem na defesa dos interesses norte americanos. Todos sabem que a diplomacia americana não tem apenas a ver com o conceito

militar, a defesa do seu potencial militar, mas também utilizar aquele que é o seu músculo económico, aqueles que são os seus interesses económicos.

É por isso, tendo em conta as várias referências que aqui foram feitas, até pela embaixada norte americana e por outros intervenientes que eu não acredito, não acredito que a vinda da Delta não tenha nada a ver com a Base das Lajes. Não acredito!

Deputado André Bradford (PS): É uma questão de fé!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é fé!

O Orador: Pura e simplesmente não acredito e toda a documentação que aqui foi lida e foi referenciada pelo Sr. Deputado Artur Lima aponta no sentido contrário.

Portanto, nesse sentido eu considero que aqui o que está a acontecer é que se está a faltar à verdade por parte de Vs. Exas.

Depois, quero aqui dizer, porque eu não concordo nada com o que o BE estava há pouco a dizer, a desenhar que o Presidente do Governo como se fosse uma espécie de senhor da guerra! Eu não acho nada disso! Eu acho exatamente o contrário! Eu acho que o Governo dos Açores tem tido uma atitude passiva, excessivamente passiva nesta questão, portanto nesse sentido não posso concordar com a sua crítica Sr. Deputado e a sua versão.

Finalmente, nesta primeira intervenção quero dizer-vos, quero concordar em absoluto com aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima referenciou em relação à importância que tiveram as verbas provenientes do Acordo da Base das Lajes para o desenvolvimento económico dos Açores. Tiveram uma importância fundamental no âmbito da estruturação, da criação daquela que é a base económica, da base estrutural da autonomia açoriana e o contributo tremendo para o desenvolvimento dos Açores que significou a Base das Lajes.

Agora, os terceirenses, o Sr. Deputado Artur Lima acabou de fazer essa referência, e muito bem, olham retrospectivamente para esta história da Base das

Lajes e o que podem verificar é que os proveitos ficaram em muitos sítios, no resto do País, em muito do território dos Açores, mas quem ficou com o passivo foi a Terceira. Eu acho que esta história não é justa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de começar a minha intervenção relembrado esta Assembleia o motivo de estarmos a debater este assunto:

- o erro crasso de concentrar a economia da Ilha Terceira, aliás condicionar a economia da ilha Terceira em função de uma economia militar...
 - Com o anúncio da redução que ocorre desde 1991, mas sobretudo desde 2015 a depressão económica na minha ilha foi evidente
 - Veio expor ainda mais a fragilidade económica na qual se encontra a ilha Terceira, e que não pode ser apenas culpa do processo da Base das Lajes
- É certo que o encerramento ou a simples redução de efetivos em bases militares estão sempre associados a processos de depressão económica nas respetivas zonas.

E Porquê???

1º Porque as bases tendem a concentrar atividade económica dessas zonas, e qualquer redução pode ter um impacto negativo brutal

2º Porque quem decide não é capaz de precaver o futuro, ou seja, satisfaz-se com o imediato.

Dois exemplos que podemos retrospectivamente recordar, é por exemplo:

- a Base de Santa Maria, construída no enquadramento da 2ª Guerra Mundial
- e da Base Francesa das Flores, que foi outro fenómeno semelhante

O que sucedeu na Base das Lajes, foi mais evidente. E foi mais evidente porquê???

Pela sua dimensão e longevidade da permanência do contingente militar que aliás ainda ocorre.

E que impacto teve na ilha Terceira???

Segundo alguns estudos, esta redução do contingente militar na Base das Lajes estima-se que esteja associado a um impacto no PIB da ilha Terceira que pode chegar aos 12%, e no caso específico da Praia da Vitória, estima-se que possa atingir os 25%, é, portanto, um impacto brutal.

E o que é que fez o Governo Regional????

Elaborou o PREIT, como resposta imediata ao problema Base das Lajes, no entanto não deixa de ser um ato falhado.

É um plano que remete responsabilidades para várias entidades para além do Governo Regional, entidades essas que desconhecemos o processo de negociação ou participação na elaboração do respetivo plano...e que têm levado a várias declarações menos felizes, mas bem realistas de vários ministros do PS na República e que descredibilizam este documento:

- Desde o PREIT vale zero... Ministros com responsabilidade na matéria, que tentam ridicularizar, e diluir a importância nacional das questões da Base das Lajes e dos Açores.

- Depois é o Ministro da economia que atira responsabilidades para o seu colega Ministro das Finanças, mas o que é certo é que nos Orçamentos de Estado para 2016, 2017 e 2018 não houve qualquer cêntimo para o PREIT.

Este é o MAIOR compromisso de sempre do PS para com os terceirenses.

E não venham dizer que a culpa foi do anterior GR que nunca assumiu o PREIT como documento orientador...

Se não me falha a memória, anterior governo da república, liderado por PPC transferiu cerca de 26 milhões de euros de fundos estruturais por adiantamento

para o Governo dos Açores, para apoiar projetos de desenvolvimento e não fez qualquer publicidade disso mesmo!!!

OS SENHORES TIVERAM TODAS AS CONDIÇÕES PARA REVITALIZAR A ECONOMIA DA ILHA, ANTES SEQUER DE SE OUVIR FALAR DO DOWNSIZING DA BASE DAS LAJES!

Bem sei que o Sr. Vice-Presidente vai dizer o que diz desde outubro de 2016!

Vai dizer que o Governo dos Açores já cumpriu 81% das medidas que tinha à sua responsabilidade.

Vai dizer que as medidas do eixo 1 foram completamente alcançadas.

Que as medidas do eixo 2 estão totalmente cumpridas.

Que no eixo 3 foi aprovada uma alteração ao regime jurídico de apoio à habitação pela via do **arrendamento**, através do programa Famílias com futuro.

Que no eixo 4 foi assinado um acordo para o lançamento de linhas de financiamento a Fundos de capital de risco.

Que o eixo 5 considera-se concluído.

E que tudo isto perfaz na globalidade uma taxa de execução na ordem dos 81%.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Onde estão então as verdadeiras medidas estruturantes para a economia da ilha Terceira?

As medidas capazes de criar emprego e gerar riqueza???

- Onde está por exemplo o Terminal de cargas da Aerogare civil das Lajes?

O concurso para a obra do mesmo feito há 1 ano ainda não são conhecidos os resultados.

- Onde está a cadeia de frio no Porto da Praia e Aeroporto das Lajes, de suporte às exportações de produtos?

- O reforço da operação da Azores Airlines e da SATA na Base das Lajes???

Acabaram com a ligação Lajes-Porto quando as taxas de ocupação não o justificam, e sem que tenha sido delineada qualquer estratégia promocional para a dinamizar.

- O que é feito da ZEE envolvendo o Porto da Praia- Base das Lajes?

Os senhores até encomendaram um estudo económico ao ISEG, no valor de 50 mil euros, que deveria e provavelmente ficou concluído em setembro de 2016 e que até agora não sabemos o resultado.

E por falar ainda na Base das lajes, relembro que há 2 dias terminou o prazo para responderem ao nosso requerimento sobre o Parque habitacional das Lajes. O que os senhores conseguiram fazer em relação a esta matéria foi nada mais, nada menos, que fazer um vídeo novo... Primeiro oferecem, depois as casas desaparecem!

Mas há uma coisa que nós temos que concordar com o Partido Socialista.

Quando se fala em PREIT, o que os senhores gostam de dizer é que o Turismo aumentou, e que as low-cost é que permitiram isso mesmo.

Deputada Mónica Rocha (PS): E os senhores detestam ouvir!

A Oradora: E aumentou porquê???

Porque o anterior governo da república, PSD/CDS-PP teve a coragem de afrontar o Governo dos Açores e liberalizou o espaço aéreo.

É lamentável que à Terceira e aos Terceirenses restem pouco mais do que “passivo ambiental” deixado pela presença norte americana na Base das Lajes.

É lamentável que uma ilha em depressão, vê que há outros que beneficiam da sua condição... Mas se os senhores tivessem cumprido com aquilo que prometeram tudo seria diferente.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O *downsizing* na Base das Lajes verificou-se num processo de redução de despesas do departamento de defesa americano em várias bases militares. No que diz respeito à Base das Lajes foi passada a ideia que no atual projeto de intervenção militar que os americanos mantêm em todo o globo, não se justificava o quadro de efetivos militares americanos, nem o de trabalhadores portugueses no ativo, bem como de todas as valências militares estacionadas na Base das Lajes, fundamentando esta decisão na evolução tecnológica.

Note-se que esta situação não reduziu nem diminuiu a importância estratégica que a Base das Lajes constitui para a política belicista da administração norte-americana. A desvalorização desta importância é promovida pela parte americana como estratégia para conseguir os melhores resultados e retirar espaço negocial para uma discussão séria sobre a revisão das contrapartidas para o Estado Português pelo uso militar da Base das Lajes.

Recordamos que a ilha Terceira e a Região Autónoma dos Açores não recebem qualquer compensação pela intensa utilização militar do seu território, espaço aéreo e aeroporto, e que importa assegurar que essa mesma presença militar americana, pelo menos, não seja mais um obstáculo ao seu desenvolvimento, especialmente tendo em conta a dimensão e profundidade da crise económica e social que resulta da redução de postos de trabalho na Base.

Para além disso, os regulamentos e determinações militares continuam a bloquear ou a condicionar a implementação de medidas do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), nomeadamente as que se relacionam e que dependem da utilização de espaços e infraestruturas afetos à Base.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A perda de centenas de postos de trabalho confirma a validade da posição do PCP sobre a necessidade de renegociação do Acordo e a uma postura de maior exigência do Estado Português em relação aos Estados Unidos da América. A postura de capitulação subserviente e sistemática do interesse nacional, por parte dos sucessivos Governos da República, permitiu que se chegasse à atual situação desastrosa que atingiu os trabalhadores da Base, bem como toda a Ilha Terceira.

Consideramos que as autoridades militares norte-americanas têm de assumir os custos sociais e económicos da sua atuação. É, assim, essencial que, ao contrário do que aconteceu até aqui, o Estado Português assumira uma postura de maior firmeza e exigência na defesa dos interesses do País e dos Açores.

As tão proclamadas anteriores promessas dos EUA em colaborar com Portugal, de forma a mitigar o impacto económico e social, não passaram de palavras vãs, que se destinaram a ludibriar a opinião pública de uma comunidade que, durante sete décadas, demonstrou o mais genuíno acolhimento.

Em todo este processo, fica por demais evidente, a enorme falta de articulação e comunicação entre as várias entidades, nomeadamente, Governo Regional e Governo da República e se dúvidas existem, as recentes declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Ministro do Ambiente, contrariando o que afirmava o Governo Regional, provam essa desarticulação, que resulta num grave prejuízo para a Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa dos Açores tem de reclamar ao Governo da República a necessária articulação com o Governo Regional, na salvaguarda e defesa dos interesses nacionais e açorianos, nomeadamente os incluídos no programa PREIT e os direitos e interesses dos trabalhadores da Base das Lajes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não existe!

O Orador: Em relação às necessárias medidas de revitalização da economia da ilha Terceira, é de lamentar que a parte que cabe aos EUA pareça estar destinada a ficar sem qualquer concretização. Uma atitude que o Estado Português não pode simplesmente aceitar, ou então terá de assumir essa concretização.

De maneira ainda mais grave, a mais importante medida de apoio às populações, que é a majoração dos apoios sociais em termos de montantes e prazos, que resultou de uma proposta do PCP, nunca foi aplicada e deve ser aplicada o mais rapidamente possível e quando for aplicada deve ser pelo prazo que estava previsto inicialmente, dois anos.

Temos de ter a coragem política para exigir a imediata reavaliação da presença norte-americana nas Lajes, elaborando um estudo comparativo para usos alternativos daquela infraestrutura, de forma a que, transparentemente, possam ser contabilizadas as vantagens e desvantagens da presença dos EUA na Base das Lajes, devendo ser exigida a sua retirada integral, caso as vantagens da presença do contingente norte-americano se mostrem inferiores às dos usos alternativos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação à necessária e urgente descontaminação dos solos da ilha Terceira, o que tem existido são apenas anúncios públicos das autoridades portuguesas e norte-americanas, que não têm tido qualquer sequência na prática. As notícias que vieram a público da mais recente reunião da Comissão Bilateral parecem,

infelizmente, confirmar que vai continuar a ser essa a política em relação ao grave passivo ambiental que a Base deixou na ilha Terceira.

No âmbito da Base das Lajes, o PCP continuará a dar particular atenção à situação dos moradores do Bairro de Santa Rita, que vivem numa situação de ansiedade e angústia permanente, pela falta de informação, podendo estar sujeitos a processos de despejo a qualquer momento, perdendo as suas habitações e todos os investimentos que nelas realizaram.

Na questão laboral, aproveitamos esta oportunidade para relembrar um dos episódios mais tristes e tenebrosos desta história, que foi a revisão do Acordo Laboral de 2011, em que as autoridades portuguesas cederam, como é hábito, acabando oficialmente com o Inquérito Salarial, depois de permitirem que este não fosse aplicado durante anos, roubando milhões de euros aos trabalhadores, à ilha Terceira, à Região! A justificação, na altura, era a de que era preciso ceder, ou os Estados Unidos da América encerrariam a Base e ficaríamos sem os postos de trabalho e respetivos salários, afinal a única compensação que os Açores recebiam por ter esta instalação militar no seu território. Nada mais errado, o que deveria ter sido feito era:

- A defesa do número de postos de trabalho para os trabalhadores portugueses, única contrapartida efetiva face à utilização daquela infraestrutura pelos norte-americanos;
- O estabelecimento de um contingente mínimo de trabalhadores portugueses, na proporção de 3 trabalhadores portugueses por cada norte-americano, nunca podendo este contingente ser inferior a 450 trabalhadores portugueses;
- A consagração de prazos de resposta pelos diferentes níveis de resolução de conflitos (Comandantes, Comissão Laboral e Comissão Bilateral), garantindo que os trabalhadores possam recorrer, em tempo útil, às instâncias judiciais.

Face ao exposto, temos de ter a coragem política para exigir a imediata reavaliação da presença norte-americana nas Lajes, elaborando um estudo comparativo para usos alternativos daquela infraestrutura, de forma a que, transparentemente, possam ser contabilizadas as vantagens e desvantagens da presença dos EUA na Base das Lajes, devendo ser exigida a sua retirada integral, caso as vantagens da presença do contingente norte-americano se mostrem inferiores às dos usos alternativos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Isso está no Regimento? O Presidente fala antes do intervalo? Não está na hora do intervalo, Sra. Presidente? Houve uma alteração regimental?

O Orador: Srs. Deputados, em relação a diversas intervenções que aqui foram feitas, quanto à questão da situação económica e daquilo que o Governo Regional tem ou não tem feito e também dos resultados que isso tem produzido, o que eu gostaria de partilhar com a câmara são alguns dados que me parecem particularmente elucidativos em relação à situação que temos neste momento e à leitura que o Governo Regional retira desses dados.

No anterior sistema de apoio que vigorou ao investimento privado, SIDER, em toda a sua extensão, foi candidatado investimento privado na Ilha Terceira, no montante de 103 milhões de euros.

Há um novo sistema de incentivos que vigora a partir de 2014, o Competir +, que está praticamente a metade do tempo de funcionamento, uma vez que se tem por referência o atual Quadro Comunitário e é curioso verificar que mais ou menos a metade dos atuais sistemas de incentivos ao investimento privado, o total de investimento privado candidatado, é de 102 milhões de euros, ou seja,

atualmente é metade do tempo de funcionamento do atual sistema de apoio ao investimento privado, já foi candidatado praticamente o mesmo montante de investimento privado que foi candidatado em todos os 7 anos de vigência do sistema de apoio anterior.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que engraçado!

O Orador: Um outro dado que me parece importante, em janeiro de 2015, exatamente no olho do furacão de toda esta situação, a Ilha Terceira registou como inscritos desempregados, 2 658 terceirenses;

Em dezembro de 2017, estavam registados 1 643 desempregados, uma redução superior a 38%;

Deputado José San-Bento (PS): Impressionante! Muito bem, Sr. Presidente!

O Orador: Em 2015, a Ilha Terceira registou como dormidas, 176 mil, 179;

Em 2017, a Ilha Terceira registou como dormidas, 327 mil e 21, um aumento em relação a 2015, de cerca de 90%; um aumento em relação a 2014 superior a 100%.

Que conclusão é que o Governo Regional retira desses números?

Que leitura faz o Governo Regional desses números?

Muito simples:

Primeiro, esses números constituem para nós um grande incentivo, damos um grande ânimo de fazer o que ainda falta fazer, para responder às necessidades de criação e emprego que ainda existe, para fortalecer ainda mais o setor turístico da Ilha Terceira e dos Açores, para no fundo continuar a dar as melhores respostas que produzem esse tipo de resultados benéficos para os Açores.

Vozes dos alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Relativamente à questão das casas e das habitações que a Sra. Deputada Mónica Seidi referiu na sua intervenção, eu gostaria também de partilhar com a câmara um dado que me parece particularmente elucidativo ou importante, melhor dizendo.

O Governo da República respondeu já à carta e ao pedido que o Governo Regional lhe havia feito, a propósito da cedência das habitações na Ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Finalmente respondeu!

O Orador: É com muito gosto e com muito orgulho que vos transmito que a resposta foi positiva.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Portanto, fruto também desta decisão do Governo da República temos hoje ainda mais e melhores condições para continuar exatamente esse trabalho de fortalecimento da economia da Ilha Terceira e dos Açores, de criação de emprego na Ilha Terceira e nos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas num dos anteriores plenários que se referiu a esse aspeto, manifestou uma preocupação.

Hoje, fruto da resposta positiva que recebemos do Governo da República, eu estou em condições de responder a essa sua preocupação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem que isto estivesse na minha intervenção!

O Orador: Se bem se recordam a preocupação era que com esta cedência das habitações ao Governo dos Açores, pudesse ficar condicionado qualquer projeto apresentado pelos Estados Unidos, que viesse a necessitar dessas habitações.

Pois, muito bem, tenho também o gosto de partilhar com a câmara que a posição do Governo dos Açores em relação a esta matéria, é que estamos inteiramente disponíveis para avaliar com o Governo dos Estados Unidos, ou com quem quer que seja, qualquer projeto para a utilização dessas habitações e que possa também mais uma vez ajudar a fortalecer a economia da Ilha Terceira, ajudar a criar emprego e ajudar a criar riqueza na Ilha Terceira.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não há-de ser por isso, por falta de habitações, que há-de ficar qualquer projeto pelo caminho, aliás, oxalá que chegássemos a essa situação que era muito bom sinal.

Julgo que dessa forma estão esclarecidos, por um lado as preocupações que foram referidas pelo Sr. Deputado Duarte Freitas e pelo PSD, mas também sobretudo esta grande notícia de mais um dado concreto e efetivo e o resultado concreto e efetivo e com enorme potencial positivo daquela que é a colaboração entre o Governo dos Açores e o Governo da República.

Muito obrigado.

Deputados André Bradford e Francisco Coelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Gostaria de ter visto este seu entusiasmo após a minha intervenção ali da tribuna, isto é que eu gostaria de ter visto relativamente às medidas que o Comité para a Cooperação dos Açores fez na Comissão Bilateral Permanente, Sr. Presidente e não vi, infelizmente, vi outra coisa.

Deputado Francisco Coelho (PS): Nós respondemos, Sr. Deputado!

Deputado André Bradford (PS): O senhor não está contente com as respostas?

O Orador: Mas Sr. Presidente, disse-me aí que respeita e com total transparência quer informar este Parlamento.

Eu só lamento é que a uma pergunta que eu lhe fiz sobre o GNL, o senhor muito delicadamente me tenha remetido: vá ler o comunicado da Portos dos Açores se quiser! Foi isso que o senhor disse!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não disse exatamente assim!

O Orador: Ficou-lhe mal, Sr. Presidente! Ficou-lhe mal!

O senhor para usar uma expressão sua “tive que gramar com essa”.

Mas, Sr. Presidente, peço-lhe mais uma vez, delicadamente, que me responda à pergunta, bom, nem sequer vou dizer que é esse o seu dever, o senhor sabe.

Agora, Sr. Presidente, há uma coisa muito interessante, nalgumas coisas que se conseguiu, as coisas não são propriamente públicas. O que eu lhe recomendo Sr. Presidente é que as coisas não são propriamente públicas, tem que se procurar, porque no site do Governo não está nada disto publicado. Nada!

Portanto, Sr. Presidente o que se passa é que a partir da 34.^a, 35.^a, 36.^a reunião, passa a haver uma referência que antes não havia e que é a seguinte: “Portugal e os Estados Unidos abordaram as perspetivas de cooperação futura, em benefício da economia da Região, com vista a reduzir o impacto económico e social da redução da presença norte americana na Base das Lajes”, portanto 34.^a reunião onde o senhor esteve presente, Sr. Presidente.

Depois diz mais abaixo: “O Comité Açores é um órgão subsidiário essencial para acompanhar tais iniciativas”, 34.^a.

Na 35.^a a mesma coisa: “Portugal e os Estados Unidos, debateram a cooperação em benefício da economia da Região com vista a reduzir o impacto económico e social da redução da presença norte americana na Base das Lajes”. Na 34.^a, 35.^a, 36.^a, Sr. Presidente e até agora o senhor não fez uma única proposta para os Açores, nem de bolsas de estudo, nem do GNL, nem dos voos da Delta, nem dos voos do que quer que seja. Nada!

Mas mais à frente, da 35.^a, que foi a 6 de maio de 2016, também se diz: “O Comité de Cooperação para os Açores, irá reunir no outono de 2016, com vista a rever as prioridades para 2017”.

Quais são as prioridades para 2017, do Comité para os Açores?
Quem faz parte deste Comité?

Onde estão as atas das reuniões deste Comité?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Onde estão as publicações desse Comité?

Sr. Presidente, é um Comité secreto?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Secreto, que estava escondido dos açorianos?

Não estava publicado em sítio nenhum, aliás no site do Governo nem sequer se faz referência que ele exista, portanto é secreto e ninguém sabe o que lá se passa, ninguém sabe as propostas que o senhor fez, a não ser o que vamos catando aqui e ali, nos comunicados da Bilateral Permanente, porque sobre o Comité Açores, nem uma linha, nem as propostas que o senhor fez.

Quais são as prioridades para 2017?

Deputado André Bradford (PS): Oh! Já foi lida a lista!

O Orador: Não! Não! Fez o de uma reunião! E as prioridades para 2017? E a que foi para 2016? E as que foram em 2015?

Estou a falar-lhe: 15, 16 e 17. Estamos em 2018, Sr. Deputado Bradford e daqui a 5 meses há outra reunião. Pronto! As prioridades para 2017 quais são?

Portanto, isto tudo e o senhor sabe muito bem, o senhor também participou nesse secretismo *in loco et tempore*.

Mas nesse aspeto e sobre a descontaminação, vamos falar no próximo Plenário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS e do Deputado Paulo Estêvão:

Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CDS e do Deputado Paulo Estêvão (PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas e 15 minutos.

Eram 11 horas e 51 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 21 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que é fundamental que fique aqui definido, e vou aproveitar o pouco tempo que me resta, para voltar a reiterar esta pergunta, já foi realizada diversas vezes, por parte do Sr. Deputado Artur Lima e ainda não foi respondida, que tem a ver com o secretismo que rodeia o Comité de Cooperação com os Açores e as perguntas que já foram feitas várias vezes e não foram respondidas são as seguintes:

Quem é que nos representa neste Comité de Cooperação?

Quem é que esteve presente nas diversas reuniões deste Comité de Cooperação com os Açores?

Quais foram as propostas que foram apresentadas da nossa parte ao longo destas reuniões, em todas estas reuniões e finalmente se o Governo está disponível para fornecer toda a informação em relação às diversas reuniões já realizadas?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e demais Membros do Governo:

Sr. Presidente, identificou e bem, as declarações que eu citei, que proferiu numa intervenção que fez na abertura do Curso de Segurança e Defesa, em que eu interpretei e considerei que foram de facto um ultimato para que se concretizasse a tal instalação na Ilha Terceira do Centro de Segurança Atlântica. Como não estive presente nesse evento, vou citar aquilo que foi publicado na comunicação social, passo a citar: “Consideramos (são palavras do Sr. Presidente), não apenas lógico, como perfeitamente concretizável, o anunciado projeto de constituição na Base das Lajes, do Centro de Segurança Atlântica, que visa criar sinergias entre parceiros americanos e europeus, de Portugal, em função de formação, de treino e outras para cumprimento de missões ou objetivos comuns no quadro das alianças em que nos inserimos ou mediante

necessidades de países amigos – disse o Presidente do Governo, Vasco Cordeiro.

Perante essa realidade o Presidente do Governo sublinhou que a proposta de criação do Centro de Segurança Atlântica, constitui uma oportunidade única e oportuna para a clarificação do compromisso bilateral dos Estados Unidos, para com Portugal, ao manter no atlântico uma cooperação forte no domínio da defesa, adicionando também novas componentes e benefícios diretos tangíveis na relação histórica com os Açores.

Cabe, pois, a Portugal se tal clarificação dos Estados Unidos não surgir, desencadear os mecanismos para a revisão do Acordo de Cooperação e Defesa, defendeu o Presidente do Governo”.

Ora bem, se isto não é uma forma de pressão sobre a Comissão Bilateral que estava em vésperas de acontecer, não sei o que é que seria.

É pena, de facto, é que perante o tão reiterado atraso e a falta de desenvolvimentos perante a questão da descontaminação dos solos e dos aquíferos da Ilha Terceira, o Governo Regional não tenha a mesma posição de pôr em causa e defender a revisão do Acordo, mas tenha essa posição quando está em vista a instalação na Ilha Terceira, novamente, de uma infraestrutura militar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o senhor é a favor ou contra?

O Orador: Ainda outro dia, há dois dias atrás, debatemos aqui a questão do paradigma económico integrada no debate sobre a pobreza e da necessidade de se alterar o paradigma económico.

Ora, como é que vamos alterar o nosso desenvolvimento económico quando aquilo que foi e aquilo que já se percebeu que não é um caminho que serve a Ilha Terceira e que não é um caminho que serve os Açores de uma presença militar estrangeira, que teve e tem consequências graves, nomeadamente e falo aqui principalmente da questão ambiental, para não falar de outras, aquilo que o

Governo Regional defende é que se instale ainda mais uma componente militar na Ilha Terceira.

Essa medida, de facto, não percebemos, ...

Deputado José San-Bento (PS): Percebem! Não concordem, o que é diferente! Percebem perfeitamente!

O Orador: ... ainda para mais quando se vê que questões e projetos como o Air Center não passam afinal de, como já foi aqui várias vezes referido, projetos que não têm qualquer concretização ...

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso, Sr. Deputado! O senhor vai engolir essas palavras!

O Orador: ... e que a concretizarem-se certamente que não vão ter qualquer infraestrutura na Ilha Terceira, exatamente porque a Ilha Terceira está aparentemente reservada para a componente militar, como parece ser essa a vontade do Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso! Ouça um conselho amigo! Vai ter que engolir essas palavras!

O Orador: No final da última reunião bilateral, o Sr. Presidente do Governo referiu que eram necessários calendários, em relação à descontaminação.

Ora, quando nós queremos que se cumpram calendários, também é preciso ver aqueles que já existem.

Efetivamente já existe um calendário que foi aprovado no ano passado, que se trata da Resolução 127 de 2017, em que foram aprovadas várias propostas, inclusiva uma por proposta do BE, que no seu ponto 4, diz o seguinte: “De acordo com o Projeto de Resolução aprovado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assuma o Governo da República a monitorização e acompanhamento do trabalho de descontaminação através do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, entidade que tem acompanhado e analisado os trabalhos de descontaminação dos aquíferos e garanta que o LNEC elabore

relatórios semestrais que deverão ser enviados ao Governo da República, à Assembleia da República, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e ao Governo Regional dos Açores”. Esta Resolução foi publicada em 20 de junho de 2017.

O BE e esta Casa, penso que ainda não receberam nenhum relatório do LNEC, tanto quanto sabemos a Assembleia da República também não, pergunto ao Sr. Presidente do Governo se o Governo Regional já tem alguma informação sobre este assunto?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por saudar o Governo pelos esclarecimentos que já aqui efetuou e queria também destacar algo que por vezes parece que muitos esquecem, que a negociação de contrapartidas no âmbito do Acordo das Lajes é um processo difícil, exigente e nem sempre fecundo.

É verdade que tem um acordo que há um enquadramento jurídico e normativo para proceder a essas negociações e já foi aqui explicado, o Governo tem feito isso, tem feito isso com grande mérito, com resultados comprovados, mas esse será sempre um processo difícil e eu gostava de sublinhar este aspeto.

Portanto, o PS não alinha naquela demagogia fácil de fazer confundir um processo negocial extremamente difícil com aqueles programas antigos radiofónicos (não sei se ainda existem) de discos pedidos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o seu!

O Orador: Não é disso que nós estamos a falar.

Queria também sublinhar um aspeto, Sr. Deputado Artur Lima, já que me dirigiu simpáticas palavras e elogiosas, aliás como quase sempre, gostava de lhe

dizer que é muito importante nós deixarmos aqui um aspeto e uma conclusão que já é possível retirar deste debate e que o PS gostava de deixar de forma muito sublinhada, é que o anúncio da operação da Delta Airlines, dos Estados Unidos para a Região, não decorreu do Acordo das Lajes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Decorreu sim senhor!

O Orador: Portanto, esta questão, o Sr. Presidente foi absolutamente claro nesta referência.

Não é correto e é falso fazer-se uma associação entre as duas coisas porque elas não são relacionadas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fundamente lá!

O Orador: Portanto, o que nos interessa salientar é que este anúncio da Delta Airlines, é da maior importância porque de certa forma este anúncio corresponde à afirmação plena da estratégia de desenvolvimento turístico e de promoção dos Açores e isso é que é muito importante.

É óbvio que a Delta Airlines é uma enorme empresa, transporta mais de 183 milhões de passageiros por ano, tem uma frota de 1300 aviões, contando as suas operadoras associadas, portanto é uma empresa que tem uma atenção permanente em novas possibilidades de negócios, em novos mercados e quem conhece a indústria sabe que as companhias norte americanas fazem isso há muitos anos, desde os anos 80 e esta iniciativa da Delta Airlines, obviamente que teve mérito do Governo Regional, já foi aqui dito, da ATA, eu também acredito como disse o Sr. Deputado Francisco Coelho, que a própria concessionária aeroportuária também teve um papel relevante, agora obviamente que isto é uma iniciativa da empresa e sem essa iniciativa privada de uma empresa norte americana não teria sido possível a realização.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: Isso para nós é que é importante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mentira!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não acreditam nisso ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sou só eu!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é mais uma questão de fé, Sr. Deputado!

O Orador: ... bem, o problema é que nós para não acreditarmos, é preciso ter provas para o que se diz.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão agora não acredita, bem o senhor já acreditou em tanta coisa, o senhor já acreditou que a democracia cristã era o futuro da humanidade, agora é um ferranho monárquico. O senhor acredite no que entender, tem legitimidade para isso, nós preferimos fazer uma análise serena, baseada em provas concretas e na boa fé das pessoas, que também é muito importante sublinhar, nomeadamente nesses esclarecimentos que já foram aqui referidos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem faz parte do Comité Açores? Os senhores não explicam, por isso é mentira!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): A ATA!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A ATA é um organismozinho!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Queria aqui deixar de uma forma absolutamente clara e absolutamente transparente que o PS, que o Grupo Parlamentar do PS Açores, não é como o PSD, longe disso, nós não temos três posições diferentes e que ninguém se entende e que a Sra. Deputada Mónica Seidi, com todo o respeito, com a intervenção que faz, ainda suscita mais dúvidas.

Não, nós somos o Partido Socialista! Um partido claro, um partido de confiança e um partido que é absolutamente seguro daquilo que afirma.

Portanto, o Partido Socialista quer que esta operação da Delta Airlines para os Açores beneficie todas as ilhas dos Açores, todas as ilhas dos Açores e vamos lutar por isso.

Por isso é que é da maior importância as garantias que a Sata Air Açores já deu, de que vai proceder a acordos interline, que vão permitir que todas as ilhas dos Açores beneficiem desta ligação, aliás, à semelhança do que já acontece com as low cost, à semelhança do que acontece com a operação direta entre a Califórnia e a Ilha Terceira e que também por via da SATA Air Açores beneficia todas as ilhas dos Açores e é esta visão integrada, uma visão que corresponde a uma Região na sua totalidade, com as suas nove ilhas, com toda a sua população, é neste caminho de progresso que nós vamos continuar esta visão que o PS tem.

É através dessa visão, dessa vontade política que nós acreditamos que esta ligação da Delta Airlines, não será uma ligação entre Nova Iorque e Ponta Delgada, será uma ligação entre os Estados Unidos e os Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa, julgo que é, Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sim.

Muito obrigado Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Apenas uma interpelação para fazer uma precisão.

Eu bem sei que o Sr. Deputado António Lima não estava na Assembleia, gostaria apenas de informá-lo que o Governo remeteu ao Parlamento no passado dia 13 de fevereiro de 2017, o relatório do LNEC, de análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para melhoria da situação ambiental, dando cumprimento à Resolução que foi aqui aprovada que diz ao Governo para remeter anualmente essa informação para o Parlamento e nós, naturalmente, que a cumprimos escrupulosamente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário, fica registada a sua interpelação.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É importante, aqui hoje também e a propósito deste debate, pormos claramente em cima da mesa um conjunto de princípios.

O primeiro tem a ver com os Açores como uma Região.

Eu já tive oportunidade de dizer, e repito aqui, dos maiores orgulhos que sinto da minha geração é ver que enquanto na geração dos meus pais uma pessoa que estivesse deslocada, fora dos Açores e muitos tiveram que emigrar, quando me perguntavam de onde é que és? Sou da Terceira, sou do Faial, sou de S. Miguel! Hoje quando se pergunta à minha filha ou aos colegas dela dos Açores: de onde é que és? Eles dizem somos dos Açores! Isto faz toda a diferença.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi esta construção que levou muitos anos, mas que foi sustentada pela autonomia que hoje marca esta geração e há-de marcar as futuras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É por isso também e com este orgulho, certamente que no processo autonómico, nos Governos do PSD, nos Governos do PS, muita coisa foi feita positiva, outras menos positivas, fizeram-se erros, fizeram-se coisas boas, mas

há algo que é inelutável e permanecerá para sempre: com a autonomia construiu-se uma Região!

Andámos cinco séculos de costas voltadas uns para os outros, não conhecíamos as outras ilhas, não conhecíamos a própria ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda hoje é assim!

O Orador: Hoje em dia, além deste desconhecimento das outras ilhas, de estarmos de costas voltadas durante cinco séculos, estávamos também longe dos centros de decisão, estávamos fragilizados na nossa pequenez e ainda mais fragilizados por estarmos de costas voltadas.

Com esta autonomia construiu-se uma Região de nove ilhas, solidariamente e isto é um bem que nunca mais se pode perder. Ficarà para todas as gerações e daqui a muitos anos quando se olhar para a história vai se perceber que houve um momento, houve uma geração, ou um conjunto de gerações e um conjunto de responsáveis e cidadãos que neste período construíram, ao fim de cinco séculos, uma Região.

Eu, ao afirmar isto aqui, esta análise histórica, simples, queria dizer não só do orgulho, mas da minha mais profunda convicção da causa política, que não partidária, mas enquanto cidadão, que é manter esta Região unida.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Penso que estas palavras serão comungadas por todos nós.

Nesse sentido, houve momentos da história em que umas ilhas tiveram que ajudar mais outras, outros momentos em que foram as outras a ajudar, isto sempre foi assim e há momentos de grande epopeia. Eu recordo-me, por exemplo, no tempo do sismo da Ilha Terceira (Terceira, S. Jorge e Graciosa, mais atingidas) o esforço, a epopeia, algo de ético que foi feito pelas mãos dos terceirenses, dos graciosenses, dos jorgenses.

É verdade que ao fim de muitos séculos houve possibilidade de haver apoios públicos, pela primeira vez se calhar numa calamidade desta dimensão, mas

foram os açorianos (terceirenses, graciosenses, jorgenses) que fizeram com as suas mãos e também naturalmente com a solidariedade de todos os açorianos e isto também é uma marca muito importante do nosso processo histórico e do nosso processo autonómico e caracteriza-nos como pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que isso tem a ver com “downsizing”?

O Orador: É por isso também que eu acho que não podemos perder também essa maneira de ser, essa característica, essa identidade do povo açoriano de arregaçar as mangas, reconstruir aquilo que as calamidades, os sismos destruíram e ser solidários uns com os outros.

Dito isto quero também dizer, e neste caso uma nota mais da minha experiência pessoal, eu sou do Pico com muito orgulho, por isso sei a realidade de uma ilha pequena. Quando era miúdo não havia água, luz, escolas, tive que vir para o Faial para estudar, depois para a Terceira, Lisboa, S. Miguel, portanto tive a felicidade, também por algum infortúnio, de conhecer todas as ilhas, mas parti de uma realidade muito pequena, parti de uma realidade muito pequena. Sei bem o que é ser de uma ilha que não é capitalina! Isso também ajuda a formar uma consciência, uma consciência de saber que às vezes estamos mal, mas há gente que está pior! Mas todos temos que ser solidários para nos ajudar a puxar para cima, em cada momento histórico e em cada situação.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa minha experiência pessoal, peço desculpa de aqui trazer, penso que já de alguma forma a poderiam conhecer, mas o Dr. Renato Leal, antigo Presidente da Câmara Municipal da Horta e também Deputado da Assembleia da República do PS, é que tinha esta expressão das ilhas capitalina. Eu não sou de uma ilha capitalina, portanto conheço bem esta realidade e nesse sentido acho que é importante termos esta noção das dificuldades que todos temos e que há ilha que tem mais do que outras e em momentos que tem mais do que outras.

Neste caso quero dizer-vos que há ilha que tem mais dificuldades neste momento, que é a Ilha Terceira, por via do downsizing operado pelas forças americanas e nós temos que ser solidários, todos, e contribuir e temos que compreender também que o Sr. Deputado Artur Lima, a Deputada Mónica Seidi, o Deputado Francisco Coelho, as pessoas que representam os terceirenses estejam particularmente preocupados com esta situação e a quererem a solidariedade de nós perante esta situação e têm que tê-la e devem tê-la! Penso que a tem de todos nós.

Deputado José San-Bento (PS): Já fizemos o PREIT!

O Orador: Temos que perceber também que face a notícias que podiam dar a entender que o Embaixador tinha tido alguma coisa a ver com a vinda dos voos da Delta Airlines que nesse caso pensassem que podia haver um privilégio também a algo que sobrasse diretamente para a Ilha Terceira.

Temos que compreender estas posições. Não vale a pena diabolizarmos estas situações, são posições razoáveis, identitárias também e nós temos que compreender isto em cada uma das nossas ilhas.

Mas, também gostaria de vos dar outra nota, que é a construção de um modelo de sociedade nos Açores, que acho que é importante, e peço desculpa não vejam isto como algo político ou partidário, mas quase todos nós nos podemos identificar, numa matriz social democrata da autonomia, social quero identificar como socialista também, uma matriz social democrática da autonomia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A democracia? Talvez fique melhor!

O Orador: Portanto, por que é que, talvez pela experiência pessoal de vida, talvez por condições também ideológicas, mas eu entendo de facto que este sistema da social democracia açoriana, que é específica, que se deve introduzir aqui.

É sabido que sendo social democrata eu entendo que o mercado deve funcionar regulado e que deve haver uma intervenção do público só quando necessário ou sempre que necessário.

Mas é uma social democracia açoriana que é a minha visão, porque nos Açores é mais necessário do que noutros sítios. A social democracia adaptada, vivificada nos Açores é diferente porque nós temos nove ilhas, por alguma coisa, por exemplo, eu entendo que a elétrica nacional está bem privatizada, mas eu acho que nos Açores ela tem que ter maioria de capital público.

A TAP pode estar privatizada, mas nos Açores, a Sata Air Açores, eu entendo que deve ter a maioria do capital público.

Isto tem a ver também com a nossa realidade dos Açores.

Nós neste sentido, temos que perceber um conjunto de contingências, de condições, mas também de mais valias que nós podemos ter, mas também entender aquilo que é a defesa de cada qual para a sua ilha.

Neste aspeto, gostaria aqui de dar uma nota, aqui não tem a ver com uma questão de ilhas, se calhar tem a ver com uma questão mais ideológica, o Sr. Deputado António Lima provavelmente não concordará, ou o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, mas a nossa visão é uma visão atlantista, uma visão de um hemisfério de democracia ocidental e em que os nossos parceiros privilegiados são o continente norte americano. Eu tenho orgulho em que sejamos próximos do Canadá e dos Estados Unidos.

Portanto, também temos que perceber que a estar uma potência estrangeira nos Açores, temos que naturalmente tirar os benefícios que pudermos, mas também temos que valorizar o facto de ser os Estados Unidos da América, um País irmão e onde muitos irmãos açorianos lá residem, lá vivem, sem nunca esquecer os laços que os unem aos Açores e é através desses laços também que a melhoria das acessibilidades do exterior, nomeadamente o continente norte americano, em relação aos Açores pode ter um impacto muito importante.

Por isso o PSD Açores, já no seu programa eleitoral para 2016, diz que se devia incentivar o aparecimento de novas companhias aéreas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... a ligar, nomeadamente a Nova Inglaterra e os Açores.

Já fomos criticados aqui por isso, mas afirmámo-lo, preto no branco, e afirmámo-lo antes do anúncio da Delta Airlines, já foi no programa eleitoral de 2016.

A verdade é que hoje toda a gente concorda com esta mais valia. É uma boa notícia para os Açores, que a Delta Airlines, vem operar para esta Região a partir do continente norte americano, concretiza, não pela nossa ação porque nós não tivemos nada a ver com isso, mas concretiza aquilo que era um anseio nosso, porque achávamos que era bom para os Açores e renovamos, é uma boa notícia, é bom para os Açores que a Delta Airlines venha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais, também o dissemos, já não no programa eleitoral, mas aqui na altura em que se discutiu alertámos para a necessidade de haver um acordo interlines para que os passageiros que viessem na Delta Airlines para Ponta Delgada, para a Terceira, pudessem chegar às outras ilhas. É aqui que está a pequena diferença de quem tem uma visão de uma ilha não capitalina.

É verdade que os nossos emigrantes que chegam a S. Miguel ou à Terceira, mais voos para S. Miguel e menos voos para a Terceira ainda assim, mas vêm dos Estado Unidos da América, esses têm uma passagem, mas alguém se lembra dos açorianos de S. Jorge, do Faial, das Flores, do Corvo que aterrando em S. Miguel ou na Terceira têm que pagar mais uma passagem para as ilhas pequenas?

Deputado José San-Bento (PS): Eu acabei de falar nisso!

O Orador: Temos que ter esta consciência!

É verdade que nós queremos, compreendem bem o que eu estou a dizer, naturalmente que todas possam beneficiar por igual, mas sabemos que há coisas que não são assim diretas.

Deputado José San-Bento (PS): Já percebi! O senhor está a falar para a Sra. Deputada Mónica Seidi!

O Orador: Agora, renovando, é uma boa notícia para os Açores a Delta Airlines vir e nós já o defendíamos no nosso programa eleitoral, é imperativo que o Governo Regional, como aqui defendemos e depois o Governo assumiu que procure negociar acordos de interline para que esses passageiros que aterrem através da Delta Airlines, em Ponta Delgada ou na Terceira, onde for, possam chegar às outras ilhas, como também temos que compreender face à nossa própria indiocicrasia, à nossa cultura, que o Sr. Deputado Artur Lima, a Sra. Deputada Mónica Seidi, ou qualquer Deputado ou qualquer cidadão da Ilha Terceira, queira através também destes mecanismos de acessibilidades que a Terceira possa ser beneficiada naquilo que perdeu em relação ao downsizing. Temos que o compreender! Temos que o aceitar, porque a Ilha Terceira não pode ficar com os passivos ambientais, em exclusivo para a Ilha Terceira e não ter outras compensações. Sei que me vão falar do PREIT, muito bem, mas venha ou não a Delta Airlines para a Ilha Terceira, é importante que as acessibilidades à Ilha Terceira sejam melhoradas para minimizar o impacto do downsizing dos americanos na Ilha Terceira.

A terminar, não se esqueçam de uma coisa: somos açorianos, não somos nenhuma ilha, somos dos Açores!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, vou pedir para que seja entregue à Mesa a Resolução da Assembleia da República 127/2017, de 20 de junho, aprovada a 19 de maio, referente aos relatórios semestrais do LNEC, que está obrigado de acordo com esta Resolução e que pela data que já foi aprovada, já deveria ter havido um novo relatório que não se refere ao relatório que o Sr. Secretário Berto Messias referiu, porque é de fevereiro. Esta Resolução é de junho de 2017, por isso não poderia ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Da Assembleia da República a Resolução 127/2017, já pedi para ser entregue à Mesa.

Presidente: Depois de entregue será então distribuído.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, começo fazendo também um balanço deste debate, pela última intervenção, pela intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, agradeço e registo os esclarecimentos prestados que foram úteis e que me serenaram.

O primeiro, naturalmente a conformação que eu esperava, do caráter profundamente autonomista e genético do PSD Açores;

O segundo porque também é importante porque com a intervenção da Sra. Deputada Mónica Seidi fiquei um bocadinho confuso. Fiquei um bocadinho confuso quando ela usou a expressão para definir a Terceira, referindo-se de

algum modo, aos malefícios de uma economia militar. Eu fiquei um bocadinho assutado com a expressão, acho que alguma esquerda parlamentar sorriu e salivou, exatamente nas partes em que nós não geringonçamos. Eles acham que nós somos melissitas, nós nesta matéria achamos que eles são um bocadinho irrealistas e isso está perfeitamente claro desde o início.

Portanto, é preciso algum cuidado com estas expressões.

O Sr. Deputado Duarte Freitas também reafirmou o caráter atlantista de respeito absoluto e escrupuloso por aquilo que tem sido a linha estratégica da política externa portuguesa e também das relações externas açorianas, ao nível das nossas velhas alianças, em relações internacionais e em relações ao nível das próprias relações de defesa e militares.

Portanto, tenho a certeza que continuo nessa matéria a contar com o PSD e com o Sr. Deputado Duarte Freitas, sempre também com o CDS-PP e com o Sr. Deputado Artur Lima, que não me vão com certeza deixar desamparado nesta matéria ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desamparado?!

O Orador: Desamparado, é uma força de expressão, Sr. Deputado!

... ainda por cima do dia dos amigos.

Acho que é importante nestas matérias essenciais, em que se calhar é possível um largo consenso nesta câmara e nos Açores acerca daquilo que são as opções fundamentais, talvez seja, isto valerá naturalmente para todos, mais importante nós focarmo-nos em termos de utilidade exatamente nisso, naquilo que está mal e que concordamos que está mal e que é preciso mudar, talvez seja mais útil do que perder tempo a lembrar, o que já está mal há muitos anos, que já passaram vários governos, de várias cores, com vários partidos e continua mal.

Mas o que interessa mesmo é que a partir de agora não continue mal, quer em termos de método, quer em termos de intensidade, quer em termos de resolução. Parece-me que isso é que é verdadeiramente o fundamental e parece-me que se

nessa matéria existir um largo consenso entre nós, como em termos de substância eu penso que exista, ele será com certeza mais útil, mais legitimador de uma posição de força, de uma posição reivindicativa dos Açores e dos seus órgãos de governo próprio.

Espero, convém sempre em política que à consagração ou reafirmação dos princípios ajam todos em conformidade. Isso é que é fundamental porque se não os princípios ficam em contradição com a prática.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Lamento que o Presidente do Governo não tenha respondido às perguntas, continua e é isto que alimenta o secretismo, é quando se fazem perguntas e o Sr. Presidente do Governo não as responde.

Quero aqui reiterar que em relação às questões tudo indicia ...

Deputado André Bradford (PS): Não indicia nada, Sr. Deputado! O senhor é que quer que indicie!

O Orador: ... a informação que neste momento existe tudo indicia que de facto há uma interferência do Governo dos Estados Unidos nesta matéria e que os voos da Delta estão relacionados evidentemente com a Base das Lajes e as contrapartidas.

Evidentemente, também, respondendo aqui ao repto do Sr. Deputado José San-Bento que fui democrata cristão, continuo a ser democrata cristão, portanto não alterei nada. V. Exa. é que há uns anos atrás, há 21 anos atrás defendia as virtudes da alternância democrática e já não o vejo a defender isso!

Deputado José San-Bento (PS): Continuo a defender!

O Orador: O senhor defendia que 20 anos de governo era demais e tal, também já mudou de ideias, é conforme a posição em que V. Exa. se encontra.

O que V. Exa demonstrou, no debate de ontem em relação à pobreza, é que não tem qualquer tipo de capacidade de autocrítica ...

Deputado José San-Bento (PS): Completamente falso!

O Orador: ... e para si a política é dizer sempre, sempre, sempre aquilo que lhe convém, independentemente daquilo que é a realidade.

Deputado José San-Bento (PS): Olha só quem fala!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Reitero, Sr. Presidente, todas as perguntas que lhe fiz, espero que me responda. Mas devo dizer, primeiro esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Coelho, que citou o jornal *Dário Insular*, podia ter lido o resto, podia ter lido tudo, mas eu vou ler-lhe, vou poupar o trabalho.

“Questionada pelo DI, a Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, confirmou que tem promovido, Sr. Presidente, e vai continuar a promover estas e outras ligações ...

Deputado José San-Bento (PS): Desde o anúncio!

Deputado André Bradford (PS): Isso é citar o jornal ou é a embaixada? É que eu não percebi!

O Orador: ... entre os Estados Unidos e os Açores”.

Eu tenho pena Sr. Presidente de lhe dizer isto, que o senhor seja desmentido por um jornal, que a ATA não teve nada a ver com o assunto, pior do que isso, que seja a Embaixada dos Estados Unidos a dizer exatamente o contrário daquilo que o senhor disse, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não disse isso!

O Orador: ... porque se houve reuniões com a ATA, não foram respondidas num requerimento que foi feito, que o CDS fez.

Já agora se houve quando é que foram, quem participou, quantas reuniões foram, como é que se vão programar os voos, quais as contrapartidas? Isso tem que ser tudo claro, transparência em democracia, ou em socialismo, ou em social democracia, da maneira que o senhor lhe queira chamar.

Deputado André Bradford (PS): Mas está a citar jornal?

O Orador: O que é que se há-de dizer do Diário Insular?

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

(Aparte inaudível)

O Orador: ... tem este aspas, o senhor já foi jornalista.

Deputado André Bradford (PS): Aquilo que está a ler é da embaixada?

O Orador: Estava! Estava!

“ ... promovido (entre aspas, e entre aspas outra vez), continuar a promover estas e outras ligações entre o Estados Unidos e os Açores”. Quem promove é a Embaixada, não é a ATA!

Deputado André Bradford (PS): O que é que isso quer dizer?

Deputado José San-Bento (PS): Desde o anúncio!

O Orador: Quer dizer que não é a ATA e que os senhores faltaram à verdade aqui dentro. Tão simples quanto isso!

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu vou recentrar o debate que V. Exa. fez aqui uma reflexão muito filosófica e poética sobre a autonomia, mas eu vou focar-me na prática da autonomia.

Eu sou de uma ilha capitalina, Sr. Deputado, embora muitas vezes seja desprezada como tal, por todos, quem esteve no poder! E de uma ilha que resistiu aos desmandos do poder, do PSD quando lá esteve! Heroicamente,

historicamente, resistiu aos desmandos da humilhação que foi vítima dos seus antecessores no PSD e o senhor sabe bem disso.

Quanto a pertenças insinuações e lições que o Sr. Deputado Artur Lima, enfim ... a Sra. Deputada Mónica Seidi, defendem a Terceira. Não, Sr. Deputado! Eu defendo a autonomia, uma autonomia de resultados, uma autonomia onde não se deixa ninguém para trás e um modelo exatamente contrário àquele que foi feito até agora, um modelo multipolar, não centralista e unipolar.

Já disse o ano passado, antes de discutir isto aqui, que a Ilha de S. Miguel, o povo da Ilha da S. Miguel era vítima de uma pseudo elite de Ponta Delgada! Disse e volto a dizer e os senhores nem daí, nem dali tiveram coragem de dizê-lo até hoje! Mas eu disse!

Quanto a defender as outras ilhas de S. Jorge, o Pico, etc., a sua ilha tem voos da SATA Internacional duas vezes por semana porque o CDS os propôs aqui, aquela maioria aprovou e os senhores também votaram a favor; para S. Jorge a mesma coisa.

As ligações aéreas inter ilhas foram melhoradas porque nós fizemos aqui proposta para todos os Açores, agora Sr. Deputado, não há voos de Lisboa para os Açores, há voos de Lisboa para Ponta Delgada; há voos de Lisboa para o Pico; há voos de Lisboa para a Terceira. Não há voos para os Açores!

Deputado Manuel Pereira (PS): Se não fosse o CDS não tínhamos nada!

O Orador: Isso não é nada! Os Açores são ilhas e cada uma tem a sua individualidade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: É a mesma coisa que dizer a SATA voa para os Açores, então voa para Ponta Delgada, os Açores estão todos ditos. Também não me responderam à questão do voo Terceira/Porto que retiraram.

A SATA voa para os Açores! Voa para a Terceira, Sras. e Srs. Deputados? Voa para o Pico? Como é que voa? A Terceira neste momento tem três voos da SATA (terças, quintas e sextas), pior que o Pico! É a vossa política!

Mas não me vou desviar do assunto, fico à espera, Sr. Presidente, dos seus esclarecimentos, das perguntas todas que lhe fiz, desde o anemómetro, aquela coisinha pequenina que está ali na pista, até ao Comité para a Cooperação com os Açores, a sua constituição, as suas funções, quando se reúne, onde se reúne e quantas reuniões já teve e peço-lhe também que faça chegar (posso fazer um requerimento) toda essa documentação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A composição do Comité Açores que existe ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa que, portanto, neste âmbito está também subordinado e sujeito às regras que regem esta matéria, é composto por um representante dos Açores ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Que é...

O Orador: ... pelo Cônsul dos Estados Unidos em Ponta Delgada, por um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e por um representante da Embaixada do Estados Unidos em Lisboa.

O representante dos Açores é o assessor que do meu gabinete trata destas questões, o Dr. Francisco Tavares.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O que viemos a saber!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Estamos conversados!

O Orador: Relativamente às questões da Delta e de dados.

Ainda a propósito do Comité Açores, Sr. Deputado Artur Lima, eu não sei o que é que o senhor quer que eu lhe faça. Eu já lhe li e disse quais foram os projetos que foram apresentados.

Em 2015 foram apresentados esses projetos e disse-lhe também em relação àquilo que era a nossa análise, sobre o que estava no fundo a ser feito nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prioridades para 2017!

O Orador: Portanto posso repetir, mas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Prioridades para 2017!

Deputado José San-Bento (PS): Prioridades para 2017!

O Orador: Em relação à questão da Delta, o Sr. Deputado Artur Lima, acha que eu estou a mentir, baseado no jornal.

Deputado André Bradford (PS): Baseado num jornal!

O Orador: Há uma forma muito simples de resolver isso.

Aqui ou na Assembleia da República, o CDS-PP pode pedir informações à Embaixada dos Estados Unidos, pode pedir informações ao Governo da República, portanto no meio dessas coisas todas, também há algo que releva, pelo menos para mim, é a minha consciência, essa também releva para mim.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sr. Presidente!

O Orador: Portanto, eu não tinha necessidade absolutamente nenhuma de estar a mentir às Sras. e aos Srs. Deputados e sobretudo a mentir nesta forma.

Relativamente à questão da Delta, dos voos, dos encontros, quem foi, quando foi? Volto também a repetir aquilo que já disse: no dia 20 de setembro de 2015, em Durban, na África do Sul, por ocasião de uma reunião de uma Convenção denominada ROTZE, houve uma reunião entre o Diretor Executivo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh Sr. Presidente...

O Orador: Oh, Sr. Deputado Artur Lima, peço desculpa, mas isso já não é uma questão política

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: Não, não é!

No dia 20 de setembro de 2015, o Diretor Executivo do Turismo dos Açores, acompanhado pelo representante da ANA, Aeroportos dos Açores, reuniu com a Delta Airlines, foi colocado pela primeira vez nesse âmbito, seguiram-se reuniões nos anos de 2016, entre em Cracóvia, na Polónia; em 2017 na China; em 2017 na Irlanda, também. Foram apresentados estes projetos de ligações em conjunto com a ANA.

Portanto, o anemómetro, Sr. Deputado Artur Lima, eu peço-lhe desculpa eu não lhe consigo responder ao anemómetro.

Talvez o que caracterizará este debate e esta interpelação é a minha incapacidade de lhe responder ao anemómetro.

Mas há uma coisa que eu gostaria de responder-lhe que o senhor perguntou e acho que faz sentido que tenha um esclarecimento, que tem a ver com a questão do LNG.

Eu errei, não foi um esclarecimento da Portos dos Açores, acho que foi uma reportagem do jornal Correio dos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas eu quero é a sua! Os senhores contestaram o jornal!

O Orador: ... relativamente ao qual ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, eu penso que assim não é propriamente possível ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está muito suscetível!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Os senhores querem ouvir ou não querem ouvir? Querem?

Em relação a esta matéria aquilo que gostaria de dizer é que o que está previsto fruto da participação da Região, em dois projetos europeus com a relevância para essa matéria, o projeto COSTA e o projeto GAIN4MOS, bunkering na Praia da Vitória, possibilidade de estender o abastecimento através de GNL a qualquer porto da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

Bunkering na Praia da Vitória, ou seja, abastecimento aí!

Isso não é novidade, isso consta do Programa do Governo, portanto não é propriamente uma novidade desse ponto de vista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde vai ficar o GNL nos Açores?

O Orador: Portanto, penso que foi essa a sua questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bunkering, o armazenamento do GNL, a base do GNL, porto da Praia da Vitória.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos restantes para a continuação do debate da parte da tarde.

Secretário: O Governo Regional dispõe ainda de 6 minutos e 3 segundos;

O PS de 10 minutos e 2 segundos;

O PSD de 4 minutos e 31 segundos;

O CDS de 45 segundos;

O BE esgotou o seu tempo;

O PCP de 54 segundos;

O PPM de 2 minutos e 3 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 09 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições ainda para a participação no debate?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Duas notas finais para retirar as nossas conclusões também, não é só o PS que retira conclusões dos debates e dizer o seguinte: em primeiro ponto, Sr. Deputado Francisco Coelho, pareceu escolher aqui entre uma de duas hipóteses, a manutenção do dispositivo militar norte americano e o desenvolvimento de outras vertentes que são vertentes importantes para o desenvolvimento da Ilha Terceira.

Bem, eu penso que elas não são incompatíveis, são duas vertentes que são até complementares, ...

Deputado André Bradford (PS): A gente não estava à espera!

O Orador: ... e evidentemente que esta segunda vertente se desenvolva, até é absolutamente fundamental para que não exista um tão grau de dependência que agora afetou nas presentes circunstâncias o desenvolvimento da Ilha Terceira (fazer esta referência).

Em segundo lugar referenciar também que na minha perspetiva é fundamental que os Açores tenham um peso político maior naquelas que são as responsabilidades que o Governo da República tem em relação à Região Autónoma dos Açores, porque eu lembro-me que há dois anos o debate eleitoral, o PS apresentava um ex-Presidente do Governo Regional como cabeça de lista pelo círculo eleitoral dos Açores, que garantiria uma presença e uma influência muito mais significativa no âmbito do processo de decisão na República.

Bem, temos atualmente um Primeiro Ministro do PS, temos um líder da bancada parlamentar do PS na Assembleia da República também que é ex-Presidente do Governo Regional, temos um Governo do PS também aqui nos Açores e o que eu vejo é que esta conjunção astral, esta conjunção de poderes, por parte do PS, poucas vezes do ponto de vista meramente simbólico foi tão grande, depois do ponto de vista da prática, da prática do exercício político, não obteve resultados, os resultados que seriam expetáveis, tendo em conta esta situação.

Para terminar Sra. Presidente, eu fico indignado, cada vez que um Ministro da República quando lhe colocam questões sobre os Açores dizem: os Açores (parecem dizer) onde é que ficam? Onde é que ficam os Açores?

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: O Governo Regional dos Açores, o Governo Regional Socialista, pois ...

Há um desconhecimento absoluto em relação àquelas que são as temáticas, àquelas que são as nossas preocupações, àquelas que são as nossas dificuldades

e o que eu vejo por parte do Governo da República, é um desconhecimento muito grande, inaceitável dos dossiers coligados aos Açores.

Isto evidencia que o peso político que o Governo Regional tem no âmbito das decisões do Governo da República, não é aquele que seria expetável, tendo em conta que constitui o mesmo partido e até tendo em conta que o Presidente do Grupo Parlamentar do PS é um antigo Presidente do Governo Regional desta Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Não havendo inscrições, pergunto ao Governo se irá usar do seu tempo para encerrar o debate? Não.

Sendo assim, Sr. Deputado Artur Lima, pergunto-lhe também se irá encerrar o debate.

Dispõe de muito pouco tempo, cerca de 45 segundos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante os esclarecimentos que deu, não posso também deixar de dizer-lhe duas coisas, ou três, que me permitem o tempo.

Em primeiro lugar, ficou a saber-se hoje, ficou a saber-se deste debate, é que existe um Comité de Cooperação para os Açores em que um representante é um membro do seu gabinete, um assessor seu, portanto dentro dos muros do Palácio de Santa Ana, onde se resolve tudo, foi a primeira coisa que se soube;

A segunda coisa que se soube é que essas reuniões são secretas e não são divulgadas, não se conhece nenhum documento, nenhuma ata, nenhum comunicado desse Comité, o que nós lamentamos profundamente, em nome da transparência isso devia estar publicado no portal do Governo e também outra coisa que existe, e que também não é falada, que é o Azores Cooperative Initiative Program, que começou em 29 de julho, reeditado de 2015, com uma verba também de 200 mil euros e que, portanto, o que se verifica é que houve pouco empenho do Governo Regional, não é em avançar os Açores para a frente, é em não deixar uma ilha para trás e foi isso que os senhores fizeram. Deixaram a Terceira para trás!

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, isso não é verdade!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, relativamente aos voos da DeltaAirlines não ficou nenhuma dúvida, quer pelas declarações da Embaixada, quer por aquilo que se nota dos comunicados, alguns públicos da Comissão Bilateral Permanente, porque há uns que não se consegue ter acesso, também um secretismo absoluto sobre isso, de que o turismo é uma das matérias negociadas, os fluxos turísticos e os voos para a Região Autónoma são do âmbito do Acordo da Lajes, portanto a Comissão Bilateral Permanente e também ficou a saber-se que virão hotéis brevemente para os Açores e que o Sr. Presidente não referiu para onde vem ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou terminar.

... qual foi a negociação que o Governo fez e muito menos foi difuso, não esclarecedor no caso do GNL. Isso teria sido muito importante o senhor ter garantido onde é que ficava o GNL.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não ouviu!

Deputado José San-Bento (PS): Isto foi um diálogo de surdos!

O Orador: Já percebemos que não fica num sítio.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Encerrámos este ponto da nossa Agenda.

(A Deputada Bárbara voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Entramos agora nos pedidos de urgência, referente à situação da COFACO e conforme foi deliberado na Conferência de Líderes e também à semelhança do que aconteceu ontem com o debate sobre o encerramento da loja dos CTT nos Açores, este debate será feito também em conjunto, em função naturalmente da aprovação das urgências.

Elas serão apresentadas pela ordem com que constam na Agenda.

Para justificar então a **urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 65/XI – “Em defesa dos trabalhadores da Cofaco da ilha do Pico”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, com o título **“Em defesa dos trabalhadores da Cofaco da ilha do Pico”**, tem um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo motivo que é por todos nós conhecido e que se prende com a situação atual e futura da unidade fabril da COFACO na Ilha do Pico.

A urgência prende-se com o facto de querermos ver assegurada em primeiro lugar a estabilidade social daqueles trabalhadores e das suas famílias e promover um conjunto de diligências imediatas e daí a sua urgência, que julgo que está mais que justificada.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo para justificar a urgência referente ao **Projeto de Resolução n.º 66/XI – “COFACO do Pico: Pela defesa dos postos de trabalho, pela garantia dos direitos dos trabalhadores”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado.

(*) Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, é um projeto que pretende arranjar diligências para travar um despedimento, ou tentar travar um despedimento de 180 trabalhadores na fábrica da COFACO do Pico.

Por ser um tema completamente atual achamos que a urgência está mais do que justificada.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto de há inscrições.

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem, sendo assim vou dar então a palavra ao Sr. Deputado António Lima, para justificar o pedido de urgência referente ao **Projeto de Resolução n.º 68/XI – “Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que desenvolva todos os esforços no sentido de assegurar os vínculos laborais dos/as trabalhadores/as da COFACO”**.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Novamente, não vou repetir aquilo que já foi dito.

O pedido de urgência vai no mesmo sentido das justificações que já foram dadas, prende-se com a urgência e a emergência desta situação de esta Casa tomar iniciativas que defendam os postos de trabalho e a economia da Ilha do Pico e todas as famílias que estão de facto a passar por uma situação de grande incerteza quanto ao seu futuro.

Penso que a urgência se justifica pelas notícias que todos nós, infelizmente, conhecemos.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação, uma vez que julgo que também não há inscrições.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Por fim, o próximo Projeto de Resolução sobre esta matéria que também tem **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, é uma iniciativa subscrita pelo CDS e pelo PPM que “Recomenda à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a constituição de um Grupo de Trabalho, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, que acompanhe, analise e avalie o impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO, na ilha do Pico”.**

É o Sr. Deputado Artur Lima que justifica a urgência?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que é das tais urgências que são quase perfeitamente desnecessárias explicar.

Julgo que a situação que se vive na COFACO no Pico e o que se está a passar é de facto urgente que esta Assembleia se possa pronunciar sobre o assunto, possa acompanhar o assunto com a maior celeridade possível, por isso propomos que rapidamente seja aprovada a nossa Resolução para que a Assembleia, logo que publicada, possa acompanhar o desenrolar da grave situação do encerramento da COFACO na Ilha do Pico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem, foram aprovadas todas as urgências.

O debate será feito em conjunto. A votação, naturalmente, posteriormente em separado.

Vou dar então novamente a palavra, neste caso, ao Sr. Deputado Miguel Costa para agora sim apresentar o seu Projeto da Resolução.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Projeto de Resolução

Em defesa dos trabalhadores da Cofaco da ilha do Pico

A “Cofaco” nasceu em 1961, do resultado da fusão de duas grandes conserveiras do Algarve – a Centeno, Cumbreira & Ca. e a Raul Folque & Filhos.

Em 1963 é oficialmente inaugurada a fábrica na ilha do Pico, dando-se início à produção na primeira fábrica “Cofaco” nos Açores.

No ano seguinte (1964), abre a segunda fábrica “Cofaco” nos Açores, desta feita em Ponta Delgada, sendo neste mesmo ano que o registo da marca Bom Petisco – a sua marca mais emblemática – transita para a “Cofaco”.

Posteriormente deslocalizada para a Ribeira Grande, a “Cofaco” inaugura em 1994 o pólo industrial de Rabo de Peixe, onde ainda hoje concentra grande parte da sua produção.

Atualmente, a “Cofaco” é o maior empregador industrial no arquipélago dos Açores, tendo, por isso, um peso muito importante no PIB da Região.

No que concerne à Ilha do Pico, a “Cofaco” foi, desde o início da sua atividade, uma empresa muito acarinhada por toda a sociedade.

Como consequência do reconhecimento pelos serviços prestados à comunidade da ilha do Pico, a Assembleia Municipal da Madalena atribuiu à “Cofaco” a Chave de Honra da Vila da Madalena.

Nessa cerimónia solene, foi proferido pelo Senhor Manuel Serpa, Picoense emérito, um discurso tocante, do qual importa destacar, para efeitos de total perceção do que significa a “Cofaco” na ilha do Pico, as seguintes passagens:

- “A Cofaco virou do avesso o setor das pescas na Região Autónoma dos Açores.”
- “A Cofaco foi uma dádiva caída do céu.”
- “A Cofaco forçou modificações estruturais no porto da Madalena.”
- “A Cofaco contribuiu ainda para manter bem viva a ancestral chama do picaroto-marinheiro, intrépido e sagaz, para o despertar das duas indesmentíveis qualidades, sobretudo quando a saga baleeira, com sabor mítico a aventura, se esvaía no tempo.
- “a empresa Cofaco pode orgulhar-se de ter protagonizado o sopro renovador e o arranque esperançoso numa área tão importante para um povo que nasceu e vive em ilhas.”
- “a Cofaco também abriu as portas desta terra à solidariedade social nunca regateada, sempre distribuída com carinho e espírito de serviço.”
- “A Cofaco fermentou o ideal de um homem simples, cabouqueiro da vida, cidadão participativo e exemplar, picaroto de gema que se chamou Francisco Alves do Carmo Pessanha, reforço, um extraordinário picaroto não nascido na Ilha do Pico”.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: “Um produto nosso, açoriano, da nossa terra, da nossa vila, manufaturado pelas nossas trabalhadoras, com parte do peixe capturado nas águas do Atlântico, empregando a arte do salto e vara, uma pesca altamente seletiva, com preocupações ambientais, um produto de alta qualidade made in

Madalena, exportado para trinta países? O nosso trabalho, o nosso suor a correr mundo deste os Estados Unidos à Austrália? Que orgulho! Que satisfação!”
[fim de citação]

A “Cofaco” é a maior empregadora da ilha (cerca de 200 trabalhadores), pelo que se impõe tomar todas as medidas ao alcance dos órgãos de governo próprios para minimizar o despedimento coletivo recentemente anunciado pela empresa, o qual está relacionado com a construção da nova fábrica no Pico.

Esta nova unidade fabril a construir na ilha do Pico, para além de ser mais um importantíssimo investimento no Pico que muito contribuirá para um crescimento sustentável desta ilha, resulta, inquestionavelmente, do reconhecimento pelo trabalho meritório que é efetuado há décadas pelos trabalhadores e trabalhadoras que, desde o primeiro dia de produção, deram o melhor em prol de uma marca de excelência!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É para eles - e repito – é para eles que devemos todos concentrar os nossos esforços.

É a fibra das gentes do Pico que continuarão, estamos certos, a levar um produto produzido no Pico até “aos quatro cantos do mundo”.

Urge, pois, atento o impacto que esta empresa tem na ilha do Pico, na sua economia, garantir a manutenção dos rendimentos dos trabalhadores durante a suspensão de laboração, permitindo-se assim que a economia da ilha não seja severamente atingida, e que as famílias garantam a sua indispensável estabilidade social.

Neste sentido, incumbe às entidades públicas com intervenção nesta matéria a máxima celeridade na resposta às solicitações dos trabalhadores aqui em causa, bem como no que respeita ao processo burocrático inerente à construção na nova unidade fabril da empresa na ilha do Pico.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 31.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que desenvolva todos os esforços ao seu alcance no sentido de materializar os seguintes objetivos:

- 1. Diligenciar, em primeira instância, junto da empresa para que a fábrica da Cofaco na ilha do Pico se mantenha em laboração, enquanto decorrem as obras de construção da nova unidade fabril;**
- 2. Que o Governo se comprometa a concluir todo o processo de avaliação e validação da candidatura da empresa aos apoios para a construção da nova unidade fabril na ilha do Pico, até ao final do mês de fevereiro, e diligencie junto da Autoridade de Gestão Nacional do MAR 2020 a apreciação célere do projeto, garantindo assim as condições para que o arranque da obra se concretize no mais curto espaço de tempo possível;**
- 3. Na eventualidade do referido no n.º 1 se demonstrar inexecutável, garantir o seguinte:**
 - i. Que nenhum trabalhador da Cofaco da ilha do Pico, após o despedimento já anunciado, tenha perda de rendimento e que seja assegurado o acesso a formação profissional durante o período de suspensão de atividade da conserveira;**
 - ii. Que o Governo dos Açores diligencie junto da empresa no sentido de ser assegurado o compromisso de reintegração destes trabalhadores na nova unidade fabril.**

Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Agora para apresentar o seu Projeto de Resolução, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Projeto de Resolução

COFACO do Pico: pela defesa dos postos de trabalho, pela garantia dos direitos dos trabalhadores

A COFACO anunciou, no passado dia 9 de Janeiro, que iria encerrar a unidade fabril da Madalena do Pico e promover o despedimento coletivo dos seus cerca de 180 trabalhadores.

Este anúncio súbito surpreendeu as trabalhadoras e os trabalhadores daquela unidade fabril, bem como toda a sociedade da Ilha do Pico. A surpresa é tanto mais forte quanto, recentemente, o próprio Governo Regional dos Açores, respondendo na ALRAA ao PCP, dava garantias de que a atividade laboral daquela unidade fabril teria continuidade e que estavam garantidos os postos de trabalho. A Administração da COFACO também foi fazendo, até ao passado dia 9, afirmações do mesmo teor.

Todo este processo tem tido contornos de pouca clareza e seriedade e assenta em muito secretismo por parte da administração da empresa, não havendo diálogo, informação e a devida consideração pelos trabalhadores.

Estamos perante uma situação inaceitável e que se repete, uma vez que, em 2010, a COFACO encerrou a unidade fabril da Ilha do Faial, voltando agora, uma vez mais, a contribuir para o retrocesso social e da economia das ilhas do triângulo e conseqüentemente da Região.

Encarar o encerramento da COFACO na Ilha do Pico, como um “processo normal” de reordenamento empresarial, em que “a liberdade” de gestão é intocável, é um raciocínio indefensável, pois tudo quanto está a ser feito, no que respeita “à criação de uma nova empresa”, com um quadro acionista que envolve os mesmos da “empresa mãe”, visa apenas criar as condições para que a empresa se possa candidatar a fundos comunitários e a incentivos regionais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é aceitável que um processo deste tipo, que será alimentado com fundos públicos de elevadíssimo montante, se inicie com o despedimento coletivo da generalidade dos trabalhadores da unidade fabril alvo deste procedimento.

A unidade fabril da COFACO na Ilha do Pico, embora necessite de alguma modernização nos seus equipamentos, sempre foi uma unidade rentável, contribuindo poderosamente para o PIB regional e da ilha do Pico.

Torna-se assim necessário que o Governo Regional faça tudo o que estiver ao seu alcance para travar este atentado contra a produção regional e encontrar alternativas que preservem o emprego, os direitos dos trabalhadores e a economia da Região. Não seria nunca aceitável, que por omissão ou incompreensão, se pudesse vir a associar o Governo Regional, ou algum dos seus Departamentos, a uma manobra empresarial para captação de elevadas quantidades de fundos públicos e para redução da produção, assente num processo de descarte das trabalhadoras e trabalhadores que de há muito asseguram a rentabilidade e a qualidade da produção ali praticada.

Esta ação governativa é tanto mais urgente quanto um despedimento na COFACO do Pico, que ainda não foi concretizado, significa uma perda de 4,3% na população ativa da Ilha, e de mais de 8% no concelho da Madalena, sendo dados muito significativos numa Ilha com cerca de 15 mil habitantes.

Analisando, com pormenor, o processo em curso percebemos que, para além da empresa COFACO, estão já envolvidas, neste processo, entidades governativas regionais na apreciação de candidaturas a fundos públicos, sendo até reclamado, neste debate, que “o Governo termine todo o processo de avaliação e validação da candidatura da empresa” até ao fim de Fevereiro. Iniciar uma transformação laboral profunda, financiada pelo sector publico, num despedimento coletivo, não só é imoral, como é altamente lesivo dos interesses económicos e sociais do conjunto da Região.

Assim e ao abrigo do disposto na d) do nº1 do Artigo 31º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte **Resolução**:

1. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta a sua firme solidariedade aos trabalhadores da COFACO da Ilha do Pico e sublinha o fortíssimo papel que sempre tiveram na construção do processo de desenvolvimento da Região Autónoma em geral e no desenvolvimento económico e social da Ilha do Pico, em especial.

2. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional dos Açores que adote neste caso e de imediato os seguintes procedimentos:

a) Que desenvolva todos os esforços, junto da COFACO, para que o processo de despedimento coletivo agora anunciado não seja concretizado, assumindo claramente que um processo de transformação industrial de

uma unidade fabril rentável, financiado com fundos públicos, não deve ter como ponto de partida o despedimento coletivo dos trabalhadores.

b) Que, através dos Departamentos competentes, se assuma, não apenas como fornecedor de “apoio técnico” à Empresa, mas também e principalmente, como defensor da economia regional e do interesse das populações, agindo, no maior grau possível como mediador entre os Representantes dos Trabalhadores e a Administração da Empresa, no sentido de ser encontrada uma solução justa e do interesse de ambas as partes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora para apresentar o Projeto de Resolução 68/XI, dou palavra ao Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O anúncio do encerramento da fábrica da COFACO na vila da Madalena, ilha do Pico é, em primeiro lugar, uma machadada, sem piedade, na vida de 180 trabalhadoras e trabalhadores. A todas e todos, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda manifesta toda a solidariedade e promete fazer o que estiver ao seu alcance no sentido de procurar impedir o encerramento desta unidade fabril.

Mas não podemos falar deste anunciado, e há muito previsto despedimento coletivo, sem analisar a atitude desta empresa. A COFACO revela, com este despedimento coletivo, a mais profunda insensibilidade social e desprezo pelos valor do trabalho e, principalmente, pelas pessoas que, durante tantos anos, deram tudo o que tinham para o desenvolvimento daquela unidade fabril.

Feitas as contas a COFACO usou os anos de trabalho de tanta gente apenas como um meio de acumular lucros a troco do salário mínimo, ou pouco mais do que isso.

Diz o Governo Regional, que a empresa pretende construir uma nova fábrica. Para isso a COFACO não tem qualquer pejo em apagar todo o passado de trabalho, as carreiras, de 180 pessoas atirando-as para o pesadelo do desemprego apenas para ir sacar uns milhões à Região.

É esta a atitude da COFACO - despedir 180 pessoas apenas para ir buscar mais subsídios públicos - em vez de manter os trabalhadores enquanto constrói a nova fábrica, mantendo os postos de trabalho, recorrendo aos mecanismos legais existentes relacionados com a modernização tecnológica de uma unidade produtiva para manter os vínculos laborais.

Seria essa a atitude a ter e que demonstraria que esta empresa ainda tem algum respeito por quem, durante tantos anos, criou a riqueza e os produtos que permitem à COFACO ser líder de mercado nesta área.

Ou será que não haverá fábrica nenhuma e a tentativa de fazer passar essa ideia serve apenas para tentar que os ânimos não se incendeiem dando a notícia do encerramento definitivo da empresa no Pico aos poucos, procurando assim manter uma vã esperança de que alguns dos trabalhadores sejam reintegrados. Se assim for, é indecente, é imoral e é inaceitável. Queremos acreditar que não e que ainda subsiste uma réstia de decência na COFACO.

Falamos de uma empresa que, ao longo dos anos, tem beneficiado direta e indiretamente, de muitos, **mas muitos**, milhões de euros de apoios públicos. Estes apoios não podem servir apenas para acumular chorudos lucros.

Os apoios públicos têm de ser uma garantia de criação e manutenção de emprego digno nos Açores, emprego que contribua para o desenvolvimento da nossa região, para a criação de riqueza, distribuída de forma justa. Os apoios a serem concedidos a uma possível futura fábrica têm de servir, portanto, para a manutenção dos postos de trabalho e dos vínculos laborais e não para o despedimento.

Igualmente inaceitável tem sido a postura do Governo Regional neste processo. Desde maio de 2017 que o Bloco de Esquerda alerta para o possível encerramento da COFACO no Pico.

Aqui, nesta casa, realizamos a 17 de maio de 2017 uma conferência de imprensa em que alertávamos para o possível encerramento da fábrica da COFACO na Madalena e afirmamos na altura que *“A confirmar-se a deslocalização estamos a falar de um roubo, com um enorme impacto económico e social, na ilha do Pico”*.

O Governo Regional, na altura, disse que esse risco não existia e que a empresa iria construir uma nova fábrica. Afinal o Governo não sabia do que falava ou mentiu!

Não fosse suficiente esta atitude, o Governo Regional tem sido o verdadeiro porta-voz da COFACO, nomeado pela própria empresa.

Na voz do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, o governo tem-se desdobrado em declarações públicas procurando fazer um malabarismo trapalhão para defender a COFACO e as suas opções em vez de defender os trabalhadores e os seus direitos.

Um governo que não defende as pessoas da rapina desta empresa, é um governo que não defende os Açores.

É por isso que não podemos dar como um dado adquirido o encerramento da fábrica e o despedimento coletivo. Mas foi isso que o Governo Regional fez ao falar pela empresa dizendo que esta tinha optado pelo despedimento coletivo e que, pasme-se, todos os seus direitos estavam assegurados, nomeadamente as indemnizações e subsídios de desemprego - como se pudesse ser de outra forma! Pagar indemnizações não é favor, é obrigação prevista na lei e não há discussão sobre isso.

Assim, é por isso que o Bloco de Esquerda apresentou esta iniciativa que hoje debatemos.

Não podemos aceitar o despedimento como uma inevitabilidade, como um facto consumado, como fez o governo. É preciso e é urgente que o governo regional acredite também que é possível reverter esta decisão e tome medidas. As trabalhadoras da COFACO acreditam que é possível e estão a lutar por isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou então agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, para fazer a apresentação do vosso projeto de Resolução.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um assunto que naturalmente nos preocupa a todos, como foi aqui bem referido, e é também um assunto que já vem detrás. É preciso lembrar que fechou a fábrica da COFACO aqui no Faial e que talvez fosse um pronúncio para que isso viesse a acontecer no Pico.

O que se passa é que temos que tomar medidas contra esse género de deslocalização como dá jeito às empresas, sobretudo porque são ilhas e reparem que se fosse no continente deslocalizar uma empresa 10 km ou 15km, não seria grande problema, porque os trabalhadores fariam mais 5km de autocarro e, portanto, não viria nenhum mal ao mundo.

Aqui o exemplo, por acaso, ilustra bem aquilo que não pode ser feito, a apenas 3 ou 4km fica a Ilha do Pico, mas com a desvantagem de terem que atravessar um mar e um canal que nem sempre é simpático, nem sempre está manso, portanto com graves consequências para as pessoas, uns deslocalizaram-se e foram viver para o Pico, outros (muito poucos) iam e vinham e outros foram para casa, naturalmente.

Portanto, há que deslocalizar empresas, fechar no Pico eventualmente para deslocalizar para outra ilha, é perigoso, não é bem assim e nós temos que ter todo o cuidado e tomar medidas preventivas nesse sentido.

É também claro, todos nós sabemos, que isto é um impacto brutal na população da Ilha do Pico, uma população de cerca de 14, 15 mil habitantes, 180 postos de trabalho diretos, além do consumo no mercado local, dos trabalhos indiretos que possam existir tudo à volta daquela fábrica, dos mais diversos consumíveis disto e daquilo, portanto é um impacto muito importante e significativo na economia do Pico, uma pequena economia e que deve naturalmente preocupar esta Casa e os Deputados desta Casa.

Nesse sentido o Governo naturalmente fará aquilo que é da sua lavra, aquilo que é da sua competência, mas também não pode o Parlamento dos Açores, perante a gravidade de uma situação destas se eximir de não acompanhar o melhor que sabe e pode este flagelo que é o fecho de uma fábrica.

O CDS já se manifestou na altura sobre o que achava sobre essa situação, entendemos contudo que na comissão parlamentar competente, a Comissão de Economia, deve ser constituído um grupo de trabalho que possa acompanhar logo que possível e que a resolução seja publicada, possa acompanhar muito de perto esta situação, deslocar-se à Ilha do Pico, inteirar-se do impacto económico e social que possa ter na Ilha e nas suas gentes e elaborar um relatório que será depois apresentado e discutido nesta Casa.

É uma proposta que eu acho que é consensual, que é simples e que merecerá naturalmente, presumo eu, a aprovação de toda a gente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje estamos aqui perante uma situação limite, repito, limite.

Estamos aqui prestes a depararmo-nos com uma situação de emergência social, perante a qual temos a obrigação de atuar e estarmos muito, muito atentos.

Hoje estamos prestes a depararmo-nos com uma situação de emergência económica de uma ilha e principalmente de um concelho, o da Madalena.

São momentos como este que marcam decisões como seja a de emigrar e são momentos como estes que devem ser tidos na decisão política quando depois nos deparamos com ilhas a desertificar.

Portanto, obrigatoriamente a primeira mensagem terá de ser deste Parlamento, e desta bancada do PSD, de solidariedade com todos estes funcionários, com todas as suas famílias, diria com várias gerações de picoenses que se dedicaram à indústria conserveira, que se dedicaram à indústria naval, que se dedicaram à pesca do atum e que ajudaram a afirmar os Açores como ele se afirma na qualidade dos seus produtos da pesca.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entendemos que neste momento devemos ter uma postura, em primeiro lugar, de apresentar propostas num plano social, salvaguarda dos funcionários e de todos os seus direitos, mas de garantir o futuro económico de uma ilha, porque percentualmente representa muito para a Ilha do Pico tudo o que está em causa direta e indiretamente com as notícias que têm vindo a ser públicas.

O PSD tem estado desde o primeiro momento muito atento e próximo das questões que hoje nos trazem aqui a debate.

A 13 de julho de 2017, foi apresentado pelo PSD nesta Assembleia, uma Resolução, aprovada por unanimidade e que levava em primeiro lugar à defesa dos postos de trabalho da COFACO na Ilha do Pico, através de tudo o que fosse necessário para a construção da nova unidade da COFACO.

Durante o período de julho até agora, não sabemos exatamente o que é que o Governo Regional fez nesta matéria e estas são as primeiras questões que lançamos agora aqui e esperamos que sejam respondidas pelo Sr. Secretário.

Quais foram exatamente as diligências encetadas pelo Governo Regional dos Açores junto do promotor desde a aprovação da Resolução a 13 de julho, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores?

Se o Governo realizou ou não encontros de trabalho com o promotor desde a aprovação da Resolução?

Se foi ou não informado o Governo Regional sobre a interrupção da laboração na fábrica da COFACO na Madalena do Pico?

Em que fase exata se encontra a candidatura à construção e financiamento de uma nova unidade na Madalena do Pico?

E se tem o Governo Regional informação do número de postos de trabalho a criar na nova unidade da COFACO na Madalena do Pico?

Gostaria também de deixar a informação que o Sr. Presidente do Governo sabe, mas que esta câmara tem que saber, a COFACO até 2005 teve uma participação de 20% no capital por parte do Governo Regional e se sabe ou se tem informação se quando o Governo saiu do capital social da COFACO, se impôs ou se teve alguma informação do que seria o seu trajeto estratégico na economia dos Açores?

Gostaria também de deixar algumas notas nesta fase sobre o Projeto de Resolução que foi aqui apresentado pelo PS.

Deixar uma nota inicial sobre a alteração por completo do documento que foi apresentado, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É para isso que cá estamos!

O Orador: ... mas que revela bem no ziguezaguear na leitura sobre este processo.

A primeira proposta que é apresentada a esta câmara afirma taxativamente sobre o despedimento e sobre a proposta de formação no período de suspensão da atividade, ou seja, na nossa leitura logo aqui uma contradição.

A segunda versão já fala na manutenção dos postos de trabalho se não se interromper, portanto estamos claramente a ficar aqui perante dois documentos que demonstram algum zigzaguear.

Depois dizer ao Sr. Secretário e à bancada do PS, que este segundo ponto não corresponde à legislação que o próprio Governo Regional publicou, portanto espero que durante esta discussão nos elucidem melhor sobre exatamente o que é que o Governo propôs, publicou sobre fundos, sobre formas de conseguir manter ou não a modernização e a construção da unidade na COFACO, ou sobre as condições que o próprio Governo Regional publicou para se modernizar e construir uma nova unidade.

Para finalizar e de forma muito objetiva desde quando o Sr. Secretário Regional tem informação sobre o despedimento dos funcionários da COFACO na Madalena do Pico?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, os Srs. Deputados que me antecederam, no âmbito da apresentação das suas respetivas propostas, já esclareceram o contexto e o contexto é uma empresa de uma grande importância económica para a Ilha do Pico, mais importante do que isso é uma empresa que garante um grande número de postos

de trabalho, 180 diretos, cerca de 300 indiretos, contando também com o emprego indireto criado com a empresa, portanto isto numa ilha como a Ilha do Pico tem um impacto brutal.

Para além disso, já aqui tivemos também referência para a ligação que existe entre a empresa, uma ligação de muitos anos, uma ligação muito importante que existe entre a empresa e a Ilha do Pico e o contributo que esta empresa teve para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, da nossa parte também não pretendemos romper este vínculo que existe entre a empresa e a Ilha do Pico, o que é importante é que se criem as condições objetivas para proteger estes empregos.

Na segunda fase desta intervenção quero aqui fazer algumas referências às diversas iniciativas que aqui são apresentadas, esclarecendo desde já que as minhas observações, são observações que têm um carácter construtivo para todos os partidos que apresentaram aqui estas iniciativas, trata-se apenas de uma reflexão que aqui quero fazer.

Em relação à iniciativa do Grupo Parlamentar do PS e a posterior alteração, eu devo dizer que me fez lembrar aquela célebre frase de Bismarck quando alguns planos de guerra foram tornados públicos, o que ele disse na altura foi “esta não é uma forma séria de ir para uma guerra”.

A questão aqui do PS é a seguinte, o PS diz o seguinte: “diligenciar em primeira instância junta da empresa para que a fábrica da COFACO na Ilha do Pico se mantenha em laboração enquanto decorrem as obras da construção da nova unidade fabril”.

Portanto, aqui vemos uma posição firme, de acordo com aquilo que agora foi ou não foi solicitado pelos trabalhadores da empresa. Temos aqui um muro de contenção, uma resistência titânica.

Mas a seguir o que nós temos é já, ao mesmo tempo que se apresenta este muro de resistência, este castelo de resistência, já se abre a porta do castelo, que se

diz a seguir: bom, se o castelo cair, nós estamos prontos para essa circunstância e a seguir, na eventualidade das muralhas caírem ...

Deputado Miguel Costa (PS): Se tem plano, tem plano, se não tem plano, não tem plano!

O Orador: ... o que não mostra muita determinação, porque quando resistimos, resistimos com determinação, não se admite a derrota ...

Deputado André Bradford (PS): Salvem-se as pessoas!

O Orador: ... resistimos até ao último homem.

Bom, o que acontece aqui é que o defensor do castelo, o alcaide diz: bom, se as muralhas caírem ...

Isto é uma grande motivação para quem quer tomar o castelo! Aquela gente não terá aquela resistência numantina que se espera, de resistir até ao último homem ali. Não, já está a admitir uma derrota.

Deputado André Bradford (PS): Não são derrotas, trata-se de pessoas!

O Orador: Nestas situações não se admitem derrotas, ou se está com toda a convicção, ou se está com segundos planos, porque isto é a mesma coisa também discutir uma questão destas com alguém do comércio, ou se estivéssemos a comprar produtos em Marrocos, podíamos dizer ao comerciante: aceitamos que nos posso vender a 80, mas também aceitamos 100! Quer dizer não é possível entrar para uma negociação desta forma. O Bismarck tem toda a razão, não é possível disputar uma guerra nestas condições.

Deputado Francisco Coelho (PS): Fale sobre Alcácer Quibir!

O Orador: Eu considero que nesta matéria, este terceiro ponto significa uma fragilização, este terceiro ponto do Projeto de Resolução do PS, bem intencionado com certeza, já qui referenciei que acredito nas boas intenções de quem o fez, fragiliza a resistência numantina que é o que os trabalhadores nos estão a pedir, fragiliza porque admite o cenário de derrota.

Nós quando entramos num processo deste tipo até podemos ter esta convicção, não podemos é torna-la pública porque obviamente quem lê isto diz: estes senhores já estão preparados para a eventualidade da derrota!

Deputado André Bradford (PS): Então vote contra!

O Orador: Não! Não foi assim que ganhámos a batalha de Aljubarrota, portanto é necessário ter convicção nos processos e não se pode dar ao adversário estas dúvidas existencialistas.

Depois, em relação ao BE.

Em relação ao Projeto do Bloco de Esquerda existe aqui também uma vulnerabilidade

Deputado André Bradford (PS): Também acho!

O Orador: O Sr. está incomodado que eu critique o BE?

Deputado André Bradford (PS): Não! Estou incomodado é com o do PS!!!
Pode prosseguir!

O Orador: Só gosta que eu critique o PS! Então estou à vontade, já tive a sua autorização, vou prosseguir então.

Em relação ao BE há aqui uma fragilização na vossa proposta que tem a ver com o seguinte: eu ouvi o seu discurso muito atentamente, Sr. Deputado e o Sr. Deputado dizia: “Bem, nós estamos convictamente contra o encerramento da fábrica! Isso é algo que não pode acontecer! Nem despedimento, nem encerramento!”.

Eu achei: está correto!

Agora depois leio a sua proposta e diz o seguinte: “o Governo Regional durante o encerramento da empresa ...”.

Então? É a mesma coisa, ...

Deputado António Lima (BE): Não, não!

O Orador: ... é o mesmo problema que a proposta aqui do PS.

O senhor faz ali um discurso de defesa numantina, vamos resistir! Não ao encerramento!

Terceiro ponto: “que o Governo Regional durante o encerramento da empresa atue de forma ...”. Então? O senhor admite o encerramento ou não admite o encerramento!

Deputado António Lima (BE): Não!... As obras!

O Orador: É o que aqui está escrito: “que o Governo Regional durante o encerramento da empresa ...”, portanto acho que é uma fragilidade da sua proposta.

Em relação à proposta do PCP (também chega a V. Exa., Sr. Deputado), também tem aqui uma fragilidade grande ...

Deputado André Bradford (PS): Fala o homem que tem uma proposta, não se associou a nenhum partido! Qual é a sua proposta?

O Orador: Já vamos! Já lá chegamos! Deixo o melhor para o fim.

Eu acho que aqui em relação à proposta do PCP, em primeiro lugar, Sr. Deputado, tem a ver com o uso das aspas, porque veja bem: União de Sindicatos da Horta, tem um texto.

V. Exa. apropriou-se do texto, completamente e não abre aspas!

Esta é uma questão bastante importante porque o PCP e a CGTP levam a vida a dizer: são duas coisas diferentes! Uma coisa é o PCP, outra coisa é CGTP! V. Exa. não abre aspas. O texto da CGTP é igual ao texto do PCP. O senhor abriu umas aspas, ... como referiu a CGTP (umas aspazinhas) referiu isto e tal, tal, tal ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É votar contra! Sr. Deputado não posso admitir isso! É votar contra!

O Orador: Portanto, eu acho que há aqui uma fragilização da proposta do ponto de vista formal.

Depois tem outra questão que é muito, muito agressiva para o capital, portanto há uma coisa que eu lhe digo, sem empresa não há empregos!

Temos que assegurar também que a empresa continua a subsistir, portanto nesse sentido eu penso que a sua proposta está fragilizada.

Depois chegamos àquela que é a melhor proposta, que é a proposta do CDS-PP e do PPM.

Esta proposta do CDS-PP e do PPM, permite que este Parlamento acompanhe todo este processo, que tenha um papel ativo no âmbito da defesa da empresa, não só agora nesta sessão, mas amanhã, depois de amanhã, durante este período crucial o Parlamento tem um instrumento de recolha de informação, de tomada de posição, portanto isto permite colocar o Parlamento no centro da decisão política sobre este processo.

Eu penso que isto é uma vantagem muito significativa.

O segundo ponto é que permite também, apesar das nossas diferenças, eu estou pronto a convergir com todos os partidos em relação a encontrar uma solução que proteja os trabalhadores do Pico e da empresa da COFACO.

Este grupo de trabalho também permite uma coisa que eu considero que é importante e que os trabalhadores nos pedem também. O que os trabalhadores nos pedem é que se mantenha a unidade na defesa dos interesses dos trabalhadores, é isso que eles nos pedem, a união de todos: do Governo, dos diversos partidos.

Ora, este grupo de trabalho constrói um santuário de defesa da unidade nesta matéria e por isso acho que tem vantagens evidentes.

Termino, esta primeira intervenção, eu tenho, aviso já, 45 minutos para este debate, não vou usar tudo, mas termino esta primeira intervenção dizendo o seguinte: considero que é muito importante ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Pode ser a bancada “ameace greve”!

O Orador: ... que o Governo Regional se disponibilize para dar as informações às pessoas, acompanhe os trabalhadores e também a opinião pública, que está evidentemente muito preocupada, este é um despedimento coletivo que é dos maiores do País, que já alguma vez sucedeu na história recente do País, portanto trata-se de um despedimento de uma enorme dimensão que afeta muitas famílias, que coloca numa situação difícil muitas famílias, nós nem temos a perceção da tragédia que é pensar que vou ficar sem emprego e as perspetivas, até tendo em conta a média de idades das pessoas e da dificuldade de conseguir emprego nas nossas ilhas, é uma tragédia coletiva e para muitas pessoas uma situação muito, muito difícil que tem que gerir todos os dias.

Portanto, eu percebo que as pessoas estejam muito preocupadas com esta situação e por isso eu acho que o Governo Regional, deve ter uma atitude muito construtiva e muito pedagógica nesta matéria.

Vou só referir um único exemplo: eu acho inadmissível, por exemplo, a não presença do Governo Regional, no debate que a RTP Açores realizou na segunda feira sobre esta matéria.

Era uma oportunidade de esclarecer as pessoas ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Governo pode não ter sido convidado!

O Orador: ... era uma oportunidade de agir com outras entidades que estão envolvidas no processo, portanto é necessário aproveitar todos os momentos para esclarecer as pessoas, para debater de forma democrática, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Governo foi convidado?

O Orador: ... olhar olhos nos olhos os intervenientes, os trabalhadores, as pessoas, a população, portanto ter um programa que foi concebido para que todos pudessem tomar posição sobre esta matéria, todos pudessem esclarecer e o Governo Regional recusar a participação no programa, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah!...

O Orador: ... portanto impossibilitar assim o esclarecimento cabal das pessoas, porque é um ótimo mecanismo de poder informar o conjunto da população da Ilha do Pico e todos os açorianos que se preocupam enormemente com esta questão, foi uma atitude que eu acho que não contribui para o esclarecimento e que foi um erro, do ponto de vista da comunicação política que é preciso fazer.

O Governo Regional, o Parlamento dos Açores, todos nós temos que estar sempre disponíveis para prestar todos os esclarecimentos

Deputado André Bradford (PS): O senhor vai para consultor!

O Orador: Eu tive oportunidade de ver o programa e se há algo que neste momento muita gente na Ilha do Pico e nos Açores têm é muitas dúvidas sobre este processo, há muitas questões que estão por esclarecer.

Portanto eu lamento que o Governo Regional tenha optado por não estar presente no espaço de debate e de discussão que a RTP Açores, criou especificamente para esta situação.

Para já fico-me por aqui.

Deputado André Bradford (PS): Salve-se o “castelo”!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar e naturalmente associando-me às palavras já aqui ditas pelos colegas Deputados, uma solidariedade para com aqueles trabalhadores e as suas famílias e também com os votos de que esta seja só uma má temporada de um sucesso que se pretende longínquo daquela empresa na Ilha do Pico e do seu trabalho que é por ela reconhecido e é por ela considerado como a melhor mão de obra que tem ao serviço daquela conserveira e provavelmente das conserveiras em Portugal.

Também aqui uma palavra de apreço àquela que tem sido a postura do Governo Regional, mas também da Câmara Municipal da Madalena e aqui também dou o sinal claro que estamos claramente em defesa dos interesses da Ilha e não em defesa de interesses político partidários.

Deputados André Bradford e José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, este elogio, não é um elogio de agora, não é uma coisa de ocasião, tive oportunidade de fazê-lo noutras circunstâncias, aqui nesta Casa, como também em sede de reuniões daquele executivo do qual fiz parte, como o Sr. Deputado Marco Costa e tive esse cuidado de acompanhar esta situação com o Sr. Presidente da Câmara e o seu executivo e sei que fez tudo o que estava ao seu alcance sobre isto, da mesma forma que sei que o Governo tem feito tudo o que está ao seu alcance sobre esta matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, eu lamento apenas que também numa recomendação que não foi minha, foi a pedido dos trabalhadores, que não façam aproveitamento político de uma situação dramática para aquela gente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Lamento que nesta Casa o BE, especialmente o BE e o Deputado Marco Costa, não tenham mais uma vez resistido a essa tentação.

Relembro-lhe, Sr. Deputado Marco Costa, ziguezague é querer apresentar uma coisa e não a apresentar! Ziguezague é pedir um pedido de urgência mas não ter a coragem de vir a esta Casa apresentar e discuti-lo! Isso é que é ziguezaguear!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Na comissão tem mais tempo para discutir!

O Orador: O que nós fizemos foi apresentar um conjunto de propostas, com pontos resolutivos objetivos na defesa dos trabalhadores e também lhe digo uma coisa, Sr. Deputado: se o senhor considera que ziguezaguear é melhorar uma proposta, pois então eu vou continuar a ziguezaguear

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E se o Sr. Deputado achar que ziguezaguear é melhorando uma proposta, especialmente quando é feita em sintonia com os trabalhadores e a pedido deles, continuarei a ziguezaguear, Sr. Deputado...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque foi isso que eles me pediram e sabe quando? Na reunião na Ilha do Pico, que tive o cuidado de ter com o meu colega Mário Tomé, Deputados eleitos pela Ilha do Pico e também ali fora, foram eles que me pediram e fui eu que tive o cuidado de pedir ao meu Grupo Parlamentar que fizesse alteração, ...

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor não foi o único a se encontrar com os funcionários!

O Orador: ... porque o PS nunca teve qualquer problema em melhorar as suas propostas, Sr. Deputado e faremos hoje, como continuaremos a fazer no futuro, porque quando for melhor não temos problema nenhum em fazê-lo, Sr. Deputado.

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor tem que fazer esse número é ao Governo, não é à oposição. A oposição não está a governar!

O Orador: Também digo, Sr. Deputado Paulo Estêvão: seriedade é uma matéria que eu não vou certamente discuti-la consigo, cada um terá a sua, mas também digo-lhe que se nessa guerra, em primeira instância tentamos salvar o castelo, se não o conseguirmos estamos aqui na segunda linha para salvar as pessoas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e os trabalhadores terão sempre na primeira linha de defesa do PS, na primeira linha da nossa defesa, quer seja com castelo ou sem castelo os trabalhadores estarão sempre em primeiro lugar.

Para isso basta-me por aqui, Sr. Deputado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma consideração que tinha a fazer, e que não deixo de fazê-la como é óbvio, ao Sr. Deputado Miguel Costa e tive o prazer de ontem afirmar isto num debate que nós tivemos na RTP Açores, que é com muito agrado que vemos que o PS fez a melhoria que fez em relação às Propostas de Resolução e vê-se a força dos trabalhadores que vieram aqui fora da Assembleia Regional, numa manifestação de não vir pedir remuneração nenhuma, de não vir subsídios, a única coisa que vieram pedir fora desta Assembleia foi trabalho, que lhes dessem trabalho.

Isto possivelmente fez com o PS também melhorasse a sua proposta e nós vemos com muito bom grado esta situação, porque nem mais, nem menos, estamos todos aqui e defender os trabalhadores e as trabalhadoras da COFACO, na Ilha do Pico.

Tenho uma pergunta para fazer ao Sr. Secretário, é simples: se o Sr. Secretário tinha a noção que ao assumir o despedimento, que não era inevitável, estava a condicionar, na altura que o fez, a ação dos trabalhadores e as suas estruturas

representativas em termos negociais no despedimento coletivo dos trabalhadores?

Em relação às aspas que o Deputado Paulo Estêvão aqui falou. É óbvio que teria muito aqui a dizer, mas por respeito à Casa depois faço as considerações pessoalmente mesmo com o Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que ficou demonstrado a esta Assembleia o ímpeto político de que lado é que está, porque nem o Sr. Secretário se pronunciou sobre aquilo que realmente interessa aos trabalhadores da COFACO e ao futuro da indústria conserveira na Ilha do Pico e foi logo pedido este tempo de antena, que aqui foi legitimamente dado, para refutar todas as questões que a bancada do PSD e eu colocámos.

Portanto, continuamos à espera das respostas, essas sim, que interessam aos trabalhadores e ao futuro do setor por parte do Sr. Secretário e vou começar a demonstrar ao Sr. Deputado, que da forma que referiu e que eu me orgulho de ter feito parte na Câmara da Madalena e é por isso mesmo, pela forma como este processo foi acompanhado, que eu faço reparos à forma como o Governo tem acompanhado este processo.

Referi que a Proposta de Resolução do PS, no segundo ponto tecnicamente não é correta e contradiz os documentos do Governo Regional dos Açores e a Portaria publicada pelo Governo Regional vai ser entregue à Mesa e distribuída diz que a decisão da candidatura cabe ao Governo Regional, a análise e tudo ...

Deputado Miguel Costa (PS): E é!

O Orador: Na Proposta de Resolução refere autoridade nacional. Isto não é verdade! Demonstra desconhecimento e são estes factos que nos fazem afirmar

aqui que este processo não tem tido o acompanhamento que deve, por parte do Governo Regional.

Tenho dito.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de fazer uma breve análise às propostas que estão em cima da mesa e que estamos neste momento a debater.

Começava pela última a dar entrada, proposta subscrita pelo CDS e pelo PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o BE não tem nada contra que se crie um grupo de trabalho, mas é insuficiente. É muito insuficiente!

Deputado André Bradford (PS): Não, não! Ele diz que é para salvação do “castelo”!

O Orador: Um grupo de trabalho é importante, como é óbvio, mas é muito, muito insuficiente, por isso é que o BE e outros partidos apresentam aqui uma proposta para que o Governo Regional também faça alguma coisa, porque se for só o grupo de trabalho a trabalhar, oh Sr. Deputado, os postos de trabalho não vão ser salvaguardados de forma alguma.

Para esclarecer a sua crítica à proposta do BE, deixe-me dizê-lo, o assunto é sério, daí não perceber o tom até jocoso com que fez as críticas, tanto à proposta do PCP, como à do BE.

Deixe-me esclarecê-lo. Aquilo que diz e vou ler na totalidade o 3.º ponto da Resolução da nossa iniciativa: “Que o Governo Regional, durante o encerramento da empresa, atue de forma a proporcionar aos trabalhadores e

trabalhadoras da COFACO, formação adequada ao desempenho das funções exigíveis, aquando da reabertura da nova unidade fabril na Ilha do Pico”. Sr. Deputado, encerramento temporário como está aqui mais do que implícito.

Passando às restantes iniciativas. A iniciativa do PCP, que não temos nada a opor, como é óbvio, estamos na generalidade de acordo com a sua parte resolutiva.

No que diz respeito ao PS, como já foi aqui referido, esta foi uma proposta que entrou em substituição de uma proposta inicial que sendo coerente com a posição do Governo essa proposta inicial, pelo menos aquela que tem sido a posição pública até aqui do Governo, que era o encerramento é uma realidade, é uma inevitabilidade, está consumado, só falta obviamente cumprir os seus prazos. Até aqui toda a comunicação do Governo deu a entender isso, que o encerramento era uma realidade, era inevitável e aquilo que havia a fazer era apenas atenuar os efeitos desse encerramento.

A proposta inicial do PS era de facto uma proposta de má consciência que se viu na obrigação de apresentar alguma coisa, perante a catástrofe que por aí vinha.

No entanto a proposta do PS que apresenta agora e que aqui estamos a debater, é esta que estamos a debater, diz que “é necessário diligenciar para que se mantenha a laboração enquanto decorrem as obras de construção”.

Isto, penso eu, implica que se mantenham os postos de trabalho e que se mantenham os vínculos à empresa.

No terceiro ponto resolutivo refere-se que “nenhum trabalhador – citando – da COFACO da Ilha do Pico, após o despedimento já anunciado tenha perda de rendimento e que seja assegurado o acesso a formação profissional, durante o período de suspensão da atividade conserveira”. Isto é uma dúvida colocada de forma mais limpa, sem qualquer outra segunda intenção.

Qual é a forma legal, no enquadramento legal, e sustento, que o PS vê que se possa fazer, garantir que nenhum trabalhador vai ter perda de rendimento durante os anos ou meses que a fábrica estiver encerrada?

Gostaria que o PS explicasse como é que isso se faz, durante quanto tempo é que é possível, qual o mecanismo legal que pensam utilizar para que se concretize este ponto resolutivo porque não temos nada a opor que os trabalhadores obviamente não tenham perda de rendimento, mas gostaríamos de saber como é que isso se faz?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entro neste debate nesta qualidade de Deputado, mas acima de tudo como cidadão, como picaroto, com profunda mágoa e também com alguma revolta.

Mágoa, porque quem conhece o passado da COFACO, eu tive essa oportunidade do ponto de vista profissional porque trabalhei e acompanhei de perto durante 10 anos, acompanhámos as duas fases da empresa: a fase de evolução desde a velhinha frota constituída pelo D. João de Castro, a Princesa Alice, o Condor e outros barcos e de facto depois a transformação que se deu do ponto de vista da nova frota de fibra.

Não vou participar neste debate com qualquer intuito político, lá fora o que é exigido a todos nós nesta Casa, é que estejamos todos unidos em prol da defesa dos trabalhadores da COFACO. É isso que as pessoas esperam lá fora ...

Deputa Graça Silva e Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque como já foi referenciado por diferentes colegas, que partilho também da intervenção do Deputado Paulo Estêvão, a questão aqui é social e com impacto que pode causar na empresa, mas essencialmente nos

trabalhadores, do ponto de vista direto e do ponto de vista indireto e vamos ser muito pragmáticos e sérios. Estamos a falar de uma empresa privada, compete à Região, ao Governo Regional dos Açores fazer todas as diligências e esta Assembleia, para que de facto possamos reverter esta situação. Mas, de que forma é que isto pode ser feito? De que forma é que podemos reverter o anúncio do despedimento do contrato coletivo de trabalho?

É esta questão que gostaria de deixar no ar, porque as pessoas como foi aqui referenciado, os trabalhadores não querem ser despedidos, os trabalhadores, tais como os pescadores, tais como os trabalhadores de outras atividades querem o seu trabalho.

Nesta primeira intervenção também vou ser muito pragmático e direto e dizer aquilo que penso, aliás como o faço. A responsabilidade da empresa para com esses trabalhadores? Onde é que está a clareza da empresa em relação às pessoas que deram uma vida, às gerações, aos pais de alguns trabalhadores que ali estão e que de facto de um momento para o outro veem o seu futuro profissional incerto?

A questão, Sr. Secretário, e vou ficar-me por aqui, que eu queria levantar e fazer uma referência também ao que o meu colega Marco disse, é que as propostas das candidaturas ao FEAMP, são aprovadas na Região, mas são validadas no continente.

A questão que eu lhe coloco, Sr. Secretário, e que esclareça é de que forma é que estas propostas são aprovadas, quais são os mecanismos ...

Deputado Marco Costa (PSD): Está aqui: “diligenciar junto da autoridade nacional”!

O Orador: ... e como é que é feita a sua validação e de que forma é que está em curso o projeto da COFACO e se há garantias que estes trabalhadores vão continuar a trabalhar na empresa?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*):

Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar dizer que julgo que atendendo à gravidade da situação e atendendo ao impacto que esta empresa tem na ilha do Pico em particular, mas na economia dos Açores, naturalmente que o Governo se associa também a tudo o que tem sido aqui dito sobre esse aspeto e naturalmente ao longo deste tempo não tem estado de mãos atadas, em relação a este assunto, como é da sua natural responsabilidade.

Gostaria de dizer que esta é daquelas situações, infelizmente, em que como se viu querem responsabilizar o Governo por aquilo que faz, por aquilo que não faz, por aquilo que não tem de fazer, por aquilo que diz ou por aquilo que não tem de dizer.

Mas acima de tudo, e acima de qualquer aproveitamento partidário que está a ser feito do processo laboral da COFACO e acima de todos os ataques dirigidos ao Governo dos Açores, sobre esta situação, a nossa principal preocupação foi e vai continuar a ser, naturalmente, os trabalhadores e a manutenção da fábrica conserveira na Ilha do Pico.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: Esta sim é a maior garantia da continuidade dos postos de trabalho destes profissionais.

O trabalho do Governo dos Açores tem sido, como não poderia deixar de ser, o de encontrar soluções e o de, dentro daquilo que são as nossas competências, responsabilidades e possibilidades, disponibilizar todos os instrumentos necessários para que o investimento se possa realizar, assegurando também os direitos dos trabalhadores e o seu futuro.

Neste momento, na minha opinião e na opinião do Governo, existe união de todos os intervenientes para que estes objetivos sejam garantidos, a bem dos trabalhadores e a bem da economia da Ilha do Pico.

O Governo dos Açores sempre reconheceu a enorme importância da indústria conserveira para a economia regional e a importância da unidade fabril da COFACO, instalada na Madalena do Pico.

Ao longo das várias legislaturas o Governo Regional tem estado disponível para apoiar, no âmbito do enquadramento legal aplicável, os investimentos da COFACO no Pico, seja na modernização da fábrica existente, ou na construção de uma nova fábrica, como é o caso, que agora se coloca, por se tratarem de investimentos estruturantes não só para a Ilha, mas também para o próprio setor das pescas a nível regional.

Neste sentido o Governo dos Açores tem estabelecido, naturalmente, vários contatos com a administração da COFACO para se inteirar da estratégia da empresa, relativamente à unidade fabril do Pico.

A empresa transmitiu-nos que os ajustamentos estratégicos passam pela remodelação das unidades fabris do Pico e de Rabo de Peixe que deixariam de ser concorrenciais, no sentido de produzirem o mesmo tipo de produto, para passarem a ser complementares.

A candidatura apoios para a construção da nova fábrica, no mesmo local da atual estrutura - é importante salientar este aspeto - foi entregue pela empresa a 20 de dezembro do ano passado e está, naturalmente, a ser analisada pelos técnicos da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Deste facto concreto, julgo que se pode inferir que há intenção da empresa em seguir com este projeto para a frente.

Este é um processo que irá decorrer nos termos previstos na legislação comunitária, nacional e regional e são naturalmente aplicáveis.

Gostaria de referir também que a COFACO em 2015, tinha apresentado ao Governo intenções de realizar investimentos na fábrica do Pico.

Nessa ocasião, foi disponibilizada pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, informação sobre a submissão de candidaturas a apoios comunitários, exatamente nas mesmas circunstâncias em que disponibilizamos informação a todas as empresas açorianas que têm interesse em candidatar-se a estes fundos.

Aliás, na edição do jornal *Ilha Maior*, de 30 de janeiro de 2015, portanto há cerca de 3 anos, foi publicada uma notícia com o título “COFACO vai investir na melhoria da fábrica da Madalena”.

Nessa notícia lê-se que a empresa mantinha a aposta na estrutura da Madalena do Pico e que não descartava a hipótese de construir uma nova unidade fabril na ilha.

Aliás, ainda esta semana a COFACO em comunicado reiterava que “a empresa seria uma parte integrante do futuro para o Pico, etc., e que imediatamente após a aprovação da candidatura submetida, conduzirá a construção de uma nova unidade fabril industrial, que assegurará em primeira linha a empregabilidade dos trabalhadores atuais, assim como as gerações vindouras”.

Portanto, o que depreendemos também daqui é que a empresa não tem intenções de abandonar o Pico.

Relativamente à situação dos trabalhadores da COFACO, o Governo dos Açores está naturalmente a acompanhar e assegurará a aplicação da legislação do Código do Trabalho, no que respeita à intenção anunciada pela empresa, naturalmente que isso é um processo que não depende do Governo Regional, é da exclusiva responsabilidade da empresa e a nossa obrigação é acompanhar o processo e garantir que todos os direitos dos trabalhadores sejam alcançados, nomeadamente o pagamento das compensações, se for caso disso, que possam vir a ser devidos aos trabalhadores.

Iremos também naturalmente garantir que seja salvaguardado, de uma forma bastante veemente, o direito de todos os trabalhadores.

Conforme foi divulgado também recentemente pela Inspeção Regional do Trabalho, este organismo já fez deslocar uma equipa à Ilha do Pico e já foram contactados individualmente os cerca de 123 trabalhadores da fábrica, a que foram prestados todos os esclarecimentos e dado todo o apoio solicitado.

Também a Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, já promoveu um plano de intervenção que contempla a formação dos trabalhadores da COFACO e também neste sentido serão criados percursos de formação e qualificação profissional, para o desenvolvimento de competências, de forma a assegurar a valorização desses trabalhadores e o reforço da sua qualificação.

No âmbito da Rede Valorizar, são também constituídas turmas de cursos de aquisição básica de competências que permitirão a aquisição dos 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs ciclos para os trabalhadores que não os possuam.

Também neste momento estou igualmente em condições de anunciar, em articulação com a Secretaria Regional da Solidariedade Social, que o Governo dos Açores assegurará o pagamento da creche dos filhos dos funcionários da COFACO, no período que decorrerá até à abertura da nova unidade fabril.

Tudo isto para dizer, Srs. Deputados, que o Governo dos Açores nunca baixou os braços, não baixa os braços, nem lava as mãos, nem nunca lavou as mãos, antes pelo contrário, das acusações que têm sido feitas sobre a postura do Governo neste processo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Reitero que este Governo tudo fará, dentro das suas competências e das suas responsabilidades, para garantir os direitos dos trabalhadores da COFACO e para manter a conserveira a laborar na Ilha do Pico.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação a algumas das questões que nos foram colocadas e, naturalmente, porque em todo este processo existem questões aqui que são da exclusiva responsabilidade da empresa, eu posso informar mais uma vez, uma vez que já fiz declarações públicas nesse sentido, mas posso clarificar o seguinte: em relação a estas candidaturas o Governo Regional, quem aprova as candidaturas é o Coordenador Regional do Mar 20/20 e decidiu homologar essa decisão, que naturalmente terá que ser comunicada à autoridade de gestão, por questões de conciliação de financiamento.

O prazo de avaliação destas candidaturas, o nosso prazo, neste caso, serão 60 dias, a contar desde a receção da candidatura.

Haverá, naturalmente, com certeza perguntas à empresa, pedidos de mais elementos e esses prazos são interrompidos caso haja algum atraso por parte da empresa, nesse tipo de interação digamos assim.

Este investimento está enquadrado na Portaria 89/2017, começou por ser publicada uma Portaria que é a 19/2017, que foi alterada posteriormente em 5 de julho pela Portaria 56/2007 e esta alteração deveu-se ao facto de termos verificado que tínhamos aqui alguns prazos, nomeadamente no pedido de alguns documentos que não faziam sentido, no fundo adaptámos àquilo que estava a ser feito no continente.

Alguns documentos, que eram pedidos logo na altura da candidatura, não faziam sentido e retificámos esse aspeto.

Além disso a portaria foi novamente retificada, a 89/2017, porque houve que ajustar os valores máximos de apoio concedidos por este programa, onde se passou de 3.5 milhões de euros, para 4.5 milhões de euros e a razão desta alteração foi porque as intenções de investimento que nos apareceram eram superiores ao montante que estava estipulado e além disso não havia nenhuma vantagem em que as empresas regionais fizessem o seu investimento por fases,

porque senão corríamos o risco dos fundos comunitários poderem ser esgotados, porque o fundo comunitário FEAMP é um fundo gerido nacionalmente, por isso foi feita também esta alteração.

Eu julgo que em relação a algumas questões que o Sr. Deputado Marco Costa fez, há qui alguma confusão penso eu, e corrija-me se estiver enganado, em relação à legislação que nós publicámos.

Esta legislação é igual à legislação do continente e está de acordo com aquilo que são os regulamentos comunitários, não há aqui nada de especial.

O que acontece neste novo Quadro Comunitário de Apoio é que simplesmente só podem ser candidatados a estes fundos pequenas e médias empresas, isso pode ser criticável, mas decorre dos regulamentos comunitários, daí não poder ser, neste caso, a COFACO que é considerada uma grande empresa pelas características que tem e termos informado a COFACO de que teria que criar uma pequena e média empresa para poder concorrer a estes apoios e aliás foi isso que a empresa fez.

O Governo Regional, desde a primeira hora, tem tido reuniões com a COFACO com alguma frequência, aliás desde logo mal entrei no Governo tivemos logo contatos onde a empresa manifestou desde o primeiro dia, vontade em investir e modernizar a unidade fabril do Pico e depois tem sido contatos com o gabinete e com os técnicos do gabinete em relação à instrução da sua candidatura, questões técnicas de tirar dúvidas, etc.

Portanto nós temos sempre acompanhado e dado todo o apoio para que de facto esta unidade fabril vá para a frente.

A candidatura neste momento está a ser avaliada, é naturalmente nossa intenção pormos todo o esforço numa avaliação rápida desta candidatura para que a empresa possa iniciar as obras e concluir a unidade fabril, o mais rápido possível.

Quanto a uma das questões que são colocadas também em relação à possibilidade de a fábrica continuar a laborar enquanto se fazem as obras, o que eu vos posso informar é que naturalmente isso era uma das perguntas que também nós fizemos à empresa. Isso infelizmente não é possível, foi-nos dito que não é possível porque vai ter que haver demolições, toda aquela estrutura vai ser demolida para ser construída uma nova unidade.

Portanto essa hipótese a empresa, ela própria, descartou e não era possível manter em atividade enquanto a unidade era construída.

Portanto, em resumo desde a primeira hora foi nossa preocupação garantir em primeiro lugar que a unidade fabril fosse para a frente e que o projeto fosse para a frente e que os direitos dos trabalhadores em todo este processo fossem ao máximo garantidos pela empresa e foi essa a nossa preocupação, como não poderia deixar de ser por qualquer Membro do Governo que tem estas responsabilidades e isso, garanto, foi feito desde a primeira hora.

Em relação a alguma crítica que foi também levantada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, da minha participação no debate, gostaria e lembrar que nunca tive medo, nem me escondi atrás de nada neste processo e aliás enfrentei e fui no dia seguinte ao Pico, falar diretamente com quem interessava, que era com os trabalhadores, para explicar do lado da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, como é que estava o processo, se de facto a empresa tinha ou não submetido o projeto e fui esclarecer uma série de coisas relativamente ao processo em si.

Tive oportunidade também, e o Governo achou por conveniente nessa altura, de ir acompanhado de vários técnicos ligados às questões da Inspeção de Trabalho, do Emprego e da Segurança Social para que os trabalhadores pudessem ser melhor informados sobre outras questões laborais que quisessem solicitar.

Julgo que não me pode acusar, nem me poderá acusar de ter medo de enfrentar os trabalhadores, nunca o tive e aliás tenho um enorme respeito por estes trabalhadores, como não poderia deixar de ser.

Como também já tive oportunidade de dizer e são testemunhos que já me chegaram por várias vezes ao longo deste processo, é que de facto os trabalhadores da fábrica da COFACO do Pico, em termos da laboração do atum, são trabalhadores que contribuem imenso para a produtividade da empresa e de facto são trabalhadores com uma grande qualidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ma minha primeira intervenção, fiz uma referência breve às questões que considerava mais frágeis no âmbito dos projetos apresentados e agora discutidos, em relação à resolução das questões relacionadas com a COFACO.

Essa abordagem em relação às fragilidades não retira, como tive oportunidade de dizer, mérito a cada uma delas e não me vai impedir de votar favoravelmente as diversas propostas que foram apresentadas.

No entanto, aqui no Parlamento o que nós temos é que discutir, discutir conceitos com certeza, discutir políticas e discutir opções.

Portanto, nesse sentido eu considerei e continuo a considerar que os erros que apontei no âmbito dos projetos de resolução, ou as vulnerabilidades que apresentei, que se justificam perfeitamente, quero reiterar algumas coisas:

Por exemplo, em relação ao Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. O Sr. Deputado na sua intervenção fez-me lembrar o “Nome da Rosa”, do Umberto Eco. Achou que eu não estaria com uma cara de

velório, como o Sr. Deputado considera adequado para discutir este género de questões.

O Sr. Deputado faz-me lembrar a imagem de Jorge de Burgos, queria proibir o humor e o riso.

Mesmo nas piores circunstâncias eu penso que nós temos que manter a capacidade de rir, a capacidade de mantermos algum humor em relação às questões porque isso, como dizia o Monge Franciscano Guilherme é um sinal de racionalidade, é um sinal de humanidade.

Sr. Deputado, se o Sr. Deputado considera que o Parlamento dos Açores deve regredir para aquela imagem, da idade média, em que é proibido as pessoas manterem uma vertente construtiva, em que é proibido o sentido de humor, Sr. Deputado, devo dizer que não o acompanho nessa viagem às catacumbas do tempo, não o acompanho!

Eu considero que devemos fazer, este Parlamento deve ter a capacidade, como teve o Parlamento Britânico, mesmo nas circunstâncias sob bombardeamentos, mesmo com o ataque do monstro Nazi, tiveram os parlamentares britânicos sempre a capacidade de manter o sentido de humor. Eu penso que o Parlamento dos Açores não deve ter uma atitude diferente.

O Sr. Deputado parece que tem aqui outro tipo de opções. Eu digo-lhe: aqui, como em tudo a minha opção é a liberdade!

Vou dizer-lhe, e o Sr. Deputado que é implícito, que o ponto n.º 3, de forma alguma concebe o encerramento.

Eu vou ter que ler-lhe outra vez porque garanto-lhe que não há forma de ler isto, de forma diferente.

Ponto n.º 3 do seu Projeto de Resolução: “Que o Governo Regional durante o encerramento da empresa atue de forma a proporcionar aos trabalhadores da COFACO formação adequada (que o Governo Regional durante o encerramento da empresa ...).

O Sr. Deputado diz que isto não pode ser lido neste sentido. Eu não vejo que outro sentido possa ter, Sr. Deputado! Desculpe, isto não pode ter outra interpretação, o que está escrito, está escrito! E é isto que está escrito! O senhor na intervenção diz: não! Encerramento em nenhuma circunstância!

E aqui admite claramente no terceiro ponto, é uma fragilidade. Vai impedir-me de votar contra o seu projeto? Não, ...

Deputado António Lima (BE): Parece!

O Orador: ... porque eu concordo com o ponto n.º 1, concordo com o ponto n.º 2, concordo com muito do que o senhor aqui defendeu e, portanto, num Projeto de Resolução, quando é feito por outro partido ou outra força política, pode não se concordar a 100%, mas se se concorda com aquilo que é essencial, que é o caso, evidentemente vou votar a favor da sua proposta, mas tem esta vulnerabilidade, mantenho a análise que fiz.

Sobre o PCP estamos conversados, falamos depois lá fora ...

(Risos da câmara)

Em relação ao Partido Socialista mantenho a crítica, ou seja, há uma primeira posição, de capital de defesa do castelo, ao Sr. Deputado eu quero recomendar-lhe para ler a história do “Cerco de Lisboa”, quando caiu o castelo, veja o que aconteceu às pessoas que lá estavam dentro, foram massacradas!

Deputado Miguel Costa (PS): Martim Moniz e as pessoas!

O Orador: Por isso é que eu lhe digo, se o senhor quer defender o castelo tem que ser com mais convicção, não pode admitir a derrota à partida.

Depois em relação ao Sr. Secretário.

Oh, Sr. Secretário, eu não lhe disse que o senhor tinha menos coragem, aliás não faço apreciações quer do ponto de vista da seriedade das pessoas, quer do ponto de vista da coragem que cada um tem, isso não cabe no discurso político.

Eu disse-lhe uma coisa que é um facto: a RTP, foi dito no programa, eu tive oportunidade de ler o programa, endereçou um convite ao Governo Regional, não sei se foi a si diretamente, endereçou um convite ao Governo Regional, para estar presente num debate, que eu considerei que esse momento era um momento pedagógico, era um momento em que o Governo tinha oportunidade de esclarecer a opinião pública. Isto é um facto! O Governo então que desminta a informação que foi veiculada pela RTP e a verdade é que esse convite foi recusado e o Governo Regional não esteve presente nesse debate, que era um debate na minha perspetiva, um momento de esclarecimento de população.

Portanto, eu não vejo como é que se possa discordar de algo que é um facto! O senhor foi convidado (ponto n.º 1); o senhor não esteve presente (ponto n.º 2). O senhor ou o Governo Regional, porque como lhe disse não foi referenciado a quem é que foi dirigido o convite, mas o Governo não se fez representar nesse debate. Isto é um facto!

Finalmente, eu considero, esta para descanso de Vs. Exas. deverá ser a minha última intervenção, a menos que seja provocado, mas quero aqui terminar com a seguinte questão: eu com considero que a unidade de quem pode ter um papel decisivo nestas questões, o Governo, os trabalhadores, os sindicatos, a Câmara Municipal, os diversos partidos políticos e o Parlamento no seu conjunto, temos que ter aqui um papel decisivo e portanto, eu considero que aqui a unidade na ação, a preocupação, o esforço que todos nós temos que realizar no sentido de evitar este despedimento, é muito importante e isso é que é mais relevante. Por isso é que eu quero aqui dizer que vou votar favoravelmente as diversas iniciativas e que obviamente vou estar bastante empenhado nesta luta que é uma luta de todos nós e espero que se obtenha o êxito que os trabalhadores do Pico, os trabalhadores da COFACO merecem.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de aproveitar esta intervenção e no seguimento dos esclarecimentos do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, para colocar algumas questões diretas e também para fazer referência novamente ao nosso Projeto de Resolução e aproveitar para apresentar e esclarecer melhor aquilo que pretendemos com ele.

Começaria por perguntar, no entanto, ao Sr. Secretário Regional, se considera ou não irreversível a decisão da COFACO em avançar com um despedimento coletivo?

O Sr. Secretário Regional já disse aqui, várias vezes, que tem mantido vários contatos com a empresa e gostava que o Governo esclarecesse qual é a opinião do Governo e quem sabe a opinião da empresa porque tem sido, pelos vistos, praticamente a mesma, a própria empresa assumiu na passada segunda feira, recusar o tal convite para ir ao debate na RTP Açores, que se revia totalmente nas palavras do Governo Regional, por isso prevejo e posso confiar que posso confiar que as palavras do Governo serão exatamente aquelas que a empresa diria.

Então questiono novamente: é ou não irreversível a intenção da empresa em avançar para um despedimento coletivo?

O Sr. Secretário referiu que o projeto já deu entrada. Certamente que o Governo conhece o Projeto. Quantos postos de trabalho é que estão previstos no projeto da nova fábrica?

Sobre a possível reintegração dos trabalhadores, quer haja ou não integração nessa empresa, essa nova empresa a criar, se existir efetivamente um despedimento coletivo, qual é a garantia que a empresa dá ao Governo e aos trabalhadores de integração, de que os trabalhadores a serem eventualmente

despedidos, são integrados, se serão estes ou serão eventualmente outras pessoas?

Antes de avançar para a proposta que nós apresentamos e para falar de alguns pontos que me parecem importantes esclarecer, gostaria de citar as palavras do Sr. Secretário Regional, em maio de 2017, quando afirmou que durante o período em que vai decorrer a obra ou que iria decorrer a obra, nessa altura, passo a citar: “Ao abrigo de motivos estruturais e tecnológicos, previstos no Código do Trabalho, deverá suspender os contratos com os seus trabalhadores”. Perguntava ao Sr. Secretário, o que é que mudou desde essa altura porque havia uma avaliação de que era possível suspender os contratos de trabalho, mas essa suspensão implicava manutenção do vínculo laboral à empresa, ou seja, os trabalhadores ficariam ligados à empresa, não perderiam quaisquer direitos e continuariam a ser trabalhadores da empresa, porque a legislação do trabalho assim o permite, que haja efetivamente uma suspensão do Código do Trabalho, por vários motivos, inclusive, renovação tecnológica.

Com isto chego à parte resolutiva da iniciativa que aqui apresentamos que no seu ponto 1 diz que, passo a citar: “Garantir que não se concretizem os anunciados despedimentos na fábrica da COFACO do Pico, viabilizando um processo de reconversão tecnológica da empresa e de acordo com o previsto na lei e nestes casos, garantir que a totalidade dos trabalhadores mantenha o seu vínculo laboral à empresa em questão”.

Aquilo que nós estamos aqui a propor que se recomende ao Governo Regional é que não haja, obviamente despedimento coletivo e que a ser necessário efetivamente como o Sr. Secretário já referiu parar a laboração da empresa, que os trabalhadores mantenham o seu vínculo laboral.

O Código do Trabalho é bastante claro nesse aspeto, que é possível manter os postos de trabalho e é possível manter o vínculo laboral à empresa e parece-me que isso é fundamental, porque o despedimento mesmo que haja reintegração, e

até agora não conhecemos qualquer garantia que seja fidedigna que isso aconteça, o vínculo laboral é fundamental, são anos e anos de serviço que dessa forma se mantêm e não se perdem porque um despedimento implica exatamente que os trabalhadores daqui a dois anos, se forem novamente contratados possam ter um salário muito inferior ao que auferem neste momento, podem ser contratados a auferir o salário mínimo, mesmo depois de 10, 15 ou 20 anos de serviço.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP fez uma única pergunta ao Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia, mas como habitual e frequentemente acontece o Sr. Secretário não respondeu à única pergunta que o PCP fez.

Eu torno a fazê-la novamente, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Faça!

O Orador: Tem a noção que ao anunciar que os despedimentos eram inevitáveis estava a limitar e a condicionar a ação dos trabalhadores e das suas estruturas representativas no processo negocial, caso se afirme o despedimento coletivo?

É a pergunta simples, Sr. Secretário e resposta simples também.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de passar à questão levantada sobre o nosso Projeto de Resolução, apenas dar uma nota de grande satisfação pela forma evidenciada pelo Governo do acompanhamento desta situação, a seriedade, a estratégia e as medidas excepcionais que também têm já previstas, nomeadamente agora a anunciada do apoio e a manutenção do acesso das crianças filhas dos trabalhadores, agora atingidos com esta situação, no acesso à creche, portanto uma nota de grande satisfação.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação ao BE e no sentido de esclarecer aquela que é a nossa Proposta de Resolução, de garantir que não haja redução dos rendimentos durante o período de suspensão dos trabalhos, naturalmente que resulta da lei, não é nenhuma ilegalidade querermos ver cometida, como deve calcular.

Resulta da lei por uma razão simples esta nossa preocupação, que julgo que também é uma preocupação de todas as bancadas, inclusivamente o PSD também apresenta exatamente a mesma medida, não sei se com os mesmos fundamentos, mas certamente com a mesma preocupação, isto tudo por uma razão muito simples, Sr. Deputado.

Como deve conhecer e bem a lei que rege esta matéria, a lei tem um conjunto de varáveis e majorações que estão previstas, algumas a serem requeridas, outras atribuídas automaticamente, mas devo dizer-lhe que essas variáveis têm a ver com a antiguidade; tem a ver com a idade dos trabalhadores; tem a ver com os agregados familiares, se são uma ou duas pessoas desse agregado familiar que são atingidas por esta situação; há uma percentagem do montante de referência que é utilizada para efeito de cálculo desse subsídio e aqui relembro que os contratos celebrados antes de 2012 têm condições bem mais favoráveis e num final de linha sobre o apoio atribuído no subsídio de desemprego há ainda a possibilidade de requerer um subsídio social de desemprego.

Deputado António Lima (BE): Bem mais reduzido!

O Orador: É realmente mais reduzido, mas é uma situação transitória também para ajuda na reintegração no mercado de trabalho.

O objetivo desta proposta é que se esgote todas estas possibilidades, todas estas variáveis sejam tidas em atenção, que sejam esgotadas todas essas possibilidades e essas nuances legais de forma a que durante esse período de interrupção de laboração nenhum trabalhador receba menos do que aquilo que receberia se estivesse no ativo.

Isto resulta da nossa missão primeira de salvaguardar os direitos e as garantias daqueles trabalhadores e que ajude a que não se crie uma instabilidade social decorrente desta situação. Penso que ficou esclarecido.

Sobre outras questões aqui levantadas, independentemente das respostas que possam ser dadas pelo Governo, se é possível a reversão ou se é irreversível o despedimento coletivo.

Lamento informar a câmara, mas acabei de receber essa informação hoje, alguns trabalhadores já começaram a receber as cartas com a intenção de despedimento.

Portanto isto também responde ao Deputado do PCP que não inviabiliza nenhuma negociação. Como sabe ou deve saber decorre da lei, exatamente neste período após a manifestação de intenção do despedimento é que se procede à negociação, com a intervenção dos sindicatos, dos representantes dos trabalhadores, portanto é neste período agora que isso deverá acontecer.

A nova fábrica tem quantos postos de trabalhos admitidos? Julgo que essa informação também é pública, foi até de alguma forma divulgada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Madalena, no encontro que teve com os trabalhadores e que a ideia é fazer uma linha de laboração de 103 a 150 trabalhadores e sinceramente eu estimo que neste processo em que 60% dos trabalhadores estão acima dos 50 anos, haja também aqui alguma coerência e algum bom senso relativamente àqueles que são os mais velhos e que possam

também ser conduzidos provavelmente por algum processo de reforma antecipada, como também que haja aqui o bom senso neste período de negociação que decorrerá necessariamente depois da notificação do sentido ou da intenção de se proceder ao despedimento, que haja o bom senso da empresa porque uma das referências que a empresa sempre fez neste processo foi dizer que aqueles trabalhadores eram fundamentais para o percurso que a empresa quer manter na indústria conserveira e que não será por acaso que a marca “Bom Petisco”, líder de mercado, é uma marca que vale muitos milhões e esses milhões estão naturalmente associados à Ilha do Pico, estão associados àquela gente que deu tudo o que tinha da sua vida para o bem daquela marca e para valorização daquela marca. Portanto confio, ou quero confiar que a empresa também tenha uma atitude proativa neste processo de negociação e que possa chegar a acordos e a compromissos firmados com aqueles trabalhadores que são por excelência uma referência da COFACO e que isso possa ser também um compromisso de futuro e uma garantia de que terão a devolução do seu posto de trabalho e que continuem a dar um bom nome à marca, mas também à Ilha do Pico e aos Açores em geral.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo pediu a palavra para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental.

Presidente: É regimental.

Mas também, considerando que é habitual fazer um intervalo de meia hora, eu então opto por fazer um intervalo de meia hora e ficamos já com isso feito.

Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 39 minutos.

Sras e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): No sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regresamos daqui a 15 minutos.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 07 minutos.

Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário Regional, quero apenas informar a câmara que foi feita uma proposta de substituição integral do Projeto de Resolução 66/XI, apresentado pelo PCP, que já foi distribuída por todas as

bancadas, portanto é esta que devem considerar, quer para a continuação do debate, quer depois também para a sua votação.

Sr. Secretário Regional, tem então agora a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*):

Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Peço desculpa ao Sr. Deputado João Corvelo de não o ter feito, foi um lapso, mas antes de responder gostaria de lhe dizer que das suas palavras depreende-se que o Governo Regional é que anunciou o despedimento coletivo, o que não foi verdade.

Queria só esclarecer que foi a empresa que anunciou esse despedimento e o Governo Regional nesse aspeto acompanha esse processo com atenção como eu já referi, trata-se agora de um mecanismo eventualmente negocial entre a empresa, os seus trabalhadores, os sindicatos, esse processo vai naturalmente decorrer.

Portanto o Governo Regional acompanhará com toda a atenção tudo isso, mas nada pode nesta fase fazer mais do que tem feito até agora.

Em relação a algumas questões do Sr. Deputado António Lima, também mais uma vez e na sequência da resposta que deu anteriormente, este processo se é reversível ou não, pois isso é naturalmente também da responsabilidade da empresa, dos seus trabalhadores, das negociações que certamente irão decorrer, portanto aí também o Governo não se pode imiscuir nessas questões.

Quanto aos postos de trabalho, isso sim, posso afirmar que o projeto que deu entrada na Secretaria sobre este projeto de investimento, posso dizer-lhe que a empresa prevê duas fases para este investimento:

Uma primeira fase em que pensa integrar cerca de cento e, penso, que um ou três trabalhadores;

E numa segunda fase mais cinquenta trabalhadores.

Portanto é essa a informação que a empresa tem no seu projeto e que nos transmitiu.

Quanto a dar garantias sobre a reintegração dos trabalhadores, isso é uma questão que eu não posso também responder, posso dizer sim, que essa foi a intenção manifestada ao Governo Regional, ao que a empresa nos disse que tinha intenção de facto de reintegrar a maioria dos trabalhadores e pondo-me agora no lugar de um observador externo deste processo, parece-me que isto terá alguma garantia válida, porque naturalmente que uma empresa nova que vai iniciar a sua laboração, não vai iniciar com trabalhadores que sejam inexperientes, portanto à partida penso que será, até porque tinha implicações na produtividade da própria empresa, julgo que essa garantia é verossímil, dada pela empresa.

Quanto a outras soluções em relação ao processo como ele vai decorrer, pois com certeza que a empresa estudou várias e fez várias avaliações doutros tipos de soluções. O Governo Regional respondeu a algumas questões ao longo deste processo que nos foram colocadas, mas naturalmente que a responsabilidade da decisão é sempre da empresa e o Governo Regional aí não pode também, mais uma vez, imiscuir-se.

É preciso lembrar aqui que estamos a falar de uma questão em que se trata de uma nova empresa que vai assumir a laboração e eventualmente esse aspeto também possa de alguma forma ter implicações naquilo que é a lei laboral. Eu não tenho neste momento conhecimentos sobre essa matéria para lhe responder. Julgo que respondi às questões que colocou.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa substituição da proposta vem no sentido de um novo dado que foi trazido aqui pelo Deputado do PS, Miguel Costa, mas também porque começámos a receber dos trabalhadores as respetivas cartas de despedimento.

Vem no sentido de que o Governo Regional faça uma diligência à empresa para que possam ser mantidos os postos de trabalho, evidentemente desses trabalhadores e que haja também a possibilidade de um contrato promessa da empresa para com os trabalhadores.

No entanto, a pergunta que fiz anteriormente ao Sr. Secretário, claro que não a vi respondida ainda.

A pergunta que lhe coloquei foi realmente se o Governo Regional tinha consciência que aquela intervenção que foi feita antes dos trabalhadores começarem a receber as cartas de despedimento, se o Governo Regional tinha a consciência que tinha condicionado e que iria condicionar porque ninguém estava despedido, estava só despedido por boca e despedimentos por boca não existem, se tinha conhecimento e se tinha consciência que esta intervenção tinha condicionado e poderia condicionar os trabalhadores e os representantes deles em relação ao acordo de despedimento coletivo? Foi só a pergunta que lhe fiz.

Sei, como é óbvio que o Governo Regional não é que despediu os trabalhadores, nem pouco mais ou menos, mas só para saber e para ficar aqui registado, se o Governo Regional tem conhecimento deste facto?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vem no seguimento das questões que lancei ao Sr. Secretário, tendo todos nós a responsabilidade de perceber que são processos

complexos e daí a questão de perceber exatamente e ter noção nesta sede de como tem sido acompanhado o processo.

Certamente o Sr. Secretário sabe que são difíceis os processos de licenciamento e de aprovação, ou seja, os processos de licenciamento que por sua vez culminam na aprovação de investimentos desta envergadura, que implica muitas vezes equipas multidisciplinares, seja no plano ambiental, autoridade do trabalho, neste caso concreto, até em gestão de domínio público marítimo e portanto a nota das questões que levantei e dos requerimentos que foram já apresentados pelo PSD, vêm de encontro a esta preocupação de diligenciar e neste caso concreto até a proposta do PSD contempla a criação de uma equipa multidisciplinar, porque quanta mais envolvência tivermos de todas as dependências do Governo Regional, obviamente será de encontro aos objetivos do promotor.

Deixar-lhe também como tem sido a posição do PSD sobre esta questão, e que já ontem foi abordada no debate televisivo, que estamos a falar de uma cadeia de valor que começa no mar, termina no consumidor e que queremos que continue a levar o nome da Região longe, através da marca que aqui foi citada, o “Bom Petisco”, e de muitas que possam surgir em abono do nome dos Açores.

Portanto, também esta discussão sobre a indústria conserveira deve obrigatoriamente levar-nos a pensar e a refletir sobre o trajeto das capturas, os problemas dos armadores, das infraestruturas como são os estaleiros navais e até da formação dos pescadores e concretamente dos mestres das embarcações e de todas as preocupações dos armadores, porque sabemos bem que esta Região já teve uma frota muito maior do que tem neste momento para a captura das diversas espécies de tunídeos, sabemos cientificamente que esta é uma captura que está dependente de ciclos, mas temos que ter a capacidade de enfrentar estes ciclos, estudando, criando condições porque a natureza manda sobre a

circulação no atlântico dos tunídeos, mas a verdade é que muita da frota que já teve residência e pescadores dos Açores, neste momento está deslocada, para outros arquipélagos, concretamente para a Madeira e que se desloca no atlântico conforme as tendências e o sucesso da pesca vai ditando.

Esta é uma área que nos deve preocupar, deve preocupar porque certamente o investidor se preocupa também com estas situações e vai decidir agora e no futuro de acordo com a forma como for acolhida essa preocupação.

Dizer também que a posição do PSD vai de acordo com as propostas de resolução, aliás as propostas do PSD também reúnem muitas das que são apresentadas por todos os partidos e que vão ser votadas, portanto temos muito trabalho pela frente ainda no acompanhamento desta preocupação coletiva, tendo e querendo estar sempre aqui na posição de defesa do setor, de defesa dos postos de trabalho, mas de acompanhamento muito perspicaz e objetivo sobre atuação do Governo nesta área, sugerindo e obviamente questionando em todos os momentos porque estamos a falar, como referi no início, de uma de valor muito importante para os Açores e que queremos continuar a acompanhar e a fazer crescer.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu penso que também em jeito de conclusão deste debate, em primeiro lugar, como picaroto, agradecer e reconhecer o empenho dos partidos que apresentaram projetos de resolução, com carácter de urgência, quer o CDS, quer o BE, quer o PCP ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): PPM!

O Orador: O PPM estava associado ao CDS, peço desculpa, portanto naturalmente que agora com a proposta de alteração do PCP, que vem também de alguma forma associar-se àquilo que foi a proposta do PS nesta matéria, dizer que sejam tomadas todas as diligências no sentido de ser garantida a reintegração daqueles trabalhadores, neste caso concreto o PCP apresenta mais especificamente a hipótese do Governo Regional, junto da empresa, tentar garantir contratos promessa.

Fala aqui na última parte numa penalização pelo não cumprimento desse contrato, isso naturalmente resulta da lei, entre os contraentes há sempre essa regra que resulta da lei e portanto também não temos nada a opor e quero aqui anunciar que as resoluções têm por base as nossas preocupações também, embora tenham considerandos que faremos o esforço de não os considerar, tendo presente acima de tudo a situação da COFACO, a situação difícil que vive aquelas famílias, aqueles trabalhadores, mas o que mais interessa foi aqui um conjunto de soluções que foram apresentadas a bem daquelas pessoas, a bem daquela indústria e a manutenção daquela indústria na Ilha do Pico e nesse sentido, anuncio que vamos aprovar todas as propostas aqui apresentadas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Em jeito de conclusão também, queria apenas aqui fazer um pequeno comentário à intervenção do Sr. Secretário, que referiu a dada altura que o Governo não se pode imiscuir nos assuntos da empresa. Aquilo que nós vamos votar, as resoluções tanto do BE, como do próprio PS e do PCP, os primeiros pontos implicam exatamente que o Governo intervenha

junto da empresa, obviamente não cometendo qualquer ilegalidade, mas que pressione a empresa e use do seu poder e da sua influência para tentar reverter a situação.

Por isso aquilo que estamos aqui a resolver, aquilo que estamos a recomendar não é que o Governo se imiscua nos assuntos da empresa, é que o Governo faça tudo o que é possível, o que está ao seu alcance, dentro obviamente da lei, mas aquele que é o seu papel que é a defesa dos postos de trabalho, a defesa da economia da Ilha do Pico e a defesa da economia regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Um pequeno comentário também, finalmente, às pospostas do PCP, que deu entrada uma proposta de substituição e um comentário ao esclarecimento dado pelo Sr. Deputado Miguel Costa.

Tanto a proposta do PCP, como a proposta do Grupo Parlamentar do PS, há aqui pontos que assumem e têm uma lógica de que o despedimento já é um dado adquirido e inevitável, tanto a proposta do PS, como a proposta do PCP.

Deputado André Bradford (PS): Isso tem que ser por passos!

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Os trabalhadores invocaram razões!

O Orador: Infelizmente nós não podemos votar alínea a alínea, nós achamos que aquilo que deveríamos resolver aqui era lutar para que não houvesse perda de vínculo laboral porque isso implica perda de direitos, implica perda de anos de serviço e implica efetivamente perda inevitável de rendimento.

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que se faz isso?

O Orador: Em relação ao ponto 3, do Projeto de Resolução do PS, agradeço o esclarecimento prestado pelo Sr. Deputado Miguel Costa, muitas vezes aqui já se aprovaram resoluções para que o Governo cumpra a lei e infelizmente muitas vezes é preciso apresentar resoluções deste tipo.

Esta resolução prende-se com questões que já estão previstas na lei do subsídio de desemprego que regula, não temos nada contra que seja assim, implica

efetivamente uma perda de rendimento para os trabalhadores porque o subsídio de desemprego nunca será, infelizmente, uma forma de compensar totalmente a perda de rendimentos que os trabalhadores vão ser sujeitos, mas de qualquer forma iremos votar favoravelmente todos os projetos de resolução.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fico na dúvida se o BE esteve neste debate ou não e passo a explicar porquê.

Se nós, se o Partido Comunista Português e o Partido Socialista, pediram ambos os intervalos regimentais a que tinham direito foi para se inteirarem da situação que foi os trabalhadores terem começado a receber cartas de despedimento, ou seja, já é efetivo.

Deputado Artur Lima (PCP): A geringonça!

O Orador: Quando o PCP entregou essa proposta, esse projeto aqui nesta Casa ainda não tínhamos a confirmação que os trabalhadores iam ser despedidos.

Atualmente o Sr. Deputado Miguel Costa e nós próprios começámos a receber cartas de despedimento coletivo dos trabalhadores, ou seja, já é efetivo.

Mais, os primeiros pontos do Projeto de Resolução do PS e do PCP é no sentido de não haver despedimentos, mas visto que durante o debate nós ficamos a saber um dado novo que é o despedimento e os trabalhadores começarem a receber cartas de despedimento, nós temos que acrescentar e temos que modificar a nossa Proposta de Resolução.

Portanto, era só para dar essa explicação ao BE que não sei se esteve cá no debate.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Era só para enaltecer, de alguma forma, algumas das sugestões, das preocupações muitas delas o Governo partilha e realçar também aqui aquilo que há em comum e como eu disse nestas situações importa mais aquilo que nos une, no sentido de protegermos e de conseguirmos alguma ação comum para defendermos a manutenção desta unidade fabril no Pico e o direito dos trabalhadores ao seu futuro nesta fábrica.

Dizer que, finalmente, da parte do Governo este é um caso a que daremos toda a prioridade que ele merece e que ele exige e que esta câmara poderá contar com o Governo nas diligências que forem, naturalmente, aqui aprovadas.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

De momento não tenho inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições?

Sendo assim encerramos o debate e vamos passar à votação destes quatro Projetos de Resolução.

Coloco em primeiro lugar à votação o **Projeto de Resolução n.º 65/XI**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Dispõe de cinco minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito rapidamente só para reafirmar da parte do PPM, que este é de facto um posicionamento feliz por parte desta câmara, no sentido de termos conseguido unanimidade, evidentemente não vou fazer declarações de voto a seguir, porque já foi aqui anunciado por parte das várias bancadas o sentido de voto, dos diversos Projetos de Resolução, portanto foi possível recolher aqui unanimidade e além desse contentamento por ter sido conseguido de facto esta posição conjunta sobre esta matéria, com nuances, mas conseguimos afastar estas dificuldades, dizer aqui também que caiu um velho aforismo e vou utilizar uma folha de há 22 anos, em que alguém dizia que é por demais sabido que as únicas matérias que recolhem unanimidade nos parlamentos portugueses (Assembleia da República e Assembleias Legislativas Regionais), são os votos de pesar e os aumentos dos privilégios dos Deputados, nomeadamente no que aos salários diz respeito.

Deputado André Bradford (PS): Falei nisso ontem!

O Orador: Bem, isto foi afirmado pelo Sr. Deputado André Bradford e hoje ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é uma questão de terminar.

O senhor sabe que está a fazer uma declaração de voto, sabe que não pode interpelar outras Sras. e Srs. Deputados deste Parlamento, porque eles não podem usar da figura regimental do protesto.

Portanto, agradeço-lhe que não se mantenha nesse registo e que volte à declaração de voto.

O Orador: Sra. Presidente, a minha afirmação nada tem de ofensivo, foi uma observação apenas e é dizer que de facto, os Parlamentos conseguem (é só para reforçar a imagem) unanimidade naqueles assuntos que são assuntos

importantes e este é um assunto importante, portanto, obviamente é possível convergir posições, é possível convergir posições naquilo que é importante e alguns retoques mais ou menos parlamentaristas ficam fora de razão.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do **Projeto de Resolução n.º 66/XI**, apresentado pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do **Projeto de Resolução n.º 68/XI**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Por fim coloco à votação o **Projeto de Resolução subscrito pelo CDS e pelo PPM**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pequena declaração de voto.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS, em nome dos Deputados eleitos pela Ilha do Pico, em meu nome particular, como picaroto e madalenense, agradecer e reconhecer o empenho dos partidos que aqui apresentaram soluções para a COFACO, pondo sempre em primeiro lugar os trabalhadores, os seus direitos, as suas garantias e que possamos provavelmente nesta Casa, apresentar um voto de saudação pela reabertura da fábrica COFACO, garantindo os seus postos de trabalho e garantindo a conserveira, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... mantendo aquela que é a história na Ilha do Pico e mantendo o bem nome que os Açores deram àquela conserveira e que se mantenha esse trabalho ao longo de muitos e muitos anos e por muitas gerações.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Claro que enaltecer os votos por unanimidade num processo que é complexo e deixar aqui duas palavras.

As pessoas que merecem aqui duas palavras, e estas palavras vão enaltecê-las são as trabalhadoras e os trabalhadores da fábrica da COFACO.

O enaltecimento aqui na Assembleia Regional, por nossa parte, para as trabalhadoras e os trabalhadores, faz sentido essa unanimidade aqui por todas as bancadas parlamentares.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 18 da Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 67/XI – “Plano de Ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desemprego é o maior problema social. Um povo sem trabalho não pode ser feliz. Sem trabalho, não há pão. Sem pão, não há razão. Razão de ser. Razão de existir. É este o sentimento dos trabalhadores — maioritariamente mulheres — da fábrica da Cofaco na ilha do Pico com os quais temos vindo a manter um contato regular desde que foi anunciado o encerramento desta unidade fabril, encerramento esse que esperamos que seja apenas temporário.

Este é também o sentimento que o PSD/Açores partilha com os trabalhadores as trabalhadoras da Cofaco no Pico, razão pela qual propomos a esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores este Projeto de Resolução com caráter de urgência.

Em julho tomámos a iniciativa de apresentar uma proposta de resolução que recomenda ao Governo Regional dos Açores que encete todas as diligências conducentes à viabilização das intenções do promotor – Cofaco Açores, de construir uma nova unidade fabril na Madalena do Pico, assegurando a manutenção dos postos de trabalho. A proposta foi aprovada por unanimidade, mas tardam os sinais do cumprimento por parte do Governo Regional da recomendação desta Assembleia. Por esse motivo, pedimos recentemente ao Governo, através de requerimento, que nos transmitisse informação concreta das diligências encetadas de julho até ao final de 2017 para que a COFACO não fechasse e para que os trabalhadores não perdessem os seus postos de trabalho.

Não obtivemos ainda qualquer resposta, até que numa pesarosa e trágica manhã de terça-feira, uma empresa instalada no Pico há mais de 50 anos na ilha do

Pico informa os seus 180 trabalhadores que vai encerrar, com todas as consequências económicas e sociais que isso acarreta.

Isto, e uma mão cheia de intenções pouco claras, é o que se sabe hoje.

Esta indústria — que é o maior empregador privado da ilha — sempre manteve uma relação biunívoca com a população da ilha em particular com a do concelho da Madalena, uma ligação de proximidade, e despenhou em tempos, para lá do seu papel económico, um importante papel social e cultural. Da mesma forma sempre foi acarinhada pela população.

O encerramento da COFACO irá afetar diretamente cerca de 180 postos de trabalho. Mas devo dizer que poderia afetar apenas um só posto de trabalho que isso já seria um motivo de séria preocupação para nós. Mas os despedimentos na Cofaco têm tudo para ser uma tragédia na medida em que afetam 180 trabalhadores, na sua maioria mão-de-obra feminina, que serão extintos a partir de abril, sendo afetados de forma indireta outros postos e trabalho e sendo posta ainda em causa a sobrevivência de unidades de comércio local e de pequenas empresas que lhe fornecem bens e serviços.

A emancipação feminina e igualdade de género, tema em debate no parlamento dos jovens 2018, está muito dependente do rendimento da mulher, mas neste caso para além disso está a perca de um contributo para o rendimento do agregado familiar em meios em que este é muito baixo. Está também em causa a perca de rendimentos do agregado familiar, pois há vários casos de homem e mulher (casal) a trabalhar na COFACO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considerando que neste hiato de tempo entre o encerramento da COFACO e a abertura hipotética da nova fábrica, as trabalhadoras e os trabalhadores devem ter a possibilidade de valorizar as suas competências, entendemos que é fundamental que seja enquadrado a abertura de cursos na Escola Profissional do Pico que possibilitem aos trabalhadores e às trabalhadoras da COFACO a

oportunidade de terminarem a escolaridade obrigatória, nos dois anos que medeiam entre o encerramento e a abertura da nova unidade fabril e autorizar a abertura de cursos na Escola Profissional do Pico que permitam aos trabalhadores e às trabalhadoras da COFACO a oportunidade de atualização de competências;

Da mesma forma deve ser assegurada a majoração dos apoios sociais às famílias, nomeadamente através da majoração do subsídio de desemprego, por forma a garantir o mesmo nível de rendimento, e consideramos fundamental que a creche dos filhos dos funcionários da Cofaco, no período que medeia entre o encerramento e a abertura da nova unidade fabril, seja garantida pelo governo, como era anteriormente pela entidade empregadora;

Defendemos ainda o apoio a projetos de autoemprego ...

Presidente: Sr. Deputado Jorge Jorge, apenas uma advertência.

Neste momento está apenas a justificar a urgência e não ...

O Orador: E é exatamente por isto que estou a dizer!

Presidente: Sim, mas não deve entrar no âmbito do Projeto de Resolução, porque ele será naturalmente debatido em sede de Comissão. Só para que não se esqueça.

O Orador: Estou a terminar também.

... e de empreendedorismo em programas e instrumentos de apoio, promovendo o encaminhamento dos interessados para apoio técnico que permita rapidez e sucesso aos proponentes.

A taxa de desemprego vai aumentar brutalmente na ilha do Pico, os empregos diretos garantidos pela COFACO no Pico representam 3% da população ativa desta ilha, elevando-se significativamente esta percentagem se tivermos em consideração o concelho da Madalena; Consideramos que o turismo pode ser a atividade que de forma mais célere permita em primeiro lugar responder ao rude golpe económico que a ilha vai sofrer. Por essa razão, propomos um

conjunto de medidas na certeza de que o Governo Regional pode rapidamente pôr em vigor, como a promoção do Pico e do Triângulo, o aumento da acessibilidade à ilha e ao triângulo.

Assim, justificamos a nossa urgência, que esperamos seja também a urgência do governo o que não tem sido até agora, e deste parlamento, e que deve passar também pela criação de um grupo de trabalho, que inclua representantes dos diversos órgãos do Governo Regional e da autarquia, envolvidos no licenciamento e apoio ao investimento de unidades industriais, para acompanhar e assessorar o promotor COFACO, no sentido de agilizar e apoiar a definição estratégica do investimento;

Um povo que vive mal no presente e a quem não dizem que vai viver melhor no futuro não se consegue sentir em unidade regional e em coesão.

Não podemos admitir de braços cruzados que se olhe para o desemprego como se fosse uma realidade abstracta. O desemprego cria desempregados! E um desempregado, sobretudo de longa duração, é um homem ou uma mulher que, pouco a pouco, perde a sua própria dignidade, perde respeito por si e pelos outros.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Está aberto o debate.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atenta a matéria e a importância do futuro desse processo da COFACO para as trabalhadoras e para os trabalhadores daquela empresa, e por respeito a isso, o PS não pretende com esta interpelação criar nenhum tipo de incómodo ou confusão que prejudique o essencial do que aqui estamos a discutir, mas o que acabámos de assistir não faz sentido parlamentarmente, nem se adequa ao Regimento que rege os trabalhos desta Casa, Sra. Presidente e isso eu tenho que transmitir à Casa ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... porque se queria apresentar o diploma, o Sr. Deputado tinha usado essa figura regimental, apresentava o diploma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Se achava que era urgente, o Sr. Deputado tinha feito com urgência e dispensa de exame em Comissão.

Se acha que é só urgente, o que lhe compete nesta Casa justificar é por que é que escolheu essa figura regimental e por que é que é urgente.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é fogo de artifício!

Deputado Marco Costa (PSD): Lamento essa intervenção!

O Orador: Agora, o Sr. Deputado faz uma intervenção de fundo sobre a matéria que podia ter feito no debate anterior, nós tivemos três horas a discutir este assunto, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Achou muito tempo!

O Orador: ... reservou-se para agora para fazer má utilização das figuras regimentais.

Isso deve ficar registado como sendo a opinião do PS e não creio que não possa ser também a opinião de todos os que assistiram ao que agora acabou de acontecer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação.

A Mesa também fez a advertência em devido tempo.

Pergunto se há inscrições para participação no debate?

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência é por demais evidente, como se viu no debate anterior.

Deputado Marco Costa (PSD): O Sr. Deputado André acha que não!

O Orador: Tenho pena que os Srs. Deputados não tenham participado mais no debate anterior, não tenham trazido essa proposta como Projeto de Resolução, aliás como fez questão de apresentar aqui, agora, quase não resistindo mais uma vez e lamento mais uma vez que os senhores não tenham resistido a bater em tudo e em todos ...

Deputado Marco Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... a bater no Governo, a fazer politiquice barata com um assunto muito sério.

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor é o único com o passo certo!

O Orador: Mas mesmo assim ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Estão nervosos, Srs. Deputados? Tenham calma!

Deputado Paulo Parece (PSD): Nervosos, não! Pelo amor de Deus!

O Orador: Mas mesmo assim, em nome da COFACO, em nome dos trabalhadores da COFACO, em nome das soluções para a COFACO, aprovaremos necessariamente esta urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos agora no ponto 23 da nossa Agenda: [Relatório sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Manuel Alberto da Silva Pereira.](#)

O relatório foi feito pela CAPAT, que é a Comissão competente nesta matéria, foi distribuído por todos.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 24: **Relatório sobre o pedido de autorização para que o Deputado Pedro Miguel Medeiros de Moura possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha**

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não há, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 25: **Relatório sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar da Deputada Zuraida Maria de Almeida Soares.**

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve explicação acerca deste relatório e deste caso, e já agora aproveito porque a situação é a mesma, também relativamente àquele que presumo que se seguirá e que tem a ver com o Sr. Deputado Artur Lima.

São casos que têm uma natureza diferente dos anteriores porque em bom rigor o que está aqui não é a autorização para prestação de depoimento ou a constituição de arguido por factos que eventualmente constituam crime, no entendimento do Ministério Público, sendo certo que necessariamente esses factos são imputados e não têm a ver com o exercício das funções de Deputado, enquanto casos destes chegam aqui muito pouco, por uma questão muito simples, porque eles ficam sobre a alçada de um outro comando constitucional e revestem uma outra natureza, ou seja, desde logo este tipo de casos têm a ver com o exercício das funções de Deputado, com a liberdade de expressão do Deputado enquanto tal, designadamente nestes dois casos no próprio Plenário e independente do juízo substantivo que cada um fará, e que nesta Casa cada um terá feito a seu tempo, sobre essas concretas declarações, a verdade é que há aqui um princípio velho das democracias liberais e da democracia representativa, plasmada atualmente no artigo 157.º, n.º 1 da nossa

Constituição, desde logo, que significa uma verdadeira imunidade ou seja a irresponsabilidade do Deputado por afirmações que profira, quer ao nível criminal, civil ou disciplinar no exercício destas funções.

É bom esclarecer que não se trata, ao contrário do que possa eventualmente parecer, numa análise precipitada, de um privilégio da pessoa que exerce o cargo de Deputado, ao invés, o seu fundamento é e só pode ser, garantir um exercício totalmente livre e a liberdade de expressão do Deputado, atento o sagrado mandato popular que ele representa, em bom rigor e destina-se a defender os representados e não o representante.

É extremamente importante termos esta noção perfeitamente presente.

Assim sendo, neste caso, e com total respeito pelo sagrado princípio da separação de poderes e designadamente pela magistratura do Ministério Público e salvo melhor opinião, é de estranhar e até atenta a necessidade de economia processual e atenta o muito trabalho que sabemos todos que o Ministério Público também tem, que estes processos não tenham sido liminarmente indeferidos, porque em bom rigor trata-se da aplicação direta de um princípio constitucional, em bom rigor nestes casos não há qualquer possibilidade dos Deputados em causa, no meu entender e no entender de muita boa gente, por aplicação direta do princípio constitucional já referido, serem constituídos arguidos.

Feito com respeito, mas com frontalidade o reparo, a sugestão ao Ministério Público, também por maioria de razão, e sendo então agora absolutamente politicamente incorreto já que estamos com a mão na massa, também não é compreensível e muito menos aceitável que quando o relatório teve o cuidado de referir que ouviu os Srs. Deputados, mas de não referir se eles aceitaram ou não prestar depoimento, porque a questão logicamente nem se põe, que alguma comunicação social inclusive, publica, use neste caso de forma simplificada a palavra “recusa”.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Penso que também é um bom serviço da comunicação social explicar o que é que a lei diz, qual é o verdadeiro trabalho dos Deputados, qual é o Estatuto dos Deputados e a sua última razão de ser, como tive aqui oportunidade de explicar.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Espero ter sido claro, como diz um amigo meu, ex-Deputado desta Casa, por acaso não desta bancada, espero ter sido não só pedagógico, como também didático.

Muito obrigado

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(Aparte inaudível)

Claro que sim, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, só uma questão. Quer intervir agora que é o relatório da Sra. Deputada Zuraida Soares, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Não!

Presidente: No seu!

Então vamos colocar este à votação.

Está à votação então o relatório referente à Sra. Deputada Zuraida Soares.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PSD.

Presidente: Está então agora à votação e eventualmente também debate, o **Relatório sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Artur Manuel Leal de Lima.**

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, registar a pedagógica e esclarecida intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho, mas queria dizer uma coisa: quando um jornalista não sabe a Constituição, eu até posso perdoar (não perdoar), mas até podia entender, bom é por desconhecimento, é por ignorância, não conheço.

Agora quando um Deputado, ainda por cima, permita-me que lhe diga, Agente das Forças de Segurança, uma autoridade, despreza e rejeita a Constituição estamos muito mal, Sr. Deputado! O senhor não sabe o que é que está aqui a fazer!

Lamento profundamente que o senhor falte ao respeito a esta Casa, à Constituição da República Portuguesa, porque o que a Constituição diz, e é claro, eu não posso recusar, nem aceitar, e é bom que isso fique esclarecido de uma vez por todas, porque os eu comportamento aqui dentro envergonha-nos a todos, especialmente a si, porque já é a quinta vez que me pedem, sou constituído arguido, das quatro vezes pedi o levantamento da minha imunidade parlamentar, por um motivo, Sr. Deputado Carlos Ferreira porque não era no exercício das minhas funções como Deputado, pedi naturalmente.

No exercício das minhas funções como Deputado, eu não tenho que dizer nada, a Constituição é que diz, a Constituição é que estipula, que eu não posso, vou ler-lhe o artigo, para não me enganar (ainda bem que trouxe o livrinho) art.º 157.º: “Os Deputados não respondem civil, criminal ou disciplinarmente pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções”.

Rigorosamente, Sr. Deputado Carlos Ferreira, este assunto não deveria sequer chegar aqui, rigorosamente, mas chegou. O senhor no respeito pela Constituição, pelo Estatuto dos Deputados, não temos que nos pronunciar se queremos ou não queremos! Não podemos ir a tribunal porque é inconstitucional! É inconstitucional!

Portanto, é uma brincadeira de mau gosto o que o senhor faz aqui!

Devo dizer-lhe mais, se o senhor acha que nós aqui dentro não podemos ter liberdade de expressão, dizer aquilo que entendermos e que neste caso que o senhor aqui estava, assistiu e ouviu, foi defender crianças com necessidades educativas especiais nas nossas escolas, foi defender o interesse dos utentes, foi defender o interesse daqueles que mais precisam.

Portanto, se tivesse caído aqui de paraquedas eu até entendia. Não!

Vou dizer-lhe mais: o senhor não tem nenhuma autoridade moral e ética sobre ninguém aqui dentro, porque o senhor na sua vida privada (eu nunca disse isso de nenhum Deputado aqui dentro, mas hoje vou dizer) é um privilegiado na sua vida e na sua profissão. O senhor goza de direitos que mais ninguém goza enquanto cidadão, porque se eu for abordado por um agente da autoridade na rua, a sua palavra vale mais do que a minha. É um privilégio que o senhor tem e não devia ter, porque também há polícias que não são cidadãos exemplares e muitos deles não são ninguém para a palavra deles valer mais do que a minha!

Portanto, privilégios tem o senhor na sua profissão, privilégios tem o senhor na sua vida e que também os usa e devia envergonhá-lo a atitude que o senhor teve aqui dentro!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quanto ao mais, não pedi porque não tinha que pedir e não recusei nada, agora para esclarecer a outra comunicação social, apenas disse: cumpra-se a Constituição! Mais nada! Não faz nenhum sentido eu ser ouvido! A Constituição é clara!

E também há aqui um certo exagerozinho do Ministério Público, porque quem constitui arguidos, hoje em dia, e na separação de poderes e no estado de direito português é um juiz. Pronto!

Nunca tive nenhum problema, e devo também informar a câmara, porque não sabem o resultado, que das quatro vezes (agora não sei se são quatro, se são cinco), que fui constituído arguido na defesa sempre do interesse público, fui todas as vezes absolvido!

Se fosse o caso de ter feito alguma coisa fora da minha atividade como Deputado era eu, como fizeram os colegas, o primeiro a pedir levantamento da minha imunidade parlamentar. Nunca me escondi atrás de privilégios, nunca necessitei disso, agora há quem se esconde e vote contra os privilégios dos outros!

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero saudar a coragem cívica e política do Sr. Deputado Francisco Coelho.

Não é todos os dias que nós vemos um político que não precisa ... a maior parte das vezes o que nós vemos é gente a fugir a assuntos que nós sabemos que podem ser utilizados do ponto de vista demagógico e populista e muito poucas

vezes vemos, neste caso na defesa do direito constitucional, daquilo que estabelece a Constituição em relação a um Deputado de um outro partido, não se trata de uma atitude corporativa, mas trata-se de uma atitude corajosa de quem se expõe ao populismo e à demagogia e aqui assumiu uma posição frontal na defesa da Constituição.

Eu quero, desde já, dizer-lhe e endereçar-lhe daqui da minha parte e da parte do partido, do PPM, que esse tipo de atitudes são atitudes de quem politicamente age com frontalidade e a coragem que se tem que ter e é isso que falta muitas vezes na política portuguesa, falta a coragem de discutir os tabus, os temas que podem ser aproveitados e que são aproveitados por muitos, pela forma populista e demagógica e V. Exa. teve essa coragem. Eu quero felicitá-lo por isso e dar-lhe daqui, da minha parte, esse testemunho.

Em segundo lugar não quero ficar sem dizer nada em relação a esta matéria, aliás em situações anteriores já tive oportunidade de dizê-lo: se algum de nós cometer algum ilícito ou for acusado de algum ilícito, fora da atividade parlamentar, o que se deve fazer é o que todos têm feito, é pedir que a imunidade seja levantada e responder a essas questões e depois os órgãos próprios decidirão se é ou não culpado.

Outra coisa é, por opiniões políticas aqui formuladas, as pessoas serem acusadas e terem que responder no âmbito de processos que possam ser colocados por interesses, empresas, grupos de pressões, etc.

A verdade é esta: não é por acaso que está na Constituição da República Portuguesa esta norma, como está na Constituição Espanhola, como está na Constituição Francesa, como estão nas Constituições dos países democráticos, porque se não os parlamentares seriam submetidos a centenas e centenas de processos, nós não teríamos com certeza dinheiro para pagar a dessa destes procedimentos e ficaríamos completamente paralisados na atividade parlamentar, por isso é que se teve este cuidado, desde o início da criação dos

sistemas parlamentares, para que os Deputados não ficassem pressionados constantemente por grupos de interesses. Os grupos de interesses têm dificuldade em agir contra a atividade parlamentar porque sabem que existe esta defesa constitucional. Se essa defesa constitucional não existisse, cada um de nós estaria sempre condicionado por centenas e centenas de interesses que nós sabemos que há, todos os dias! Mesmo hoje, acabámos de falar na COFACO e de interesses empresariais que existem, evidentemente. Nós seríamos constantemente processados por opiniões que aqui formulamos e seria completamente impossível a cada um de nós agir na defesa dos interesses coletivos, neste caso, do povo açoriano.

Portanto, não é nenhum privilégio é um instrumento que permite a liberdade de expressão no Parlamento dos Açores, como em todos os parlamentos democráticos. Não é uma exceção! Não é apenas a Constituição Portuguesa, são todas, mas mesmo todas as Constituições democráticas do mundo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tencionava sequer pronunciar-me desta vez porque já tinha esclarecido na primeira situação em que esta questão se colocou, que o meu sentido de voto não resultava da apreciação de qualquer caso em concreto, era simplesmente uma questão de princípio, portanto pensei naturalmente erradamente que desta vez seria devidamente interpretado, mas ainda bem que houve estas intervenções porque assim também posso esclarecer a Assembleia, esclarecer as Sras. e Srs. Deputados das razões do meu sentido de voto.

Para mim, como disse, é uma questão de princípio, tal como para muitas outras pessoas serão outras questões, algumas das chamadas questões fraturantes,

portanto esta questão de princípio tem fundamentalmente a vez com a minha formação e com a minha natureza profissional.

Não há, no entanto, qualquer tentativa de dar lições de moral a quem quer que seja, porque todos nós temos qualidades e defeitos e todos nós temos a nossa forma de ver as coisas no dia a dia, na nossa atividade profissional, também aqui na atividade parlamentar.

Em segundo lugar, e quanto às referências feitas pelo Sr. Deputado Artur Lima à Polícia de Segurança Pública, permita-me dizer-lhe, Sr. Deputado Artur Lima, que a Polícia de Segurança Pública desenvolve uma atividade digna, útil à sociedade e tem profissionais excelentes, bons profissionais, profissionais menos bons, tal como todas as instituições, portanto desempenha a sua missão o melhor possível, tal como as profissões que cada um de nós desenvolve na sua vida particular.

Relativamente à questão jurídica, eu concordo com o que foi aqui referido pelo Sr. Deputado Francisco Coelho e a apreciação jurídica que foi feita aqui pelo sr. Deputado Artur Lima, pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão também e tenho dificuldade em perceber que esta situação tenha sequer sido colocada à Assembleia.

Penso também que se a Comissão Parlamentar competente tivesse comunicado ao Ministério Público que as situações em análise tinham sido praticadas no âmbito das funções parlamentares, remetendo eventualmente cópia certificada do Diário, e questionando se se mantinha a solicitação do Ministério Público para o levantamento da imunidade parlamentar, que poderia até eventualmente o Ministério Público nem sequer manter essa solicitação, mas chegou ao conhecimento da Assembleia.

Presumo que, face a uma comunicação dessa natureza, o processo fosse liminarmente arquivado e que não houvesse sequer acusação.

Concordo com o princípio que está estipulado e constitucionalmente previsto da irresponsabilidade dos parlamentares no exercício das suas funções, mas também defendo o princípio da separação de poderes, portanto penso que a irresponsabilidade que foi aqui referida, no meu entendimento deveria ser declarada pelas autoridades judiciárias e não pelo Parlamento.

Portanto, volto a dizer, não há aqui qualquer tentativa dar lição a quem quer que seja, muito pelo contrário, é uma questão pessoal, é uma questão de princípio, portanto nas questões relacionadas com a imunidade parlamentar, eu terei sempre a mesma posição, não esperando que concordem, mas é uma posição de princípio que espero, ao menos, que compreendam.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto para mim começa a ser penoso, mas esses assuntos têm que se esclarecer, Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Se bem me lembro para citar o meu querido Vitorino Nemésio e saudoso, o senhor jurou ali debaixo “cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa e o Estatuto dos Deputados”.

O senhor neste momento está a violar a Constituição da República Portuguesa e o Estatuto dos Deputados!

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito rápida porque creio que é importante fazer este esclarecimento, designadamente ao Sr. Deputado Carlos Ferreira, na sequência da questão que levantou e que eu percebo bem intencionada, certamente, até

que ponto não se poderia ter informalmente lembrado ao Sr. Procurador da República do processo.

Bom, como o Sr. Carlos Ferreira, pelas suas funções profissionais deve saber, o relacionamento com as autoridades judiciárias, designadamente ao nível de processo tem regras e sobretudo há uma coisa que é preciso que fique clara, a queixa que nos foi mandada ela refere, porque apesar de tudo não é mentirosa (mentirosa pelo menos nos aspetos factuais), o que eu quero dizer é o seguinte: a queixa obviamente não omite, porque também não podia, que os Srs. Deputados em questão, fizeram essas intervenções neste Plenário.

Bom, se neste Plenário levanta dúvidas a alguém, designadamente ao Ministério Público, que é no exercício das funções de Deputados, eu acho que não é razoável, não levanta, está situado.

Bom, todos os cidadãos não podem invocar em seu benefício o desconhecimento da lei. Eu não vou dizer então, quando se trata de um princípio constitucional relativamente a magistrados judiciais e fico-me por aqui.

Sr. Deputado Artur Lima, também quero dizer-lhe o seguinte: obviamente que ouvi as suas intervenções e compreendo-as, mas como Presidente da CAPAT também lhe digo o seguinte: nós no exercício das nossas funções temos todo o direito à irresponsabilidade neste sentido técnico que vimos, o Sr. Deputado Carlos Ferreira, também.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PSD.

Presidente: Encerrámos os nossos trabalhos.

Vou passar então agora a ler a proposta de deliberação final: **“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de janeiro”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de deliberação apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha declaração vai no sentido de estar cá há mais de um ano e não existir debate de ilha, nem declarações políticas, tal como deixei bem explícito na Conferência de Líderes.

Presidente: Srs. Deputados, aos amigos uma boa noite e um bom regresso a casa.

Eram 19 horas e 10 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que faltaram à sessão:

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Documentos entrados

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Aprova o regime das matérias classificadas n.º 725/XIII/3.^a (PS) – n.º 125/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 01 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 01 – 30;

Assunto: Aprova o regime da atividade profissional de mediação na representação de interesses - n.º 734/XIII/3.^a (PS) - n.º 127/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 02 – 05;

Assunto: Aprova o regime de registo de entidades privadas que realizam representação de interesses - n.º 735/XIII/3.^a (PS) - n.º 128/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 02 – 05.

2 – Projeto de Resolução:

Assunto: Recomenda ao Governo que legisle para garantir que os acompanhantes de grávidas nas deslocações inter-ilhas dos Açores tenham as faltas ao trabalho justificadas na legislação laboral - n.º 124/XIII/3.^a (PSD) – n.º 126/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 02 – 05.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Altera o regime jurídico da Conservação, fomento e exploração de recursos cinegéticos - MAFDR (Reg. DL 284/2017 – n.º 64/XI-GR)

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 02 – 05.

4 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da RAA contra o encerramento de lojas dos CTT na Região – n.º 64/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2018 – 01 – 12

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Em defesa dos trabalhadores da Cofaco da ilha do Pico – n.º 65/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2018 – 01 – 15

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [COFACO do Pico: Pela defesa dos postos de trabalho, pela garantia dos direitos dos trabalhadores – n.º 66/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2018 – 01 – 17

Pedido de urgência e dispensa de exame de Comissão;

Assunto: [Plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO - n.º 67/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 01 – 17

Pedido de urgência;

Assunto: [A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que desenvolva todos os esforços no sentido de assegurar os vínculos laborais dos/as trabalhadores/as da Cofaco – n.º 68/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 – 01 – 17

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Recomenda à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a constituição de um grupo de Trabalho no âmbito da Comissão Permanente de Economia que acompanhe, analise e avalie o impacto social e económico, decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO na ilha do Pico – n.º 69/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2018 – 01 – 17

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

5 – Petições:

Assunto: Estabelecimento de prazos para a execução das obras previstas na Escola Rui Galvão de Carvalho

Autora: Sofia Bastos Alexandre

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 12 – 27

Referência: 45.10.01 – N.º 22/XI;

Aguarda Admissibilidade

Assunto: A favor da adaptação dos acessos à piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada

Autor: Daniel Gonçalves

Comissão: Política Geral

Data de Entrada: 2018– 01 – 15

Referência: 45.10.01 – N.º 25/XI;

Aguarda Admissibilidade.

6 – Requerimento:

Assunto: [Descarga de resíduos provenientes de navios de cruzeiro nos Açores em 2017](#)

Autores: Zuraída Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 374/XI.

7– Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Condições de higiene e segurança no trabalho no Centro de Processamento de Resíduos do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 01 – 12

Referência: 54.07.09 – N.º 343/XI;

Assunto: [Respeito e apoio da SATA aos passageiros - Alunos da Escola Secundária Manuel de Arriaga dormem no chão do Aeroporto de Lisboa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 01 – 15

Referência: 54.03.07 – N.º 322/XI;

Assunto: [Cópia do Relatório da Inspeção Regional da Saúde referente à ARRISCA](#)

[Proveniência: Governo](#)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 15

Referência: 54.07.00 – N.º 362/XI;

Assunto: [Auditoria à ARRISCA - Associação Regional de Reabilitação Integração Sócio-Cultural Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 01 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 363/XI.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício de 14 de janeiro a comunicar a suspensão de mandato de Deputado eleito pelo círculo eleitoral da ilha de São Miguel no período compreendido entre 15 a 24 de janeiro de 2018 inclusive, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados. Mais se informa que por motivos de saúde fundamenta a presente suspensão

Proveniência: Deputado do PS, Dionísio Medeiros Faria e Maia

Data de Entrada: 2018 – 01 – 15;

Assunto: Ofício de 14 de janeiro a comunicar que na sequência da comunicação do Deputado Dionísio Medeiros Faria e Maia e nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da ALRAA (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação atualmente em vigor do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, essa vaga será preenchida, com início a partir de 15 a 24 de janeiro inclusive pela candidata Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta. Mais informa que a candidata Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta não tem os poderes verificados

Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PS, André Bradford

Data de Entrada: 2018 – 01 – 15;

Assunto: Ofício n.º 53-ST, de 12 de janeiro de 2018 a remeter o relatório n.º 1/2018 – VIC/SRATC

Proveniência: Subdiretor Geral do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores, Fernando Flor de Lima

Data de Entrada: 2018 – 01 – 15;

Assunto: Ofício n.º 25/2018, de 15 de janeiro de 2018 a remeter o Relatório de Execução do SIGICA e do Vale Saúde - Decreto Legislativo Regional n.º 23/2016, de 10 de novembro

Proveniência: Chefe de Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidente para os Assuntos Parlamentares, Lina Maria Cabral de Freitas

Data de Entrada: 2018 – 01 – 15;

Assunto: Email a remeter o Relatório n.º 1/2018 – “Evolução orçamental até ao final do 3.º trimestre de 2017

Proveniência: Assessora da Comunicação do Conselho das Finanças Públicas, Nádía Dinis

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: Moção - Contra o encerramento da COFACO do Pico, pela defesa dos postos de trabalho, pela garantia dos direitos dos trabalhadores

Proveniência: União dos Sindicatos da Horta

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: Ofício n.º 827, de 15 de janeiro de 2018 a acusar a receção do Voto de Protesto - Pelo reconhecimento de Jerusalém como Capital do Estado de Israel pelo Presidente dos Estados Unidos da América - Donald Trump

Proveniência: O Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Fernando Frutuoso de Melo

Data de Entrada: 2018 – 01 – 17.

9 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de janeiro](#)

Proveniência: [Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho](#)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 17;

Assunto: [Relatório de Verificação de Poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do deputado João Paulo Valadão Corvelo](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do deputado André Cláudio Gambão Rodrigues](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do deputado Carlos Emanuel Rego Silva](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do deputado Bruno Filipe de Freitas Belo](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da deputada Sónia Cristina Franco Nicolau](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Pedido de levantamento de imunidade parlamentar do deputado Manuel Alberto da Silva Pereira a fim de ser constituído arguido e ser interrogado no âmbito do processo de inquérito com o NUIPC 65/11.0TASCF.](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Pedido de autorização para que o deputado Pedro Miguel Medeiros de Moura possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 3055/15.0T9PDL.](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Pedido de levantamento de imunidade parlamentar do deputado Artur Manuel Leal de Lima a fim de ser constituída arguido e ser interrogado no âmbito do processo de inquérito com o n.º 352/16.0T9AGH](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Pedido de levantamento de imunidade parlamentar da deputada Zuraida Maria de Almeida Soares a fim de ser constituída arguida e ser interrogada no âmbito do processo de inquérito com o n.º 352/16.0T9AGH](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 01 – 16;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 5/XI - Relativa à Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2016](#)

Proveniência: [Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho](#)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 17;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de janeiro](#)

Proveniência: Economia

Data de Entrada: 2018 – 01 – 12.

Transcrição efetuada por *Noélia Escobar*